

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Fabiane da Costa e Silva

Tramas territoriais na campanha gaúcha: processo de transformações
na área de Aceguá

PORTO ALEGRE

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586t Silva, Fabiane da Costa e

Tramas territoriais na campanha gaúcha: processo de transformações na área de Aceguá / Fabiane da Costa e Silva. – 2009.
104 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2009.

Orientador: Maria Ceci Araujo Mizoczky

1. Espaço. 2. Território. 3. Territorialidade. 4. Identidade. I. Título

CDU 65.016.4

Ficha elaborada pela equipe da Biblioteca da Escola de Administração – UFRGS

Fabiane da Costa e Silva

Tramas territoriais na campanha gaúcha: processos de transformações
na área de Aceguá

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof^ª. Maria Ceci Araújo Misoczky

PORTO ALEGRE

2009

Fabiane da Costa e Silva

Tramas territoriais na campanha gaúcha: processos de transformações na área de Aceguá

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovado em 27 de abril de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Farias Rovati

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Prof. Dr. Cristina Amélia Carvalho

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração.

Prof. Dr. Luís Roque Klering

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração.

Orientadora Prof. Dr. Maria Ceci Araújo Misoczky

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração.

AGRADECIMENTOS

Aos queridos amigos Juliana Soares, Guilherme Dornelas, Lucas Casagrande, Fabiana Harzheim, Clarissa Bernardi, Rodrigo Batista, Gabriela Martinez, Sonia Bivaz, Joysi Silva, Annelise Krause, Carla Gabriela

À minha família e à família Harden

Aos aceguenses que contribuíram com a pesquisa

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Aos professores Maria Ceci Araujo Misoczky, Cristina Carvalho, Marcelo Milano Falcão, Luís Roque Klering, Marcos Aurélio Saquet, João Farias Rovati, Bernardo Mançano Fernandes

Aos colegas e professores de PPGA

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as tramas territoriais em Aceguá, um município na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. As tramas territoriais são as relações de complementaridade e de oposição entre diferentes territórios. O território é a apropriação do espaço, seu substrato material, pelo trabalho humano. Nessa relação entre espaço e trabalho, os seres humanos criam diferentes estruturas materiais e significados, a partir dos quais compartilham uma identidade e uma subjetividade coletiva. Os diferentes sujeitos coletivos não podem se realizar no território de outros, pois organizam seus espaços de maneiras distintas, por isso, as tramas territoriais só podem ser apreendidas na conflitualidade das relações sociais espacializadas.

Palavras-chave: espaço, território, territorialidade, identidade, tramas territoriais.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyse the territorial woofs in Aceguá, a country town in the frontier of Rio Grande do Sul with Uruguay. The territorial woofs are the relations between different territories. The territory is the appropriation of the space, which is its material substrate, by the human labour. In this relation between space and labour, the human beings create different material structures and meanings, from which they share an identity and a collective subjectivity. It's assumed that a society cannot happen in the territory of other one, because they organize their spaces in different manners, therefore, territorial woofs can only be apprehended by the conflicts between different territories.

Key-words: space, territory, territorialities, identity, territorial woofs.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 PROBLEMATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM ESTUDO	14
3 O ESTUDO DA CATEGORIA TERRITÓRIO.....	34
4 AS TRAMAS TERRITORIAIS	43
4.1 ACEGUÁ: CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO.....	43
4.2 TRAMAS TERRITORIAIS NA CAMPANHA	48
4.2.1 Os Povos Nativos e os Territórios Comunitários	48
4.2.2 Os Territórios Missioneiros	50
4.2.3 O Domínio Português	51
4.2.4 A Formação do Latifúndio	53
4.2.4.1 O Latifúndio e o Caudilhismo	55
4.2.4.2 O Enfraquecimento dos Caudilhos.....	56
4.2.5 A Reconfiguração das Elites Gaúchas.....	57
4.2.5.1 A Transmutação do Gaúcho	58
4.3 TRAMAS TERRITORIAIS EM ACEGUÁ	58
4.3.1 Vila da Lata: a outra face do latifúndio	59
4.3.2 Sede: território urbano de trocas.....	61
4.3.3 A Pequena Propriedade Familiar como Fruto da Imigração	63
4.3.3.1 Breve História da Comunidade Mennonita	63
4.3.3.2 A Formação do Distrito de Colônia Nova.....	65
4.3.3.3 A Formação dos Territórios Mennonitas em Aceguá.....	67
4.3.4 As Transformações do Latifúndio	71
4.3.5 As Lutas do Campesinato Gaúcho	73
4.3.5.1 A Reforma Agrária como Fruto da Luta pela Terra	74
4.4 AS TRAMAS NO MUNICÍPIO DE ACEGUÁ	76
4.4.1 A Vila da Lata.....	78
4.4.2 A Sede	79
4.4.3 Os Reflexos da Autonomia Política para os Territórios do Latifúndio	81
4.4.4 A CAMAL.....	83
4.4.5 Os Movimentos Ligados à Luta pela Terra e os Assentamentos de Reforma Agrária	86
4.4.6 O Avanço da Silvicultura	87
4.5 APROXIMAÇÃO COM O TERCEIRO TERRITÓRIO	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
6 REFERÊNCIAS	96

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Situação de Aceguá no mapa do Estado.....	09
Figura 2 - Limites e distritos do município de Aceguá	44
Figura 3 - Biomas do Rio Grande do Sul	45
Figura 4 – Chircao - vegetação arbustiva do Pampa - e campo com ovelhas em Aceguá (2008)	46
Figura 5 - Bacias Hidrográficas de Aceguá.....	47
Figura 6 - Ruínas de Miguel das Missões	51
Figura 7 - Casas na Vila da Lata, 2008	60
Figura 8 - Plantação de Eucaliptos na Fazenda Ana Paula (2008).....	61
Figura 9 - Estabelecimentos comerciais na Sede (2008).....	61
Figura 10 – ‘Comércio’ de gás (2008)	63
Figura 11 - Pastagem e plantação de sorgo no distrito de Colônia Nova (2008)	68
Figura 12 - À esquerda, entrada da Sociedade Recreativa Minuano; à direita, uma das Igrejas (2008)	69
Figura 13 - Residência da Colônia Médici (2008)	70
Figura 14 – Propriedade no Distrito de Rio Negro com animais da pecuária e silos de armazenagem de grãos (2008).....	72
Figura 15 - Tambo de leite à espera do recolhimento	84
Figura 16 - Projetos no Assentamento Jaguarão (2008).....	87
Figura 17 – Eucaliptos em contraste com produção de sorgo (2008)	88

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve seu início, de fato, no ano de 2006. O processo começou já no trabalho de conclusão de curso, resultado da participação em um grupo de pesquisa coordenado pela Professora Maria Ceci Araujo Misozcky e interessado em estudar o avanço e os problemas oriundos dos investimentos das grandes empresas multinacionais de papel e celulose no Pampa. Naquela ocasião, o tema problematizado foi a disputa entre os diferentes atores sociais em relação à posição hegemônica no discurso do desenvolvimento no que tangia o tema da monocultura de árvores exóticas e indústrias de papel e celulose.

Percebeu-se que o discurso do desenvolvimento territorial protagonizado pelos investidores privados e pelas instituições governamentais era tratado pelo viés economicista, restringindo-se ao crescimento econômico e à defesa dos interesses dos grupos dominantes. De encontro a esse postulado, os movimentos organizados da sociedade civil consideravam o processo de desenvolvimento em nível de meios e não de fins, quer dizer, para eles, uma sociedade desenvolvida deveria ser aquela que satisfazia suas reais necessidades e renovava suas aspirações, defendendo a diversidade cultural, o respeito ao meio ambiente e a soberania alimentar.

Concluiu-se que a legitimação do discurso hegemônico do desenvolvimento ocorria mais na esfera simbólica, dados os prováveis benefícios do crescimento econômico oriundo dos investimentos e ‘repartido’ entre as populações envolvidas, ao invés de problematizar as reais necessidades das populações locais e os seus impactos ambientais e sociais. Dessa forma, percebeu-se a necessidade de se aproximar do real, não só da imaterialidade do discurso, mas da materialidade das ações dos atores envolvidos.

Por isso, este trabalho problematiza o tema do território, tratando-o diferentemente das abordagens tradicionais dentro dos estudos organizacionais. Dessa maneira, buscou-se resgatar a materialidade do conceito de território, apreendendo-o como uma construção social e histórica, ao invés de um conceito a-histórico e associal, objeto de planificação e planejamento, como costumeiramente vem sendo tratado. Portanto, aqui, o território só poderá ser compreendido se considerada a conflitualidade das relações sociais espacializadas que o conformam.

Para tanto, esta dissertação tem como categorias centrais de análise (FERNANDES, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2006; SAQUET, 2007; SOUZA, 1995):

- **espaço** originalmente produzido pela natureza, considerado como o substrato material da territorialidade e do território;
- **territorialidade** é o trabalho humano que transforma o espaço, constituindo-o em território;
- **território** é o campo de forças sociais entre sujeitos cientes de sua condição histórica em interação com o espaço natural e é o catalisador da identidade;
- **identidade** é a condição do compartilhamento da visão de mundo dos sujeitos decorrente da organização da produção da sua vida material.

Nesse sentido, as tramas territoriais são consideradas como as relações de complementaridade e oposição entre os espaços e os sujeitos sociais. O objetivo deste trabalho é, justamente, analisar as tramas territoriais na área de Aceguá, um município gaúcho que faz fronteira com a Vila uruguaia de mesmo nome, ambos localizados na Campanha Gaúcha¹ (Figura 1). Aceguá foi escolhido como objeto de pesquisa por ser um espaço expressivo da diversidade que compõe a realidade da fronteira e pela multiplicidade de fenômenos que acontecem em um município tão pequeno em termos populacionais. Sua escolha como objeto de estudo considerou a concomitância de diversos fenômenos sociais complexos e, mesmo, contraditórios que ocorre(ra)m naquela região: convivência do latifúndio com assentamentos de reforma agrária; políticas públicas e ações planejadas com vista à industrialização; convivência do agro-negócio com produção cooperativada e com produção familiar; presença ativa de um movimento social importante – MST; multiplicidade de tradições e identidades culturais, entre outros.

¹ Campanha Gaúcha: área que se estende do município de São Borja, no sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, junto à fronteira com a Argentina, até o município de Bagé, ao sul, na fronteira com o Uruguai. [...] É uma região suavemente ondulada, onde as partes mais baixas são ocupadas pelos banhados, cursos d'água ou açudes. É recoberta de vegetação de campo e apresenta povoamento ralo e disperso em função da atividade pecuarista, salientando-se um tipo humano - o peão. Disponível em <<http://ube-164.pop.com.br/repositorio/18833/meusite/INglossario.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2008.

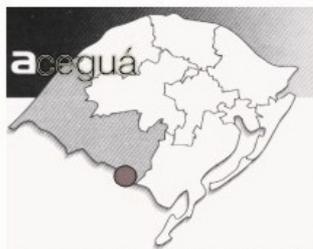


Figura 1 – Situação de Aceguá no mapa do Estado

À guisa de introdução, aqui se apresentam brevemente os quatro distritos do município em estudo. O Distrito do **Rio Negro** é historicamente marcado pela presença do latifúndio. Lá estão localizadas grandes propriedades de cultivo do arroz irrigado, de pecuária de corte e os haras. O Distrito **Sede** do município concentra a maioria dos estabelecimentos comerciais e de serviços, assim como a estrutura administrativa da Prefeitura. O Distrito de **Colônia Nova** é marcado pela imigração de alemães menonitas² que praticam a agricultura familiar voltada para as atividades da pecuária leiteira. O mesmo modelo de produção é adotado pelos assentamentos de reforma agrária ligados aos movimentos de luta pela terra no Distrito do **Minuano**, onde também se encontra uma grande propriedade voltada para a silvicultura e médias propriedades rurais.

Mas, os diferentes territórios contidos nos limites legais do município têm em comum a formação natural do Pampa, “uma das raras paisagens em que a atividade econômica, a pecuária, encontra-se com menor impacto ambiental do que em outros ecossistemas”, apesar da sua degradação pelo cultivo das pastagens. A expansão da fronteira agrícola, principalmente no que se refere a monoculturas de soja, arroz e árvores exóticas, além de acirrar as disputas por apropriação de parcela maior do espaço do Pampa, transformou as suas paisagens e têm colocado em risco a sua biodiversidade. Em função da intensiva atividade agropecuária, da introdução de espécies vegetais exóticas e do processo de industrialização, esse bioma vem se descaracterizando e correndo o risco de completa eliminação, colocando em perigo a “própria sobrevivência das populações locais” (RIO GRANDE DO SUL, 2005, p.50).

Apesar de haver uma tendência para a prática das atividades agropastoris, principalmente, a pecuária, dadas as aptidões naturais do próprio Pampa, as histórias e as identidades dos sujeitos que organiza[ra]m essas atividades em Aceguá se diferem no tempo e no espaço, tendo seus protagonistas e antagonistas. Por isso, para a construção do objeto de

² Os menonitas são seguidores do padre luterano Menno Simmons, que viveu no Século XVI na Holanda.

estudo, ou seja, a identificação de diferentes territórios que se entrelaçam nas tramas em Aceguá, foi necessária uma exploração preliminar no campo através de entrevistas, de notas de campo – fruto do convívio formal e informal estabelecido com os sujeitos em Aceguá. A primeira visita ocorreu em maio, depois houve dois retornos para coleta de informações e novas vivências: por duas semanas em julho e nos dias 19 e 20 de setembro, sempre em 2008. Devido ao caráter histórico da abordagem territorial aqui adotada, fez-se necessária extensa pesquisa em dados secundários, como livros, jornais, documentos e arquivos históricos em meio físico e digital.

Para cumprir com seu objetivo, este trabalho está organizado em cinco capítulos, a contar com a introdução. O capítulo que segue tem o intuito de conhecer os aspectos históricos e cumulativos, contextualizando historicamente os processos que contribuíram para a formação da fronteira e do município em estudo, conformando um primeiro território que é delimitado e imposto pelos limites legais do Estado.

O terceiro capítulo apresenta o estudo teórico das categorias centrais de análise: espaço, territorialidade, território, identidade. Para tanto, foi necessário estudar os conhecimentos já produzidos na área da Geografia a respeito do tema do território. Nesse capítulo, também é apresentada a incipiente formulação de Fernandes (2008), que norteará a análise das tramas e que postula que o território deve ser estudado em três tipos: primeiro, delimitado pelas fronteiras do Estado Nação³; segundo, as relações sociais espacializadas no primeiro; terceiro, que não pode ser compreendido dentro dos limites do Estado-Nação.

O quarto capítulo tem o objetivo de analisar as tramas territoriais em Aceguá e, para tanto, está subdividido em cinco partes. A primeira caracteriza o espaço de Aceguá, ou seja, o substrato material das relações sociais e dos seus territórios. A segunda parte foi dividida levando em consideração que, nas pesquisas realizadas se constatou que até o início do Século XX, as formações sociais que se organizaram no município foram muito semelhantes às que se desenvolveram no contexto geral da Campanha e, Aceguá só passou a figurar como subdistrito de Bagé na década de 1910, emancipando-se na década de 1990. Por isso, as tramas em Aceguá são analisadas em três partes: as tramas no contexto da Campanha Gaúcha; as tramas das formações sociais do início do Século XX até a emancipação de Aceguá; as tramas no município de Aceguá. A última seção tem o objetivo de discutir tramas que extrapolam as fronteiras legais do Estado Nação, quer dizer, o terceiro território, mas isso não

³ Ou unidade de Estado como um município, neste caso, Aceguá. De fato, o primeiro território está ligado a um limite espacial imposto legalmente pelo aparato governamental.

significa que ele não seja tratado nos itens anteriores. Por último, seguem as considerações finais.

2 PROBLEMATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM ESTUDO

Os povos que originalmente habitaram o espaço natural do Pampa na zona de Aceguá eram índios das tribos nômades Charrua, Minuano e Guenoa, considerados ótimos guerreiros. Respeitando o ritmo natural da produção, “alimentavam-se principalmente da mandioca. Sua agricultura era de subsistência e quem nela trabalhava eram as mulheres. Os homens eram responsáveis pela caça, pela pesca e pela guerra” (MOTTA e CALDAS, 2007, p.17).

Mas, o contexto daquelas sociedades foi modificado com a presença dos colonizadores europeus e com as disputas entre portugueses e espanhóis. Há de se fazer menção ao fato de que a história da constituição das diferentes identidades dos sujeitos coletivos na fronteira entre Rio Grande do Sul e Uruguai está intrinsecamente relacionada com a introdução de novos elementos culturais pelos invasores europeus, quando do choque com a cultura das sociedades nativas.

No final do Século XV, à época das grandes navegações, os países europeus tinham a base da sua organização econômica e social no feudalismo. As exceções eram os países da Península Ibérica, que haviam centralizado territorialmente suas monarquias, o que lhes facilitava o controle de recursos naturais, de atividades econômicas, de fluxos de informação e de populações. Isso influenciou que aquelas coroas fossem as primeiras a se lançarem ao mar em busca de novas rotas comerciais. Mas, na tentativa de chegarem às Índias, os navegadores encontraram a América e, naquele momento nasceu a dualidade modernidade-colonialidade, pois “a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.218; PORTO-GONÇALVES, 2006). As Coroas Ibéricas se tornariam o centro do mundo moderno-colonial durante séculos, reunindo e acumulando riquezas sem precedentes. Mas,

para nós, latino-americanos e caribenhos, o encontro das diferenças é, diferentemente dos discursos pós-modernos, tensão, resistências, tragédias e reinvenção permanente da vida em circunstâncias que exigem de cada um de nós agir-pensar a modernidade por quem a sente enquanto expulsão das terras, por quem não pode falar sua própria língua em seu próprio território [...] (PORTO-GONÇALVES, 2006, P.154).

Isso porque o enriquecimento daquelas coroas só foi alcançado com a apropriação e a exploração das riquezas naturais das Américas, com a servidão indígena e a escravidão negra. O domínio territorial da América alterou os fluxos de migração das suas populações, pois o Estado centralizado territorialmente iria impor sua estrutura e estratégia de organização, controlando a circulação de informações e populações, na tentativa de mediar a reprodução espacial e social.

Preocupadas em instituir seu domínio e suas estratégias de exploração sobre as terras e os povos nativos da América Latina, aliadas ao fato de serem monarquias católicas, as Coroas Ibéricas estabeleceram tratados de caráter jurídico-legal com intermediação da Igreja Católica⁴, que também participou da ocupação das terras americanas. O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, estabeleceu a posse das terras ao oeste da linha imaginária traçada a 370 léguas das Ilhas do Cabo Verde a Coroa Espanhola e, as ao leste, a Coroa Portuguesa, limitando legalmente o espaço a ser explorado pelas monarquias. Por esse tratado, as terras, onde hoje são o Uruguai e o Rio Grande do Sul, pertenciam aos espanhóis. Por parte da Igreja, foram os padres jesuítas os responsáveis pelas missões católicas promovidas no Pampa, impondo coercitivamente a doutrina católica através da cruz e da espada sobre as crenças dos povos nativos.

A exploração dos territórios ‘indígenas’ da América Latina foi exercida pelo mecanismo conhecido por Sistema Colonial, que organizou as atividades de produção das colônias “com a função de complementar ou satisfazer os interesses dos países metropolitanos europeus” (COTRIM, 1995, p.208). Por esse mecanismo, a metrópole (Coroa) pretendia exercer o monopólio comercial através do controle da área de produção das colônias do continente americano. A imposição ideológica do utilitarismo econômico do Sistema Colonial visou à exploração das forças produtivas nas e das colônias pela metrópole, que tinha o objetivo de legitimar seu monopólio sobre as terras, as populações e a produção das Colônias.

A exploração colonial espanhola teve por fundamento a extração de metais e, por várias décadas, além de fundamentar sua acumulação nesse recurso, a Coroa Hispânica “não considerou os rios da Bacia Platina como escoadouros naturais da prata peruana. Preferiu controlar a comercialização desse metal através das estradas incas [...]” (MOURE, 1994, p.19). Por isso mesmo, as terras do Rio Grande do Sul e do Uruguai foram ignoradas pelas

⁴ O poder da Igreja, maior proprietária de terras naquele período, estava enfraquecido na Europa devido à decadência da produção agrícola (base da economia feudal), à ascensão do Absolutismo Monárquico e a Reforma Protestante. Como estava perdendo fiéis na Europa, na tentativa de expandir seu domínio sobre outros territórios, a Igreja Católica, em 1540, criou a Ordem dos Jesuítas, inspirada na estrutura militar e cujo objetivo era evitar a expansão do protestantismo, empenhando-se em converter ao catolicismo os povos dos continentes recém ‘descobertos’ (COTRIM, 1995).

Coroas, permanecendo durante muito tempo sem o controle legal da metrópole. O Uruguai e o Rio Grande do Sul foram integrados tardiamente ao sistema colonial, devido à economia que se desenvolveu na faixa litorânea das Colônias, ao desconhecimento dos recursos naturais do Pampa e ao fato de que suas atividades produtivas eram voltadas para a agricultura de subsistência e desvinculadas da economia de exportação almejada pela Coroa (PESAVENTO, 1985).

Ao não controlar a ocupação e a circulação de pessoas e mercadorias no Rio Grande do Sul e no Uruguai, a Coroa Espanhola facilitou a ação de contrabandistas de prata, que fugiam das autoridades legais para não pagarem tributos sobre a mercadoria a ser comercializada. Pelos motivos supramencionados, aliados à ‘falta de interesse’ da metrópole, o Rio Grande do Sul e o Uruguai se tornaram espaços estratégicos para os contrabandistas.

No Século XVII, portanto, foi interessante para a Coroa Espanhola que padres jesuítas em missão pela Igreja Católica ocupassem o interior daquelas terras e doutrinassem os ‘índios’. Assim, manteriam o controle metropolitano das terras coloniais, mesmo sem exercer a coerção direta sobre as forças produtivas. Em decorrência do longo período de ausência das autoridades legais espanholas naquelas terras, paralelo à atividade produtiva introduzida pelos jesuítas, a pecuária, as comunidades ali estabelecidas foram se organizando econômica e politicamente independentemente dos interesses da Metrópole, em um tipo de formação que ficou conhecido como Missões ou Reduções Jesuíticas, que atendiam aos propósitos da Igreja Católica.

De acordo com Raffestin (1993, p.119) a religião se constitui em um “sistema sêmico cuja função é assegurar a mediação” entre os sujeitos e seus territórios, isso porque para o homem religioso, existem dois mundos complementares que se definem um pelo outro: o sagrado e o profano, que são manipulados pelas organizações religiosas através dos instrumentos que determinam e comunicam o sagrado, seus tempos, suas propriedades, seus espaços. Como instrumento de comunicação, a religião é também instrumento de comunhão, pois tem a pretensão de se definir como propriedade e princípio estável da organização da vida e da sua produção no seio da comunidade religiosa. A manipulação da comunicação só é possível porque as instituições religiosas controlam informações, espaços, recursos e pessoas, originando relações dissimétricas de poder.

As Missões Jesuíticas no Pampa se tornaram importantes centros econômicos onde, além da criação de gado e da produção de erva-mate, exerceram-se os “trabalhos de fiação, tecelagem, metalurgia”, base da economia e da nova formação social local naquela época (MOURE, 1994, p.12). A pecuária, atividade mais indicada para aquele espaço devido aos

aspectos físicos e naturais, aliada aos conhecimentos e à organização do trabalho pelos povos nativos, foram fatores que contribuíram para a prosperidade das atividades econômicas das Missões.

Com o passar do tempo, as lideranças religiosas foram substituídas e, aos poucos, as atividades das reduções começaram a concorrer com os interesses comerciais da MetrÓpole, que, no SÉculo XVIII, não via com bons olhos a organização das Missões. Portanto, quando do interesse da Coroa Espanhola em ocupar e expandir seu domÍnio nas terras do Rio Grande do Sul, deparou-se com uma sociedade auto-suficiente e de histÓrico guerreiro, fundamentada na organização comunitária da atividade pastoril. “SÓ assim é possÍvel entender por que a Espanha pretendeu entregar a região dos Sete Povos [das Missões] aos portugueses em troca da região da Colônia de Sacramento [atual Uruguai], em 1750, através da assinatura do Tratado de Madrid” (MOURE, 1994, p.30).

Em 1752, os exÉrcitos espanhol e portuguÊs chegaram em Aceguá pelos campos de Santa Tecla para demarcação da fronteira e foram rechaçados por aproximadamente 600 índios guaranis comandados por Sepé Tiaraju (BAGÉ, 2008). Todavia, devido ao caráter rudimentar das suas armas frente à superioridade bélica daqueles exÉrcitos, após serem constantemente atacados, em 1756 “ocorreu o massacre derradeiro que culminou com a morte de Sepé Tiaraju, líder guarani que tornou-se símbolo da resistência indígena” (FERNANDES, 1999, p.15). Esse fato contribuiu para o estabelecimento de um oneroso e complexo sistema defensivo na zona entre a Colônia de Sacramento e o Rio Grande de São Pedro (Rio Grande do Sul), no intuito de a Coroa Lusitana impor e legitimar seu domÍnio legal sobre as forças produtivas que lá se organizaram e resistiram (SILVA, 1979).

“A ocupação das Missões pelos exÉrcitos conjuntos da Espanha e de Portugal, em decorrência do Tratado de Madrid (1750), e a expulsão dos jesuítas (1767) desencadearam um rápido processo de desagregação da estrutura missioneira” (FREITAS, 1980, p.19). Por isso é possÍvel afirmar que a força do núcleo portuguÊs que se estabeleceu no Rio Grande do Sul foi fundamentada no “interesse estratégico-militar de conservação de área. Economicamente, além da preservação do vantajoso comércio ilícito [de prata], implicou o conhecimento, por parte dos portugueses, das imensas reservas de gado” (MOURE, 1994, p.10). A ofensiva investida da Coroa Portuguesa no SÉculo XVIII, para promover a ocupação do Rio Grande do Sul teve por fundamento a doação de sesmarias, a concessão de grandes extensões de terras⁵ a

⁵ “Propriedades extensas medindo 3 léguas por uma légua cuja extensão podia atingir até 13000 hectares” (MEDEIROS, 2005, p.78).

particulares - normalmente pessoas que se destacavam nos combates em defesa dos limites da fronteira e, em troca das terras, assumiam a organização e os custos dos conflitos -.

A organização dos territórios das Missões por padres jesuítas e tribos nativas, promovidas pela Coroa Espanhola e pela Igreja Católica aliada às similaridades das características do espaço do Rio Grande do Sul com as dos países platinos, Uruguai e Argentina, fez com que as suas primeiras formações econômicas e sociais fossem semelhantes, pois naquela época não havia possibilidade técnica de alterar os ritmos e a própria produção no espaço. Por isso, o cavalo, as denominações de origem tupi-guarani, os instrumentos e as indumentárias necessários para a produção da vida material atrelada à pecuária identificavam traços comuns dos povos originários do Pampa, que resistiram, mas foram incorporados às Missões.

Os missionários enfrentaram as forças das Coroas, porque não aceitaram ter de abandonar suas terras em favor dos ‘novos proprietários nomeados’ pela Coroa Portuguesa. O problema dos estancieiros e da Coroa consistiu no fato de que, por possuírem os meios de produção e de subsistência, os missionários não precisavam se assalariar ou se subordinar em uma relação de trabalho. Isso significa que há de se considerar que houve uma oposição constitutiva à imposição da força do Estado Português.

O campesinato é uma das organizações sociais mais antigas da história da humanidade. Participou da construção de diferentes tipos de sociedades, bem como participou das transformações políticas das sociedades modernas. Essa qualidade é constituída na resistência do campesinato à exploração e à expropriação. A luta pela terra e pelo território são outras relações de semelhança entre os diferentes tipos de campesinato. A expropriação pelas desigualdades produzidas no desenvolvimento capitalista e a ressocialização gerada na luta camponesa pela terra são situações que expressam a complexidade das semelhanças e das diferenças do campesinato (FERNANDES, 2006, p.59).

“A formação do campesinato seguiu diversos processos: em alguns sucederam à constituição de diversos campesinatos indígenas com suas culturas e modos de organização do trabalho e da produção”; um outro processo foi o cruzamento entre povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos. Por isso, é possível falar em diferentes tipos de campesinatos, principalmente em campesinato indígena e não indígena, “ou simplesmente campesinato” (FERNANDES, 2006, p.46).

A identidade do campesinato é vinculada aos conhecimentos e aos seus conteúdos históricos vinculados aos seus agroecossistemas (GUZMÁN e MOLINA, 2006). Na realidade, o conceito de campesinato faz referência “não só ao plano de conhecimento local que possui um indivíduo sobre os agroecossistemas, mas também ao grau de compromisso

que possui com a identidade vinculada a referido conhecimento e às comunidades locais que o compartilham” (GUZMÁN e MOLINA, 2006, p.11). Isso significa que os sujeitos coletivos do campesinato compartilham de uma “identidade com os conteúdos históricos de suas próprias experiências que vinculadas com as de seus antepassados [...] sem dúvida possuem uma articulação com seus agroecossistemas” (GUZMÁN e MOLINA, 2006, p.11).

Por isso, enquanto puderam, os missioneiros resistiram, mas depois de ‘massacrados’, alguns dos que sobreviveram abandonaram suas povoações e começaram a perambular pelas estâncias do Prata (GONZAGA, 1980). Outros desses missioneiros se submeteram às novas condições de trabalho nas estâncias, pois assim, teriam assegurada sua alimentação, porque sabiam que nelas, teriam abundância de carne e seriam recebidos como peões (FREITAS, 1980). “A força-trabalho característica da estância [...] encontrava outras formas de remuneração que não um salário monetário, tais como casa, comida e, no caso de ter família, o direito ao uso de um pedaço da terra para garantir a subsistência” (PESAVENTO, 1980, p.63).

Há de se fazer referência que concomitantemente à ocupação portuguesa no Rio Grande Sul, por conta da atividade da mineração no centro do Brasil que começou a ser praticada no Século XVIII, a mão-de-obra das tribos nativas e as tropas de gado⁶ do sul do Brasil passaram a interessar economicamente a Coroa Portuguesa. “Foi então que assumiram relevância os rebanhos de gado do sul do país, conectando-se o Rio Grande do Sul à zona das Gerais como economia subsidiária da economia central de exportação” da Metrópole Portuguesa (PESAVENTO, 1985, p.13).

O Estado de São Paulo naquela época também era desvinculado do setor agroexportador. Com a falta de mão-de-obra negra, por conta da ocupação do nordeste brasileiro e do apoderamento de zonas da África fornecedoras de mão-de-obra pelos holandeses, os bandeirantes paulistas se lançaram às reduções jesuíticas com o intuito de aprisionar mão-de-obra indígena (PESAVENTO, 1985). Nessa investida, os bandeirantes se acasalaram com as ‘índias’, assim como os invasores portugueses e os estancieiros que ocuparam as Missões.

Naquele período, a economia do Rio Grande do Sul formou uma espécie de pólo pecuário, pois além das estâncias pecuaristas se desenvolveu também as charqueadas. “O charque foi o ramo de atividade que maior concentração de riqueza gerou” na região e contribuiu para a consolidação do poder social dos proprietários privados, os estancieiros e os

⁶ Tropeirismo é a atividade que consiste na condução de tropas de animais de carga.

charqueadores (PESAVENTO, 1979, p.199). Por isso que “mesmo com a desintegração da economia mineradora, o Rio Grande do Sul não enfrentou a crise e fim do tropeirismo porque, paralelamente, foram criadas outras alternativas econômicas”, como também a produção de trigo⁷ (FÉLIX, 1996, p.36).

Há de se fazer referência que da dispersão dos guaranis das Missões e do estupro das ‘índias’ se encontra a origem do gaúcho. Por isso os traços mestiços e a qualificação de marginais, pois suas características físicas não condiziam com nenhum dos ‘tipos puros’ existentes. Originalmente, o gaúcho estava relacionado “aos cavaleiros errantes que vagavam pelos campos, solitários ou em bandos”, para aprisionamento do gado nas sociedades que se desenvolveram no Pampa no Século XVIII (GONZAGA, 1980, p.114).

Na contrapartida, a formação da oligarquia rural da Campanha Gaúcha se originou no latifúndio e na legitimação do poder dos proprietários privados de terras, desenvolvendo relações sociais com valores patriarcais e autoritários. Isso porque a ocupação promovida pela Coroa Portuguesa mesclou objetivos dos chefes militares com os dos novos proprietários, estancieiros e charqueadores, originando o latifúndio pecuarista e as relações de produção decorrentes do mesmo (BAQUERO e PRÁ, 2007).

Dessa forma, é possível afirmar que a colonização do Estado Português para o domínio territorial foi feito com base na repressão do regime de produção dos missionários, na apropriação de suas riquezas e conhecimentos e na exploração de seu trabalho, fundamentados na monopolização das terras por parte da Coroa e na oligopolização por parte dos proprietários privados das forças produtivas. Os portugueses introduziram, portanto, o sistema latifundista caracterizado “pelo controle de grandes extensões de terra, pela agropecuária extensiva, pela monocultura e pela intensa exploração de mão de obra”, carregando em si a imagem da concentração de renda e dos atrasos político e econômico (FERNANDES, 2006, p.51). Dessa forma, “o capitalismo chegava ao Brasil meridional.

⁷ Durante esse período a Coroa Portuguesa incentivou a imigração de colonos açorianos para o nordeste e litoral do Estado a fim de ativar a produção agrícola, criando, paralelamente à sociedade pastoril, uma outra constituída por pequenos agricultores capazes de propiciar urbanização de pontos fortificados a fim de assegurar a soberania portuguesa. Esses colonos se dedicaram, primeiramente, à policultura e à produção para subsistência (SILVA, 1979). No final do Século XVIII devido ao aumento do preço do trigo e da possibilidade de sua exportação, dada a crise de cereais na Europa, os açorianos começaram a se dedicar a esse cultivo. Porém, já no início do Século XIX, os países europeus buscaram reestruturar suas produções, o que desorganizou a produção gaúcha. As dificuldades dos colonos aliadas ao rápido enriquecimento dos charqueadores fizeram com que a população penetrasse mais no interior do estado. Dessa forma, a região da Campanha detinha a hegemonia econômica da província, enquanto que a atual região metropolitana – zona que recebeu os primeiros imigrantes – tornou-se um centro comercial secundário, sendo recuperada pela atividade agricultora dos imigrantes alemães a partir de 1824 que diversificaram as culturas, além de exportarem o trigo (SILVA, 1979).

Dependente, arcaico, subsidiário, porém, capitalismo, com sede de lucro, extração de mais-valia e apropriação de riquezas” (GONZAGA, 1980, p.114).

A introdução dos princípios capitalistas implicou o desejo de aumento do ritmo da produção, mas isso só era possível com o aumento das áreas de pastagens. Os novos ‘proprietários’ das terras, portanto, deviam cada vez mais disputar e apropriar uma parcela maior do espaço para obterem maior produtividade. Por isso, avançaram sobre os territórios missioneiros e as terras ‘sem dono’ no Rio Grande do Sul, apoderando-se de rebanhos soltos e das técnicas de trabalho desenvolvidas pelos povos nativos (FREITAS, 1980; GENRO, 1980).

Até o Século XIX, as atividades econômicas das colônias se subordinavam aos interesses da Coroa, em decorrência do Sistema Colonial. Mas naquele período, revoltas internas⁸, em sua maioria, lideradas pelas oligarquias locais, que tinham maior legitimidade que a Coroa perante os grupos sociais das ‘sociedades coloniais’, impulsionaram a independência das colônias americanas. Na prática, esses movimentos fortaleceram o poder das oligarquias locais, que já detinham o poder político. Com o enfraquecimento do controle político da Metrópole no Brasil, os grandes proprietários de terras ampliaram seu domínio espacial, racionalizando o aparato estatal, pois começaram a estruturar as Assembléias Legislativas Provinciais (FÉLIX, 1996).

Isso porque, com o passar do tempo as classes detentoras das forças produtivas foram se tornando dominantes, consolidando seu poder. A concessão das forças produtivas e de defesa da fronteira a particulares como estratégia de ocupação das coroas permitiu o fortalecimento dos grandes proprietários de terra que, motivados pelos princípios liberais, pela independência dos Estados Unidos da América e pelo enfraquecimento dos países europeus causado pelas guerras napoleônicas, protagonizaram conflitos que culminaram com os processos de independência política das Colônias. Mas, a “formação social que nos legou os Estados Territoriais independentes preservou a colonialidade do primeiro”, porque se fez por uma classe dominante que centralizou a organização do aparato estatal a fim de concentrar o controle sobre as forças produtivas (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.158).

O Brasil será, entre todos os novos países independentes da primeira metade do século XIX na América, o único que se reivindicará como um Império e se fará em torno de uma Monarquia. [...]. A Monarquia preservou uma unidade territorial mantendo os interesses primordiais das oligarquias regionais provinciais em torno dos dois pilares fundamentais: a escravidão e o latifúndio (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.162).

⁸ A exemplo da Inconfidência Mineira no Brasil e as revoltas lideradas por Gervásio Artigas no Uruguai, entre outras.

O emprego do escravo no trabalho na estância “se mostrava a todos os títulos desaconselhável”, pois essa mão-de-obra demandava supervisão e vigilância dos trabalhadores e, também, porque os gaúchos detinham os conhecimentos sobre os meios de produção necessários para a lide com os animais e a terra (FREITAS, 1980, p.17). Todavia, os escravos foram a “mão-de-obra por excelência na charqueada”, fator que esteve mais relacionado com a capacidade de acumulação do que com a atividade econômica em si (PESAVENTO, 1980, p.74). Com a introdução da mão-de-obra escrava, os negros no Rio Grande do Sul contribuíram para a formação do tipo social do gaúcho, porque também eram marginalizados, e para a consolidação do poder dos senhores locais (SILVEIRA, 1998).

Mesmo com a independência do país, a elite pecuarista da Campanha, durante a primeira metade do Século XIX, encabeçou revoltas contra o Império e, este, no intuito de sufocá-las, estabeleceu contratos que favorecessem a elite gaúcha política e economicamente e a fortalecesse frente à elite pecuarista dos países platinos, com as quais guerreava e competia por mercados. A pecuária foi o centro das economias dos países platinos e, os pecuaristas constituíram sua classe dominante, contando com o apoio do governo central, competindo com a produção e a elite pecuarista do sul do Brasil e combatendo com a mesma na defesa e no estabelecimento das fronteiras dos seus Estados. A atividade da pecuária no Rio Grande do Sul ocupou uma posição periférica em relação à economia central e não tinha “sua classe dominante condições de acesso aos mecanismos decisórios do poder que controlavam a política econômica nacional”, apesar de manterem os limites fronteiriços (PESAVENTO, 1979, p.200). Apesar do caráter auto-suficiente da economia do Rio Grande do Sul, em relação ao poder central que se instaurou no Brasil, ela adquiriu um caráter subsidiário; importante fator para a distinção da classe dos estancieiros do Rio Grande do Sul em relação a dos países do Prata.

Na segunda metade do Século XIX começaram as reclamações sobre roubo dos animais da pecuária, originando um tipo de crime, que até hoje aflige os pecuaristas, o abigeato. Esse fato evidenciou a incapacidade das autoridades policiais do Império de atender ao policiamento necessário e a ação de grupos organizados que ameaçavam as posses e o poder dos pecuaristas. Concomitantemente, devido ao avanço das técnicas de produção, os latifúndios começaram a ser cercados com arame farpado, demarcando materialmente a propriedade privada e o impedimento do acesso à terra àqueles que não estavam sob o domínio dos senhores locais. Por isso, houve o aumento da violência proveniente do policiamento privado, fortalecendo o poder dos pecuaristas, que se impuseram coercitivamente (FÉLIX, 1996).

Aos poucos, com o avanço das técnicas foi iniciado o processo de estabilização da sociedade guerreira, a diminuição do número de trabalhadores demandados na produção das estâncias e a inversão no papel social do preador de gado, expropriando o gaúcho marginal (FREITAS, 1980). “Se antes não era só lícito, mas desejável e prestigioso o apresamento do gado e a formação de grandes rebanhos obtidos em áreas de posse indeterminada”, desde o Século XIX, com o afazendamento ou sedentarização dos bandos, a passagem de gado de um para outro lado da fronteira passou a ser ilegal. “Passou a ser *contrabando*, realizado, em geral, por homens que para obterem êxito economicamente” se organizavam em bandos - por mais efêmeros que fossem - que passaram a ser perseguidos pelos estancieiros (FÉLIX, 1996, p39).

Podemos supor que, em meados do século XIX, a figura marginal do gaúcho estivesse extinta. E, por conseguinte, apta a renascer como instrumento de sustentação e imposição ideológica dos mesmos grupos que a tinham destruído. O processo de transfiguração do gaúcho-pária para o gaúcho-aristocrata, cheio de virtudes civis e militares, não foi instantâneo nem uniforme: durou décadas, encontrou muitas formulações e teve seu coroamento apenas no século XX, quando a oligarquia precisou aglutinar a seu projeto político novas forças sociais existentes na província (GONZAGA, 1980, p.118).

No final do Século XIX, ocorreu a abolição da escravatura no país, por pressões dos países europeus industrializados para expansão da sua demanda. Com isso, a luta pela liberdade dos escravos, agora se unia com a luta pela terra dos povos expropriados, conformando também o campesinato. Houve, conseqüentemente, o fortalecimento da propriedade privada como condição para o ‘trabalho livre’, ou seja, da venda da força de trabalho para o proprietário privado das terras (FERNANDES, 1999). Esse fato fortaleceu o poder dos latifundiários, ao mesmo tempo em que dificultou o campesinato gaúcho de ter acesso à terra e ao trabalho.

Em 1889, com a Proclamação da República no Brasil, houve a adoção do sistema federalista no governo do país e, com a descentralização do poder central, as oligarquias estaduais se consolidaram. Mas, as oligarquias que assumiram o controle da República do Brasil privilegiaram a produção para exportação. Por isso, no final do Século XIX, as elites do Rio Grande do Sul foram reorganizadas. A elite liberal da Campanha formava o Partido Federalista, até então no poder. O grupo republicano era minoritário e composto por diferentes segmentos sociais, principalmente pelas camadas urbanas emergentes e pelas elites estancieiras da zona serrana do Planalto Médio (FÉLIX, 1996). Foi naquele contexto que o

Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) chegou ao poder no estado⁹, sob a liderança de Julio de Castilhos, um conservador positivista e autoritário.

No contexto mais amplo, no início do Século XX, os estados de São Paulo e Minas Gerais, que já detinham a hegemonia econômica no plano nacional adquiriram, também, a hegemonia política, passando a dominar o cenário do poder central até 1930¹⁰ (PONTELLO, 1998). Manteve-se, pois, um governo federal comprometido com o poder privado, predominantemente agrícola e com uma política de proteção ao principal produto de exportação dos estados que detinham o poder político e econômico: o café¹¹ (CARVALHO, 2001). Nesse período, expandiram-se os mecanismos de crédito e as redes ferroviárias e portuárias; a agricultura se modernizou, contribuindo futuramente para a industrialização no país (centrada no modelo de substituição de importações) proveniente do capital da cafeicultura ou de investimentos estrangeiros (REZENDE e DIDIER, 1996; PONTELLO, 1998).

Naquela época, o aprimoramento técnico do trabalho no campo fez com que a racionalidade do processo de industrialização avançasse sobre o meio rural, requerendo menos trabalho humano, mecanizando algumas atividades da produção agropastoril. Com o cercamento dos campos, que também expropriou camponeses europeus - fazendo-os vagar pelo mundo em busca de terras para trabalhar - o contingente de mão-de-obra livre no Brasil foi expandido e, alguns daqueles imigrantes se uniram com ex-escravos e outros grupos expropriados de suas terras que estavam se organizando, tanto no campo como na cidade. O aprimoramento técnico da produção reforçou “as diferenças entre grandes fortunas e grandes pobres”, porque permitiu o barateamento de produtos e expandiu as possibilidades de consumo e serviços disponíveis, mas não melhorou a qualidade de vida das populações das cidades e dos campos (REZENDE e DIDIER, 1996, p.123).

⁹ O PRR permaneceu no Governo do Estado até 1927. Julio de Castilhos morreu em 1903 e foi sucedido por Borges de Medeiros que, depois de seis mandatos, foi sucedido por Getúlio Vargas (FÉLIX, 1996).

¹⁰ De 1902 até 1930, imperou a conhecida política do ‘café-com-leite’ que apregoava o revezamento das oligarquias mineiras e paulistas no cargo máximo do executivo federal. Com a pretensão de preservar a influência política de São Paulo, em 1929, o então presidente Washington Luiz, rompendo com o pacto eleitoral do ‘café-com-leite’ indicou outro paulista para sua sucessão; o que causou reação das oligarquias de Minas Gerais. Estas organizaram uma chapa que apresentou como candidato à presidência o gaúcho Getúlio Vargas e, como vice, o paraibano João Pessoa. Com base nas acusações de eleições fraudadas e, após o assassinato de João Pessoa, as forças oposicionistas, aliadas aos militares, aumentaram sua pressão sobre o Governo de Washington Luiz, deflagrando um movimento que depôs o presidente. Após o exercício do governo por uma junta militar, Getúlio foi empossado como presidente, em um movimento que reorganizou as elites no poder e exerceu forte intervenção estatal na sociedade brasileira. Até a década de 1930, a historiografia do Rio Grande do Sul esteve mais atrelada à cultura dos países platinos que à cultura nacional brasileira. Contudo, a fim de legitimar o exercício da presidência por um gaúcho, há uma mudança na abordagem buscando identificar o estado sulino com o restante do país.

¹¹ A longo prazo, essa política aprofundou a dívida externa e a inflação no país.

As inovações tecnológicas promoveram o aumento da produtividade e a diminuição de custos, resultando na reorganização do sistema capitalista. O cenário econômico era dominado, até então, pela produção industrial, mas [...] ampliou-se a participação de instituições financeiras. Estas passaram a controlar fatias mais amplas da indústria, da agricultura e do comércio, subordinando o setor produtivo ao capital financeiro. [...] Grandes somas de capitais acumulados foram reunidos em trustes e cartéis, empresas que tendiam a monopolizar um setor da economia com o intuito de sufocar a concorrência [...] (REZENDE e DIDIER, 1996, p.131).

Com a entrada das instituições financeiras e a formação de cartéis e trustes, foram acirradas as disputas entre os países europeus por mercados consumidores e para proteção de seus setores produtivos, culminando com o primeiro conflito mundial. Com a eclosão da Primeira Guerra (1914-1919), dada aquela conjuntura, expandiram-se as perspectivas econômicas da pecuária com a necessidade de abastecimento dos países em guerra e com a valorização dos gêneros de primeira necessidade. Naquele cenário, grandes empresas frigoríficas norte-americanas e inglesas ampliaram suas atividades em áreas onde pudessem operar com baixo custo de produção e, isso ocorreu no “domínio do latifúndio, das grandes estâncias de criação de gado, com as charqueadas” (PESAVENTO, 1979).

Naquele período, as massas de trabalhadores excluídos aprofundavam seus questionamentos da ordem social e econômica, com isso, havia dois discursos internacionalistas que se opunham: a necessidade de construir uma nação como potência [industrial] ou a unificação do movimento operário em nível mundial¹² (REZENDE e DIDIER, 1996). Com os países europeus destruídos pela Guerra, o foco do processo industrial no mundo foi deslocado para os Estados Unidos, que difundiram e propagaram o primeiro discurso, absorvido pelas elites brasileiras. Mas, a Revolução Russa (1917) impulsionou a propagação do discurso dos trabalhadores, influenciando a formação de organizações baseadas em seus princípios - a exemplo do Partido Comunista do Brasil (PCB) -, mas também impulsionou a emigração de populações da Rússia, que não viam com bons olhos a socialização das terras por parte do aparato do estado soviético – a exemplo dos mennonitas.

Contudo, o clima de euforia norte-americano foi interrompido em decorrência de uma crise de superprodução que culminou com o *crack* da Bolsa de Nova Iorque em 1929, abalando as relações entre os governos do mundo inteiro. Como resultado, muitos estados nacionais passaram a intervir em setores da economia, ampliando e fortalecendo o Poder

¹² Esse discurso era inspirado na propagação dos escritos de Marx, em especial O Manifesto Comunista, onde está contida a máxima: operários do mundo uni-vos!.

Executivo e criando um clima social que legitimasse a instalação de regimes de doutrina totalitária (COTRIM, 1995).

Naquele contexto, a economia de exportação não era favorecida e, com a sensibilização das camadas urbanas emergentes, o ex-presidente do Rio Grande do Sul e pupilo de Julio de Castilhos, Getúlio Vargas ascendeu ao Governo Central, com promessas de desenvolvimento econômico, crescimento industrial, investimento em infra-estrutura e fortalecimento das forças armadas e da defesa nacional, ou seja, com promessas de urbanização e industrialização, racionalizando a organização do espaço através da estruturação do aparato estatal em nível nacional (CARVALHO, 2001, p.107).

É possível afirmar que até 1930, não houvera uma preocupação em fortalecer o mercado interno brasileiro, estando sua economia voltada para o setor exportador de produtos primários. A política do Estado Novo (1930-1937) teve como intuito “garantir a continuidade do processo de acumulação capitalista no país”, articulando as economias regionais e diversificando a estrutura produtiva (PESAVENTO, 1985, p.106). O mercado interno expandiu a economia - até então pouco integrada e voltada para a exportação da produção -, fortalecendo laços internos e nacionalizando os mercados de trabalho e de consumo.

O governo central, nascido a partir de 1930, procurava de todas as maneiras resolver os problemas das regiões econômicas periféricas, desde que os interesses destas não entrassem em contradição com os ‘objetivos mais gerais’ do país como um todo. Esses objetivos eram fundamentalmente dois: a integração do mercado pela articulação das economias regionais e a diversificação da estrutura produtiva da nação. Ambos, em última instância, se resumiam em um único: garantir a continuidade do processo de acumulação capitalista no país (PESAVENTO, 1985, p.106 – grifos da autora).

Desde a década de 1930, o Governo Federal começou a promover uma economia industrial integrada e oligopólica, preferencialmente no eixo centro-sul. A articulação da produção das economias regionais e a diversificação produtiva promovidas pelo Estado Novo ocorreram sob um regime totalitário, favorecido pelas conjunturas políticas internacionais, e teve como princípio norteador a racionalidade empresarial e o ritmo da produção industrial, difundida pelas elites dominantes e colocada em prática pelo aparato governamental.

Essa ordem geográfica e política instituída pelos protagonistas que se fazem a si próprios por meio dos Estados Territoriais Nacionais ganha seus contornos mais avançados recentemente com a criação da Organização das Nações Unidas após a 2ª Guerra Mundial. É que o nacionalismo expansionista imperialista havia levado o mundo a duas guerras em cerca de 20 anos (1914-1918 e 1939-1945) envolvendo diretamente os territórios dos Estados Nacionais situados no pólo dominante da ordem moderno-colonial [...] (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.224).

A industrialização no país foi intensificada no pós II Guerra Mundial (1939-1945), pois durante o conflito, a demanda e os preços dos gêneros agrícolas aumentaram e, “o país pôde acumular um montante bastante razoável de reservas cambiais, gerando uma poupança interna”, que fomentaria ainda mais as atividades industriais (REZENDE e DIDIER, 1996, p.239). O processo de racionalização do espaço e o planejamento da produção do espaço embasados no modelo industrial passaram a ser ditados por organizações multilaterais, a exemplo da ONU, que pretendiam defender interesses supranacionais. Naquele momento, o Estado Territorial passou a ser pressionado também por corporações transnacionais, que buscavam constitucionalizar o direito à livre circulação de seus estabelecimentos, produtos e investimentos. Mas, na defesa de seus interesses, combatiam a universalização dos direitos, sufocando as manifestações dos operários e camponeses que o propunham e que vinham conquistando territórios internacionalmente por meio de revoluções que culminaram com a adoção de regimes socialistas por estados nações, a exemplo da Revolução Cubana (1959) (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Naquele contexto da década de 50, ocorreu a mecanização do campo e a implantação de indústrias no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, para onde houve migração das populações rurais expropriadas de outros municípios do estado, alterando significativamente as relações de trabalho do campesinato, que iria contribuir para o contingente da força de trabalho nos novos centros industriais e urbanos. Mas, até a década de 50, a economia gaúcha repousava nas atividades agropecuárias conectadas às atividades fabris e exportadoras; o meio rural gaúcho constituiu-se num mercado singular “com forma de industrialização organicamente conectada à agropecuária” (MÜLLER, 1979, p.367).

Com as transformações ocorridas no Brasil posterior às políticas implementadas por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, aconteceu uma nítida transição nos cenários políticos e econômicos, passando de um país agrário-exportador para um país urbano-industrial. Dessa feita, a produção do espaço no Brasil passa a ser orientada por novas relações sociais, de modo que surgem necessidades de novas configurações espaciais para a reprodução das novas lógicas que estavam sendo introduzidas e num movimento dialético, também, as novas configurações espaciais passam a difundir as novas lógicas e a modificar as estruturas sociais (SILVA, 2006, p.65).

Por isso, o fim do Estado Novo, o fim do segundo conflito mundial, a mecanização da lavoura e a aceleração do processo de substituição de importações para intensificar a industrialização no país impediram a continuação do processo orgânico entre indústria e agricultura na Campanha Gaúcha. Portanto, o processo de modernização da agricultura no

início do Século XX esteve mais vinculado aos interesses do Estado e à expansão da produção industrial do que a uma necessidade interna, como por exemplo, a pressão no consumo de alimentos ou demanda por trabalho (FONTOURA, 2004, p.239).

[...] tanto na agricultura como na pecuária, o processo de modernização envolve produtores com uma *racionalidade empresarial* segundo o *ritmo da reprodução do capital* e 'não' os produtores com uma *racionalidade da produção familiar* segundo o *ritmo da reprodução da família-unidade de produção* (em sincronia com a reprodução da Natureza). A modernização se viabiliza onde se territorializam as condições de existência do primeiro, e não do segundo, e se expande do primeiro sobre o segundo (FONTOURA, 2004, p.245, grifos do autor).

A imposição da racionalidade do processo industrial em plano nacional ocorreu mais pela possibilidade de acumulação que a produtividade proveniente dessa atividade pode proporcionar do que pelas possibilidades reais da sua adoção como princípio de organização dos espaços e dos processos produtivos nas distintas regiões do país. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo,

a pecuária não atuou [...] como um mecanismo gerador de acumulação de capital para a indústria, tal como se deu com o café no contexto paulista. Ocupando uma posição secundária no contexto de um Estado agropecuarista, a indústria sulina, pelo contrário, sofreu as conseqüências desta posição subordinada. De um modo geral, o Rio Grande do Sul notabilizou-se mais pela proliferação da pequena indústria, carente de capital e tecnologia, dependente do Estado, do que pela indústria de grande porte, cuja execução no sul era representada pela indústria têxtil (PESAVENTO, 1980, p.84).

Em decorrência da intervenção do Estado, que orientava suas ações estrategicamente para fomentar as atividades ligadas à indústria e seus espaços, houve o avanço da mecanização do trabalho - característico do modelo industrial - para as atividades da agropecuária. No processo de modernização da agricultura brasileira, o Rio Grande do Sul se inseriu naquele contexto produtivo, transformando profundamente o seu meio técnico e modificando o espaço agropecuário, levando à expropriação muitos pequenos produtores familiares. O mercado gaúcho se apresentou sob esses aspectos: a necessidade de investimentos em infra-estrutura requeridos para as atividades industriais - como estradas e estabelecimentos comerciais; o êxodo rural - pois a lavoura mecanizada demandava menor contingente de mão-de-obra, e; a falta de empregos - além da menor necessidade de trabalho na agropecuária, as indústrias nos centros urbanos não tinham condições de absorver a massa de trabalhadores rurais (FREITAS, 1980).

Entretanto, alguns camponeses expropriados se organizaram para lutar e reivindicar o acesso à terra. O campesinato gaúcho na década de 1950 se organizou sem uma unidade cultural ou espacial, mas com a condição de exclusão social em comum: a impossibilidade de trabalhar e possuir terras. Foi nesse contexto que surgiu o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), “na resistência de 300 famílias de posseiros¹³ em Encruzilhada do Sul”, no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul (FERNANDES, 1999, p.25). Esse movimento era composto por assalariados de granjas, peões e pequenos proprietários que passaram a organizar acampamentos próximos às cercas dos latifúndios, tendo o espaço como substrato material da expressão de sua resistência em aceitar a estrutura econômica e social vigente.

O MASTER teve participação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, do então governador gaúcho Leonel Brizola (1959-1962) no seu processo de organização e consolidação, com a intenção de evitar o fortalecimento do Partido Comunista do Brasil¹⁴ (PICOLOTTO, 2006). A organização dos movimentos camponeses no plano das instituições começou na década de 1950 com a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – ULTAB – pelo PCB, no intuito de coordenar as associações camponesas já existentes e instituir a aliança entre camponeses e operários. Contudo, onde já havia ligas camponesas organizadas, a ULTAB não se fixou. Foi o caso do Rio Grande do Sul onde existia o MASTER, que era apoiado pelo PTB (FERNANDES, 1999).

A diferença das estratégias do MASTER para as ligas camponesas ligadas a ULTAB era de que seus integrantes se preparavam para entrar na terra, ao contrário destas, que resistiam ao não sair da terra. Isso imputou um caráter de desobediência civil à organização daquele movimento, ao desafiar a propriedade privada da terra e ao subverter a ordem imposta pelo Estado. O MASTER, além de popularizar a expressão ‘sem-terra’, conotou-a com a idéia de luta e resistência em oposição à propriedade privada da terra que os expropriou, o latifúndio (PICOLOTTO, 2006). Havia, pois, uma tensão entre estruturas sociais e mentais, em que o poder do signo ‘sem-terra’ denotava uma condição social, ao mesmo tempo em que, o ‘movimento’, a forma e as estratégias do MASTER.

Com a ajuda do PTB, o MASTER cresceu, contudo, com a derrota do partido nas eleições estaduais, “o movimento sofreu diversos ataques do governo estadual, de instituições e entidades, além de despejos dos acampamentos”, enfraquecendo o movimento que permaneceu na luta pela terra até a instauração do Regime Militar em 1964 (FERNANDES,

¹³ Pequenos proprietários de terras.

¹⁴ O avanço da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas representava uma ameaça aos planos de expansão do mundo capitalista. Portanto, depois da II Guerra Mundial o combate ideológico entre capitalismo e comunismo dividiu o mundo e os governos dos países.

1999, p.26). Na década de 60, e sob o pretexto da ‘ameaça comunista’, o controle do aparato governamental do Estado Brasileiro foi tomado por militares de altas patentes que, reprimiram os movimentos camponeses e urbanos que combatiam o avanço do modelo industrial e reivindicavam a reforma agrária. Mas, os governos militares tomaram para si o planejamento do modelo de industrialização que seria promovido pela invasão de capital estrangeiro sobre a agricultura no país, através da “concepção tecnocrático-economicista e uma visão geopolítica-militar [...] do papel do território”, controlando estrategicamente a interiorização das indústrias pesadas, químicas e de base via investimentos em infra-estrutura (SOUZA, 1995, p.100). Os governos militares encarnaram a filosofia do desenvolvimento nacional, constituindo o planejamento dos espaços de produção e de moradia em um instrumento técnico a ser utilizado pela administração pública para controlar e transformar o Brasil em um país urbano-industrial, impondo a ordem por meio da repressão violenta das contestações e mediante regras e ações que faziam crer que estariam aptas a resolver os problemas urbanos que se apresentavam, incluindo aí a questão agrária.

“A partir da década de 1960, o capitalismo mundial iniciou o processo de internacionalização da produção”, empresas transnacionais procuravam novas áreas onde obtivessem produtividade através de baixos custos de produção e da ampliação de sua acumulação produtiva e de seus mercados consumidores (SILVA, 2004, p.29). O Golpe Militar de 1964, além de reprimir a organizações e manifestações de movimentos sociais,

[...] possibilitou a expansão do capital internacional sobre a agricultura nacional. Criou um modelo produtivo inspirado na grande empresa capitalista com tecnologias que possibilitavam a maximização dos lucros e utilizavam os insumos da indústria estrangeira da área química e de máquinas. A ‘contribuição histórica’ da ditadura militar foi efetivar aliança entre o capital industrial e a terra e, a partir dessa junção, criou novas relações sociais. [...] As conseqüências desse processo foi a concentração agrária, o aumento do êxodo rural, a monopolização do capital agroindustrial, o aumento dos conflitos pela terra, a proletarianização dos camponeses (SILVA, 2004, p.42 – grifos do autor).

No Governo Sarney (1985-1990), primeiro presidente civil depois do fim do período dos governos militares, os grandes proprietários de terras, para fazer frente a crescente mobilização dos trabalhadores rurais no contexto de abertura política, criaram a União Democrática Ruralista (UDR) que representava o interesse da classe dos latifundiários no debate sobre a questão da reforma agrária (MARQUES, 2006). Entretanto,

associado à idéia de propriedade da terra como direito absoluto e juntamente com a defesa da grande propriedade entendida como uma ‘necessidade de sobrevivência econômica’ e ‘garantia da competitividade do agronegócio’, vemos a crítica da

reforma agrária como expressão da democratização da propriedade e da renda fundiária (BRUNO, 2008, p.99 – grifos do autor).

Na década de 80, com a restauração do regime democrático no país, o modelo de desenvolvimento com base na industrialização passou a ser questionado pelos movimentos sociais e ambientalistas, que intensificaram suas práticas de manifestação e resistência. Surgiram diversos movimentos ligados ao campo, como Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros, que disseminaram idéias que ameaçavam os interesses comerciais e econômicos das elites latifundiária e industrial, que precisavam ampliar sua área de atuação e produção. Concomitante a isso, houve o aumento do número de famílias e de ocupações de terras no país, devido à organização dos movimentos sociais, motivada pelo aumento do desemprego, pelas ações políticas do governo e pelas injustiças sociais (FERNANDES, 1999). Importa destacar que, no início da década de 90, a questão agrária se internacionalizou com a criação da Via Campesina, uma organização que articula movimentos de diversos países, amparando diferentes tipos de campesinatos e causas, como os movimentos indígenas, de trabalho e de gênero.

Mas, concomitantemente a isso, em meados da década de 1990, o governo federal, com o objetivo de aumentar a taxa de investimentos no país e promover ajuste fiscal, promoveu a estabilização da moeda nacional, através da paridade da nova moeda - o real - com o dólar. A valorização cambial favoreceu a entrada de produtos importados no país, os produtos brasileiros perderam competitividade no mercado e a rentabilidade da agricultura e do agronegócio reduziu, pois, a paridade encareceu o preço das exportações brasileiras. Alguns grandes proprietários rurais se endividaram¹⁵ e venderam suas terras ou as tiveram desapropriadas para a implantação de assentamentos para reforma agrária, principalmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –.

Em meados da década de 1990, os avanços das políticas neoliberais trouxeram inovações também na questão agrária latino-americana. Com a globalização da economia, ampliou-se a hegemonia do modelo de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, denominado agronegócio. [...] grupos econômicos ruralistas passaram a ditar e produzir políticas agrícolas, aumentando ainda mais o controle dos mercados. Essa nova cara da agricultura capitalista também mudou a forma de controle e exploração da terra. Com a intensificação da mecanização, do uso de agrotóxicos e da expansão da produção de plantas transgênicas, aumentou a produtividade e a produção de algumas culturas, promovendo maior ocupação das

¹⁵ Em março de 1990, o Governo Federal reajustou o preço dos produtos agrícolas em 41% e os financiamentos em mais de 84%, causando endividamento de vários produtores rurais (RIO GRANDE DO SUL, 2006)

áreas agriculturáveis e também expandindo as fronteiras agrícolas [...] (FERNANDES, 2006, 46-7).

Na década de 90, com as políticas neoliberais e o novo modelo de industrialização e do campo – o agronegócio -, os Governos do Estado e da União direcionaram seus esforços para o fomento e legitimação do agronegócio. Sob o discurso da “vocação florestal” dos campos do Pampa e da crescente demanda internacional por produtos de madeira provenientes de florestas plantadas, os governos orientaram a es para promover o fomento e a dissemina o dos empreendimentos das empresas de celulose e papel, praticantes da silvicultura (RIO GRANDE DO SUL, 1997, p.780). Importa ressaltar que esse tipo de monocultura é a atividade que mais tem proporcionado perda de recursos naturais do Pampa, devido ao uso de tecnologia intensiva e de agrotóxicos no solo (INCRA, 2007). Mas, no que tange à temática ambiental durante esse período, conforme Rygaard (2002, p.21), “por esbarrarem nas questões econômicas dos poderosos detentores do poder, foram se extinguindo”, passando o tema a ser tratado pelo viés economicista, dada a entrada das empresas no cenário ambiental.

Nesse cenário, terras que aparentemente despertavam interesse por parte do INCRA, para serem futuros assentamentos rurais, passaram para as mãos das grandes empresas da celulose. Para o INCRA esses grandes projetos de reflorestamento em execu o no Rio Grande do Sul estariam inviabilizando o processo de reforma agrária, uma vez que áreas que seriam destinadas a este fim, mas ainda não tinham sido desapropriadas, também estariam sendo usadas no projeto. [...] Nesse contexto, torna-se perceptível que o modelo em curso de apoio maciço ao florestamento no pampa gaúcho atende aos interesses da classe latifundiária regional, que vislumbra sua reprodu o econômica e social associando-se aos interesses das empresas de celulose, que capturaram significativos espaços do latifúndio para seus projetos de florestamento (CHELOTTI e PÊSSOA, 2007).

Em abril de 2004, a Votorantim Celulose e Papel (VCP) anunciou seu projeto de reflorestamento no Rio Grande do Sul, após uma empresa do grupo – a Erva Mate Reflorestamento – ter adquirido 40 mil hectares de terras em 14 municípios da Campanha do estado. Mais especificamente, de acordo com De David (2006, p.06), o “pólo do monocultivo de árvores e a unidade industrial da VCP irão se localizar no eixo Rio Grande - Pelotas - Arroio Grande, expandindo-se até Bagé”.

A monocultura dessas árvores como forma de desenvolvimento econômico na região é um processo antigo, que vem desde a década de 1980. No entanto, foi nos anos 2000 que a prática se intensificou, por meio de incentivos fiscais às transnacionais, concedidos pelos governos. Esvaziado o campo, as terras ficam baratas, o que atrai ainda mais as transnacionais (VERDUM *apud* CASIRAGHI, 2006, p.1).

Em 2006, sob o discurso do desenvolvimento regional e da expansão da fronteira agrícola, o Senador do Rio Grande do Sul Sérgio Zambiasi propôs a emenda constitucional (PEC 49/2006) que previa a redução da faixa de fronteira de 150 para 50 km do Mato Grosso do Sul ao Rio Grande do Sul. Na realidade, se aprovada a emenda, ela beneficiaria os empreendimentos ligados ao agronegócio e prejudicaria as condições ambientais, impedindo a expansão da agricultura familiar.

3 O ESTUDO DA CATEGORIA TERRITÓRIO

O território, tradicionalmente, tem sido objeto de estudo da Geografia, entretanto, desde a década de 1980 tem sido utilizado em estudos de diversas áreas e “por distintas instituições na elaboração de projetos de políticas públicas” (FERNANDES, 2008, p.273). Nesses estudos, muitas vezes, a categoria território tem sido apropriada inadequadamente, porque são ignorados os conhecimentos já produzidos na Geografia sobre o assunto (FERNANDES, 2008). Por isso, neste trabalho, optou-se por fazer uma breve introdução ao tema, recorrendo a autores desta área disciplinar.

Corrêa (1995) identificou diferentes concepções vinculadas às correntes do pensamento geográfico acerca das categorias espaço e território: Geografia Tradicional, Teorético-Quantitativa, Humanista/Cultural e Crítica. Os estudos realizados no período entre 1870 e a década de 1950 ficaram conhecidos como Geografia Tradicional ou Política. Naquela época, os conceitos de território e espaço [vital] não eram centrais, contudo estavam presentes desde a obra de Ratzel (CORRÊA, 1995):

Seja como for, postulamos a existência de uma possível epistemologia da geografia, em razão de sua própria busca de ‘leis’, quantitativas ou não. Somos encorajados nesse caminho pela geografia política, ela própria fundada de fato, em toda a sua amplitude, por Ratzel, em 1872. [...] mas seria errôneo condená-lo por ter naturalizado a geografia política. [...] O próprio Ratzel recuou e reconheceu que a comparação do Estado com organismos altamente desenvolvidos não era produtiva. Insistindo no Estado, na circulação e na guerra, ele revela preocupações e sobretudo uma perspectiva sociopolítica que pouco se satisfariam com uma simples demarcação dos métodos puramente biológicos (RAFFESTIN, 1993, p.12 – grifos do autor).

Nessa concepção, o território “vincula-se à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo”, enquanto o espaço “expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total da população e dos recursos naturais” (CORRÊA, 1995, p.18). Nesse sentido, a expansão e a preservação do espaço vital são a razão de ser do Estado. “O espaço transforma-se, assim, através da política, em território, em conceito-chave da geografia” (CORRÊA, 1995, p.18).

“Para Ratzel, o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais”, o que permite inferir uma

relação de determinismo entre solo e Estado na abordagem deste autor (RAFFESTIN 1993, p.13). Em sua origem, a Geografia Tradicional concebeu o Estado como sendo o “único núcleo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.15).

De modo bem genérico, com algumas raras exceções, a geografia política no século XX foi uma geografia do Estado. [...] Na realidade, o fato político penetrou toda a sociedade e, se o Estado é triunfante, não deixa de ser um centro de conflitos e de oposições – em resumo, um lugar de relações de poder que, apesar de dissimétricas, não deixam de ser presentes e reais. Mas a geografia do Estado apagou esses conflitos, que apesar de tudo continuam a existir em todos os níveis relacionais que postulam uma geografia política multidimensional (RAFFESTIN, 1993, p.22).

Até a década de 1950, o território era tratado como limite jurídico-administrativo sob domínio do Estado, por influência de Ratzel. Contudo, naquele momento também começou a ser superada a abordagem “meramente descritiva, classificatória e acrítica”, em estudos para além do domínio e controle político do Estado Nação (SAQUET, 2007, p.16). Naquele momento a abordagem territorial se tornou interdisciplinar, incorporando aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, tais como relações de poder e de produção, conflitos sociais, informação, comunicação, desenvolvimento, redes, tempo, cultura (SAQUET, 2007).

De fato, a Geografia, até a Década de 50 era considerada uma ciência física, mas com a mudança de abordagem passou a ser considerada também uma ciência social. Como tal, a Geografia estava calcada no positivismo e no raciocínio hipotético-dedutivo, a Geografia Teorético-Quantitativa que, tinha como conceito central o espaço (CORRÊA, 1995). Naquela época surgiu a noção de espaço relativo, entendido a partir das relações entre os objetos e os custos destas relações impostos pela distância. Desta maneira, o Estado deixava de ser considerado apenas como um espaço delimitado por fronteiras externas, pois passava a incluir as relações sociais e de poder internas (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A Geografia Humanista, surgida na Década de 1970, foi “assentada na subjetividade [...] privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base da inteligibilidade do mundo real” (CORRÊA, 1995, p.30). Nessa corrente, o espaço adquiriu significado de espaço vivido e, além de dever ser considerado como uma experiência social contínua no movimento, no próprio espaço e no tempo, deve ser considerado como campo das representações simbólicas (CORRÊA, 1995). Essa abordagem enfatizava as dinâmicas “política e cultural, simbólico-identitária, tratando de representações sociais” (SAQUET, 2007, p.15).

Foi também durante a década de 1970 que emergiram os estudos da Geografia Crítica, fundamentada no “materialismo histórico e na dialética” (CORRÊA, 1995, p.23). Para o

sociólogo francês Henry Lefebvre (1991), um dos expoentes dessa abordagem, apenas a luta de classes detém a capacidade de criar diferenças que não são intrinsecamente baseadas na lógica da estratégia de crescimento econômico, incluindo aí a ação política das minorias.

A Geografia Crítica problematizou a abordagem da Geografia Tradicional, caracterizada como uma análise racionalista, determinística e unidimensional de território e do Estado, sob o argumento de que o Estado racional(izado) ignora o aspecto contraditório da realidade, buscando a construção de um consenso em torno de uma ideologia¹⁶, neste caso, a legitimação do Estado Nação como ente responsável por ditar as formas de organização social do espaço e, portanto, dos territórios. De acordo com Raffestin (1993, p.199), “a geopolítica é unidimensional na exata medida em que constitui o suporte ideal para desenvolver estratégias cuja finalidade é a dominação”.

Portanto, a emergência de um pensamento crítico e geopolítico, assim concebido, implicou a preocupação com uma ciência do Estado¹⁷, entendido como “um organismo geográfico em constante movimento”, devendo levar em consideração “as organizações que se desenvolvem num quadro espaço-temporal que contribuem para organizar ou... para desorganizar” (RAFFESTIN, 1993, p.18-19). Para Lefebvre (1973, p.75 – grifos do autor), “nunca existe um sistema acabado, mas esforço no sentido de sistematização – no sentido da coerência e da coesão – a partir das *relações de produção* e das suas *contradições*”, às quais o Estado, na sua qualidade de legislador e organizador do sistema contratual, imputa perenidade, transformando a coesão em objeto de uma estratégia.

O território deve ser entendido, simultaneamente, como meio e fim. “Como meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia da organização. É, portanto, de uma só vez, meio e finalidade das estratégias” (RAFFESTIN, 1993, p.158). Dessa forma, o Estado “é o terreno, o meio e o processo” em que a luta pela hegemonia se desenvolve (LUGUORI, 2007, p.36). Trata-se, portanto, mais de uma postura ideológica do que metodológica, uma vez que se assume que a realidade é a constante disputa hegemônica entre projetos que disseminam maneiras diferentes de se organizar os modos de

¹⁶ Conforme Luguori (2007, p.90-1 – grifos do autor) “a luta pela hegemonia é luta de ideologias. [...] graças à ideologia é que um sujeito coletivo se torna consciente de si e, *portanto*, pode se contrapor à hegemonia adversária: a ideologia como lugar de construção da subjetividade”. Ideologia é a representação da realidade própria de um grupo social, constituindo uma subjetividade coletiva e que define os sujeitos coletivos. Quer dizer que a unidade histórica fundamental é resultante dos movimentos de contradições dos aspectos da realidade que se dão por meio da construção de uma visão de mundo - que se reflete nos modos de viver e pensar de uma sociedade - que se pretende dominante, e do constante questionamento dessa construção, ou seja, da contra-hegemonia (LIGUORI, 2007).

¹⁷ “Por Estado deve-se entender [...] aparelho privado de hegemonia”, que cria aparelhos para a construção do consenso. O Estado está atravessado pela luta de classe e “é instrumento (de uma classe), mas também, ao mesmo tempo, lugar (de luta pela hegemonia) e processo (de unificação das classes)” (CAMPIONE, 2007, p.29).

associação e de produção da vida, considerando que “o lugar de trabalho e de produção se converte assim na célula a partir da qual se configura um novo poder social, um novo estado” (CAMPIONE, 2007, p.27).

Neste trabalho, sociedade e natureza devem ser entendidas como uma totalidade orgânica, porque o espaço que é apropriado pelos sujeitos coletivos condiciona a maneira como produzem sua vida material e, por isso, a noção de modo de produção está contida na idéia de espaço social ou território¹⁸ (LEFEBVRE, 1991). A natureza é vista como a matéria-prima das forças produtivas, que também são compostas pelos distintos sujeitos coletivos, pelos instrumentos e pela organização do trabalho que a transformam (LEFEBVRE, 1991).

“A produção é sempre apropriação da natureza pelo indivíduo no seio e por intermédio de uma forma de sociedade determinada” (MARX, 1999, p.4). A produção da vida material determina o próprio processo da vida social, dado que são as relações de produção que estruturam a vida econômica, política, jurídica, espiritual das sociedades (MARX, 2007). É a intervenção humana que transforma a matéria em “um vasto campo de possibilidades” e cria novas relações e papéis simbólicos, porque sem as práticas e os conhecimentos humanos, a matéria permanece um dado bruto, inerte (RAFFESTIN, 1993, p.223).

Em um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade, elas entrarão em choque com relações de produção já existentes (MARX, 2007). Por isso mesmo, a História é o desdobramento das contradições sociais no decorrer do tempo. “Somente um ser objetivo pode ser histórico, e um ser objetivo só pode ser histórico. [...] Nesse sentido dual, a história é, portanto, uma dimensão do homem enquanto ser objetivo, automediador da natureza” (MÉSZÁROS, 2006, p.229). As contradições da realidade e das relações sociais só podem ser percebidas a partir da(s) história(s) de cada lugar e, portanto, dos sujeitos e de seu agir social dispostos espacialmente.

As formas como os seres humanos se relacionam com o espaço no seu processo histórico ocorrem na concomitância do movimento de continuidades e descontinuidades, ou seja, na superação do velho que se recria no novo, pois as continuidades “contêm em si elementos do momento e das *totalidades* anteriores. Com isso, o *velho* não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, parcialmente, no *novo*. É um processo inerente ao movimento universal e à dinâmica territorial, histórica e geográfica” (SAQUET, 2007, p.161, grifos do autor).

¹⁸ Para Lefebvre (1991) existe o espaço natural e o espaço social. Neste trabalho, o espaço natural será considerado como espaço e estará relacionado com a idéia de aspectos naturais e recursos materiais e, o espaço social será considerado como sinônimo de território.

Partindo do pressuposto que o espaço é anterior ao território, este é considerado como fruto da ação humana. Ao construir o território, os homens se relacionam com o ambiente historicamente, por isso “o território é fruto da espacialização da história da sociedade” (SAQUET, 2007, p.137). Para Raffestin (1993, p.144 – grifo do autor), “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. O território só adquire caráter de fluidez, se considerada a unidade do movimento histórico das conflitualidades das **territorialidades**, quer dizer, do trabalho humano que transforma o espaço em território (SAQUET, 2007). O **espaço**, sob essa ótica, é o substrato material da territorialidade e, por isso, o **território** acontece na relação entre sujeitos historicamente condicionados em relação plural de reciprocidade e unidade, ou seja, na territorialidade (SAQUET, 2007).

É na tensão das conflitualidades das territorialidades que a identidade dos sujeitos históricos é reconstruída. A **identidade** é compreendida, então, como uma unidade relacional, como condição e condicionante da reprodução social, assim como produto de um processo histórico objetivo e simbólico, que busca a unidade no movimento, ainda que através do reconhecimento de contradições, mantendo as relações sociais em um estado de coexistência e coesão (SAQUET, 2007; LEFEBVRE, 1991). Nesse esforço, os sujeitos sociais, ao se apropriarem do espaço, produzem uma identidade política, através da qual legitimam ou questionam as estruturas e as regras da ordem social vigente. É devido a isso, que a identidade adquire caráter de organização política “e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar econômica, política, cultural e ambientalmente”, sendo (re)construída histórica e coletivamente através das ações sociais (SAQUET, 2007, p.148).

O território é, portanto, (i)material¹⁹ e ligado à história e ao movimento de reprodução da sociedade e da natureza. As preocupações com a reprodução do território no tempo e no espaço pelos sujeitos remetem a projeções futuras, que acontecem na tensão das distintas territorialidades e identidades. As perspectivas de futuro da manutenção social do espaço remetem às tensões teleológicas (SAQUET, 2007). Dessa forma, os conflitos são inerentes e permanecem latentes nos territórios, intensificando a relação entre diferentes territórios (LEFEBVRE, 1969).

As tramas territoriais, nesse sentido, são o entrelaçamento das relações sociais que acontecem nos espaços e no tempo, ou seja, entre distintos territórios, e são entendidas a partir das relações e das complementaridades que acontecem entre os espaços e os sujeitos coletivos (SAQUET, 2007). A análise das tramas territoriais evidencia a questão da conflitualidade

¹⁹ Considera-se nesse trabalho, com base em Saquet (2007), que o território é ao mesmo tempo material e imaterial, porque é simultaneamente objetivo e subjetivo.

inerente à construção dos territórios e, por isso, deve apreender o movimento histórico e (i)material das distintas identidades coletivas na sua relação com o espaço.

Conforme Fernandes (2008), a superação de análises setoriais, quer dizer, de leituras de territórios que ignoram a conflitualidade, ocorre quando se considera o território como uma totalidade multidimensional, ou seja, a dimensão política está relacionada com muitas outras como a econômica, a social, a ambiental. Por isso que uma classe não pode se realizar no território de outra, porque organizam seus espaços e suas relações de maneiras diferentes. A análise do território deve ser focada nos territórios materiais, mesmo que se reconheça que ele é resultado de uma relação de poder que é sustentada pela imaterialidade, ou seja, conhecimentos, teorias, ideologias (FERNANDES, 2008). Cada grupo social possui sua própria consciência - ou subjetividade coletiva - e sua própria cultura, que unificam o seu sistema de idéias, a sua concepção de mundo e a representação da sua própria realidade, contudo, não são as ideologias que criam a realidade social, mas é a própria realidade social que, na sua estrutura produtiva, cria as ideologias. Portanto, a ideologia é uma construção prática, ao mesmo tempo em que é também instrumento de direção e identidade política, pois é a vida material que determina a consciência (LIGUORI, 2007). Trata-se, pois, de buscar recuperar a dimensão material do território, dado que ele é a condição de existência material da sociedade (PORTO-GONÇALVES, 2002). De acordo Fernandes (2008), o princípio da multidimensionalidade implica a compreensão do processo de formação do território, quer dizer, da concepção de sua área, de seus recursos e das relações que o transformam.

A análise do território, conforme Fernandes (2008), deve considerar três tipos de territórios materiais, que aqui, serão considerados como dimensões de análise. O primeiro território é o formado pelo Estado e suas unidade territoriais - municípios, países, estados -, a partir dos quais outros territórios, os do segundo tipo, se organizam. Há de se fazer menção que o estabelecimento da linha fronteira, ou seja, a limitação da área legal e legítima de atuação do aparato governamental de um Estado Nação, ocorre após o processo de demarcação (normalmente, via guerras, conflitos e acordos legais), pretendendo não estar mais sujeito à contestação por parte de qualquer outro Estado ou unidade territorial de Estado, e, a sua funcionalidade é determinada pelas transformações socioeconômicas e políticas inerentes ao seu limite (RAFFESTIN, 1993, p.167). É possível afirmar que a fronteira é um subconjunto da categoria limite, mas estranhamente, nem todo limite tem uma conotação política tal qual a fronteira. “Na verdade, a fronteira se insere numa categoria particular, pois os Estados-Nações tomaram-na como sinal [...]. Como tal, a fronteira é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia” (RAFFESTIN, 1993, p.166). Ora, isso ocorreu

quando o Estado Moderno assumiu o controle absoluto do espaço e dos territórios com vistas à demarcação para exercício de funções legais, de controle e de fiscalização²⁰.

O segundo território é caracterizado pela relação social que o produz e sua constituição só ocorre nas disputas de poder no primeiro território. Se se considera que é a partir da apropriação do espaço natural que os indivíduos determinam o modo de produção de uma coletividade, é possível considerar que nesse momento também são estabelecidas relações que criam e representam sentidos de mundo espacializados. Portanto, a maneira como um espaço do primeiro território é significado pelo trabalho humano se refere às territorialidades que conformam o segundo tipo de território, ou seja, as disputas sociais no interior de uma unidade territorial do Estado Nação (FERNANDES, 2008).

Como o fundamento caracterizador do segundo tipo de território é a relação que o produz, esse tipo pode ser contínuo ou descontínuo, pode ser um todo ou uma parte, pode pertencer a uma ou mais pessoas e/ou organizações, que buscam a autonomia de seus territórios. Mas essa autonomia ocorre no seio do Estado que os abriga, ou seja, dentro dos limites e regras jurídicas do aparato governamental aos quais estão subordinados.

uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos [...] no entanto indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um 'estado' enquanto instância de poder centralizada e separada do restante da sociedade (SOUZA, 1995, p.106 – grifo do autor).

O terceiro território, portanto, é disputado por organizações transnacionais que controlam ou participam do controle de parte dos espaços do primeiro e do segundo territórios, cujas territorialidades não podem ser entendidas plenamente apenas pelas fronteiras internas do Estado Nação. No terceiro tipo, as diferentes dimensões territoriais manifestam seus movimentos em escala mundial (FERNANDES, 2008).

Há de fato, em todo o caso, duas maneiras de propor o mundialismo: de uma forma unitária, pelo triunfo de um modelo considerado, num dado momento, superior a todos os outros; ou de forma pluralista, pela experimentação de vários modelos. O mundialismo atualmente proposto é unitário [...] e precede de uma falsa racionalidade, que esmaga todas as diferenças em proveito de um modelo único (RAFFESTIN, 1993, p.131).

²⁰ A função legal regulamenta, por meio de normas e instituições jurídicas, as atividades da sociedade no interior do limite demarcado; a função de controle inspeciona a circulação de bens, pessoas e informação, e; a função fiscal é instrumento de protecionismo ou liberalização de atividades econômicas.

Essas ações sinalizam para outros possíveis regimes de poder, indicando a necessidade de repensar as relações internacionais (PORTO-GONÇALVES, 2002). A análise do terceiro território permite inferir que existem territórios que mantêm sua autonomia, capturando e disputando por espaços para além das barreiras e limites legais do Estado Nação.

Desta forma, para superar a dicotomia entre política e economia, estatal e não-estatal, ou seja, das separações artificiais pregadas por propósitos hegemônicos, o movimento das idéias tem de recuperar a concepção de totalidade social. Considerando o território como processo histórico e produto das lutas sociais, tenta-se apreender as disputas que se expressam nas tramas territoriais em Aceguá.

Este trabalho, portanto, parte do pressuposto de que há um território que se pretende hegemônico e que, para isso, cria estruturas materiais e simbólicas a fim de legitimar o seu modo de organização e o seu avanço sobre o espaço, visando à sua reprodução como classe dominante e detentora das forças produtivas²¹. Apesar de o Estado ser considerado como aparelho privado da hegemonia, dado que, de acordo com Campione (2007) ele é a unidade histórica da classe dirigente, a hegemonia não pode ser considerada como um atributo exclusivo do estado hegemônico, porque a história das classes dirigentes é a história dos Estados e grupos de estados. Porém, as classes subalternas desenvolvem autonomia política frente às classes dirigentes, na medida em que, questionando a visão de mundo e os modos de viver e pensar da classe dominante, desenvolvem a contra-hegemonia e obtêm a adesão de outras classes (CAMPIONE, 2007). Dessa forma, uma crise de hegemonia abala a supremacia intelectual e moral das possibilidades de avanço territorial da classe dominante.

A hegemonia nasce do conjunto de relações sociais, políticas e ideológicas no seio do Estado Nação, mas é exercida sobre a sociedade como um todo, sobre suas instituições e idéias, não necessariamente através do uso da violência repressiva, mas normalmente via mediação humana através de programas, líderes e partidos políticos e de intelectuais, por exemplo (LEFEBVRE, 1991). A questão que se coloca é a de pensar adotando uma concepção de mundo imposta e que se pretende hegemônica ou elaborar a própria visão de mundo consciente e criticamente, participando da produção da história (CAMPIONE, 2007). Posto dessa maneira, o Estado deve ser considerado como um organismo em movimento, porque é palco da história das lutas de classes e, por isso, que as tramas territoriais devem ser analisadas na organização e na desorganização espacial dos sujeitos coletivos através das suas

²¹ As forças produtivas são compostas e significadas pelos recursos naturais do espaço, pelos conhecimentos e instrumentos necessários para o trabalho e pela organização do trabalho, poder-se-ia dizer, pelas territorialidades espacializadas e pela autonomia dos sujeitos no processo histórico.

territorialidades no interior, mas também, na extrapolação dos limites jurídicos do Estado Nação.

Este trabalho tem como primeiro território, o município de Aceguá e, dessa forma, o segundo território tem como foco as territorialidades que o tem como substrato material, ou seja, o próprio território como categoria de análise. Contudo, essas territorialidades extrapolam os limites do município, do Estado e do país, conformando um terceiro território, que tem como ponto de partida os dois territórios anteriores.

4 AS TRAMAS TERRITORIAIS

Esse capítulo está dividido em cinco partes e tem o objetivo de analisar as tramas territoriais na zona de Aceguá. Para tanto, no primeiro momento é caracterizado o seu espaço natural, o Pampa, dado que é ele o substrato material das suas territorialidades e dos seus territórios. Por isso, só no segundo momento são problematizadas as tramas propriamente ditas entre os sujeitos históricos naquele espaço, que está subdividida em três partes, a fim de conformar os segundos territórios: os territórios na Campanha, focando Aceguá; os territórios das comunidades que se desenvolveram em Aceguá no início do Século XX até sua emancipação; e os territórios no município. Por fim, há um último tópico em que se estabelece uma relação em nível de terceiro território na atualidade.

4.1 ACEGUÁ: CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO

O município de Aceguá abrange uma área espacial de 1.549 km² que pertenceu ao município de Bagé até 1996, quando se emancipou do mesmo. A sua população - estimada em mais de 4.100 habitantes-, assim como suas principais atividades econômicas, são consideradas predominantemente rurais (FEE, 2008). A fronteira de Aceguá com o Uruguai se entende por 65km ao oeste e ao sul do município, em sua maior parte sem obstáculos naturais, ou seja, de fronteira seca, o que facilita o intercâmbio entre as populações (INCRA, 2007).

Aceguá está localizado a 60 km de Bagé, com o qual faz divisa municipal ao norte e ao oeste. Ao leste, faz limite com os municípios de Pedras Altas, Candiota e Hulha Negra. Há 60 km de Aceguá, no Uruguai, está localizada Melo, a sede do Departamento de Cerro Largo, ao qual está subordinada a Vila de Aceguá, onde vivem aproximadamente 1.400 pessoas (PORTAL URUGUAY DE DESARROLLO, 2007). Os limites municipais de Aceguá, suas estradas e sua divisão distrital: Sede, Rio Negro, Minuano e Colônia Nova; podem ser verificados na Figura 2.

Mas, é o espaço originalmente criado pela natureza o *locus* das relações sociais e da sua (re)produção (CORREA, 1995). “Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.163). Portanto, para se caracterizar o espaço de Aceguá, há de se fazer menção ao fato de que no espaço do Estado do Rio Grande do Sul ocorre a transição entre dois biomas: Mata Atlântica e Pampa, cada qual com suas características naturais. A fronteira com o Uruguai, onde se localiza Aceguá, está na região onde predomina o Pampa, formação natural característica de seu espaço (Figura 3). Esse bioma é formado por solos arenosos e rasos de baixa fertilidade natural e capacidade de retenção de água (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

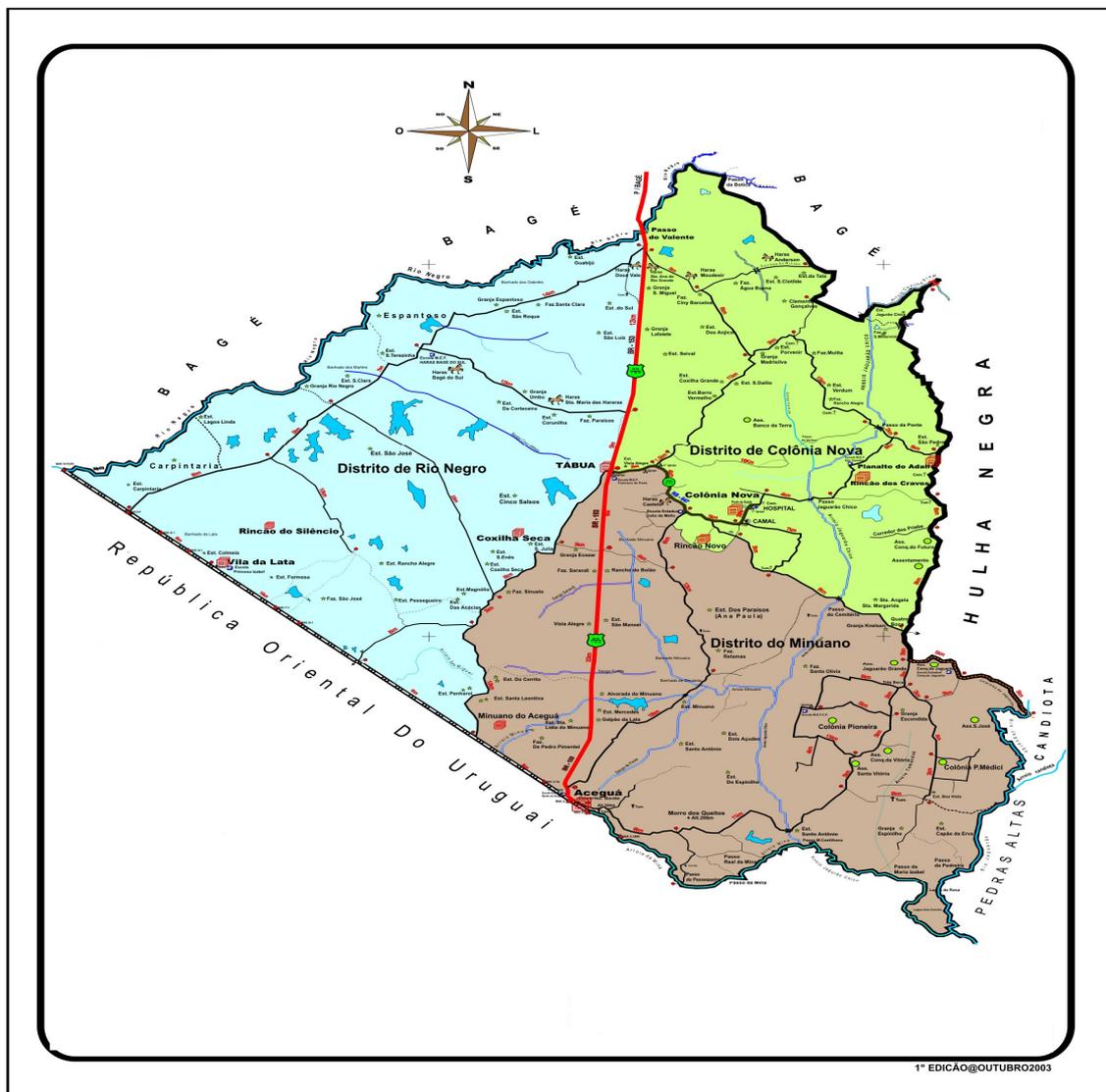


Figura 2 - Limites e distritos do município de Aceguá

Fonte: Aceguá, 2003

A combinação dos elementos naturais do e no espaço dispostos pela ação humana remete ao conceito de paisagem que é, ao mesmo tempo, objetiva, porque é material, e subjetiva, porque é fruto da organização social do espaço (SAQUET, 2007). “Assim, o território aparece como uma paisagem para cada qual, como um abrigo onde nascemos como se fora um palco natural de nossas ações” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.163 – grifos do autor). A paisagem, nesse sentido, fragmenta ao mesmo tempo em que é uma fragmentação do espaço, pois as formações sociais e econômicas estão ligada a um espaço específico – uma paisagem –, “produzida e reproduzida nele” (COSGROVE, 2003, p.128; LEFEBVRE, 1991).

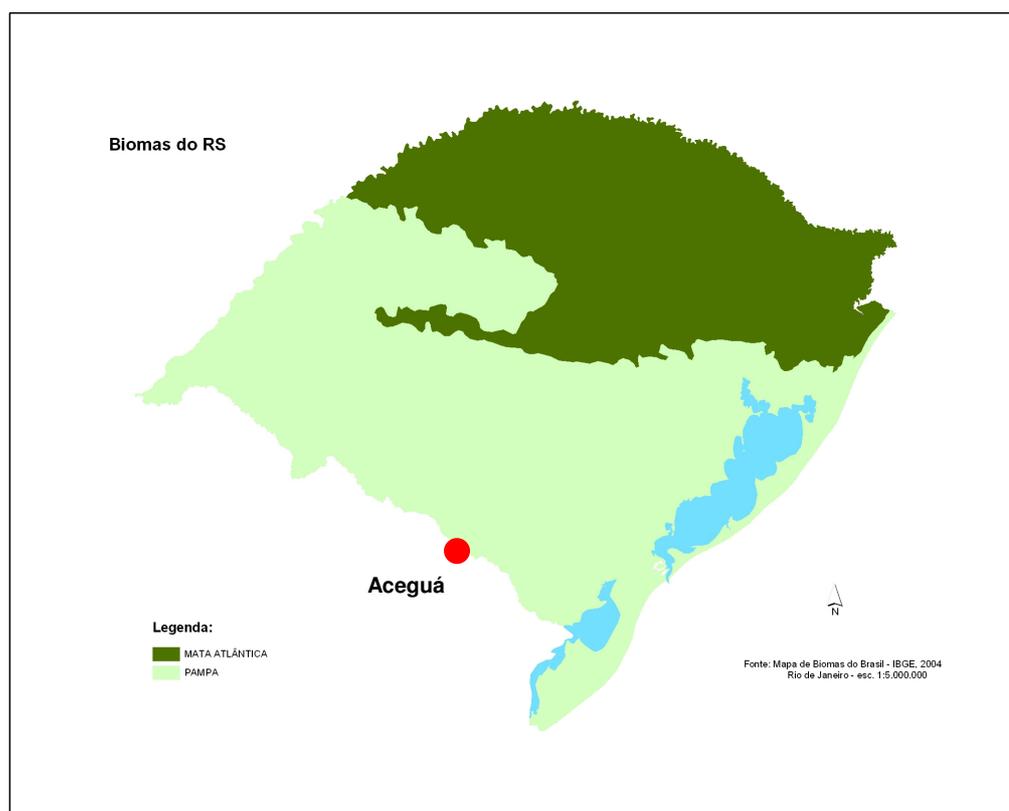


Figura 3 - Biomas do Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE, 2004

No pampa, a paisagem com predominância da vegetação arbustiva é, provavelmente, a mais parecida com a sua formação original, ou seja, com o mínimo de interferência do trabalho humano (Figura 4). Esse tipo de vegetação garante a conservação dos solos e das águas da região e predomina em áreas onde as atividades da agropecuária não são intensas ou são mal manejadas (INCRA, 2007).

O espaço natural de Aceguá é caracterizado por vegetação típica de campo em relevo suave ondulado. Por ter solo arenoso e lençol freático suspenso, além de apresentar forte tendência à erodibilidade e drenagem imperfeita, o solo do município possui baixa resistência

a impactos ambientais e, assim, uma aptidão agrícola de regular a restrita, tendo vocação para a pecuária com manejo moderado (FEPAM, 2001). As espécies arbustivas são mais adequadas para alimentação de caprinos e ovinos. Há áreas que se apresentam como pastagens nativas, pois desfrutam de boa qualidade de forrageiras, que servem para a alimentação de bovinos (INCRA, 2007).



Figura 4 – Chircao - vegetação arbustiva do Pampa - e campo com ovelhas em Aceguá (2008)

Por estar localizada em uma zona subtropical, Aceguá apresenta clima com elevada amplitude térmica entre as estações do ano. Os invernos são caracteristicamente frios e, os verões, quentes. De abril a novembro podem ocorrer geadas e, de novembro a maio, estiagem (INCRA, 2007). Há também a presença do “Minuano”, vento muito frio e característico da região. O vento aliado às altitudes do município de Aceguá, que variam entre 50 e 300m de altitude, são fatores que contribuem para o frio intenso e influem nas atividades produtivas do município, como a criação de animais e o cultivo de lavouras que se adaptem a essas características. O frio também influi em alguns costumes da população, como nas vestimentas e nos hábitos alimentares.

A rede de drenagem de Aceguá pertence às Bacias Hidrográficas dos rios Jaguarão e Negro, os quais formam algumas das linhas divisórias do município. As bacias dos rios que abastecem a cidade, assim como uma visão dos usos deste espaço para atividades econômicas podem ser vistos na Figura 5.

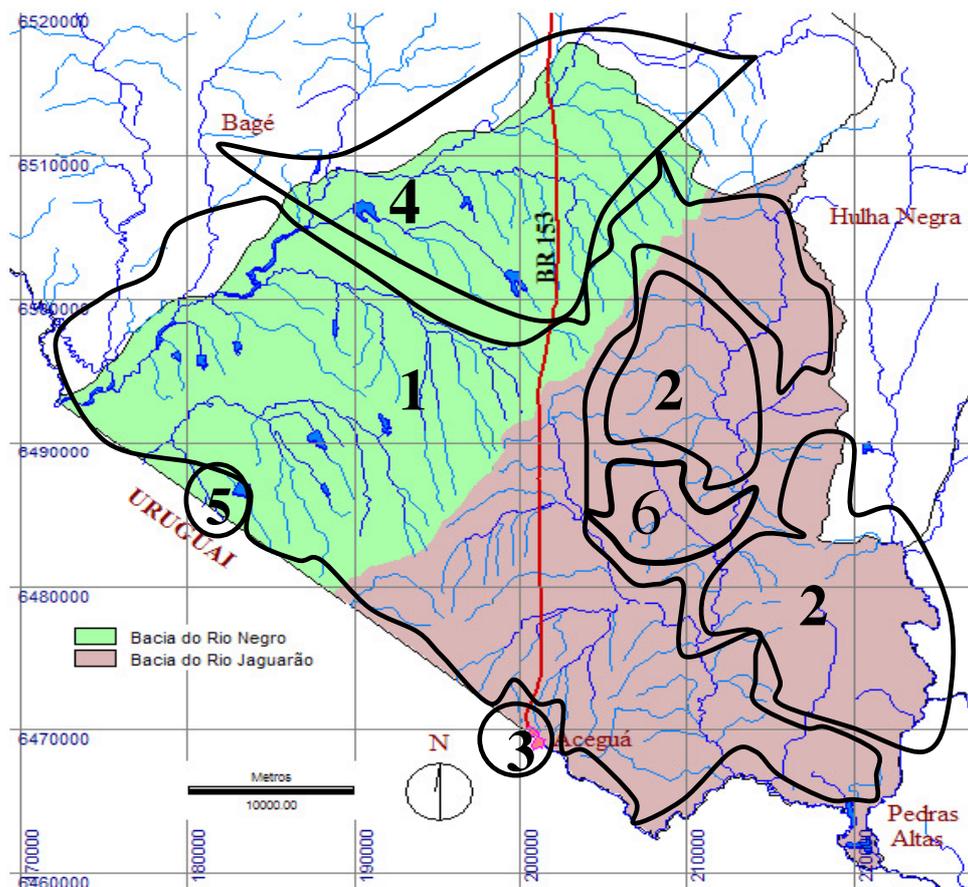


Figura 5 - Bacias Hidrográficas de Aceguá

Fonte: INCRA, 2007

Legenda

- 1 – médias e grandes propriedades (pecuária de corte, arroz irrigado, principalmente)
- 2 – assentamentos (pecuária leiteira)
- 3 – sede do comércio e dos serviços
- 4 – grandes propriedades haras
- 5 – Vila da Lata
- 6 – sede da Fazenda Ana Paula

Os rios são de extrema importância não apenas por causa do fornecimento de água para consumo humano, mas para a irrigação das atividades agropecuárias. Apesar das suas bacias hidrográficas ocuparem mais de 158 mil ha. da sua área, entre os meses de novembro e fevereiro vem sendo constatado déficit hídrico, dada a “associação entre as altas temperaturas destes meses, a diminuição dos índices de precipitação e a baixa capacidade de armazenamento de água no solo” (INCRA, 2007, p.7), o que se apresenta como um problema de abastecimento para as populações do município e se constitui em um empecilho para culturas que necessitam de razoáveis quantidades de água durante esse período.

Mas, “se o espaço se torna lugar da reprodução (das relações de produção), torna-se também lugar de uma vasta contestação não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo no outro” (LEFEBVRE, 1973, p.97). Portanto, o espaço é elemento e

instrumento de disputa nas relações sociais, pois essas só ocorrem de modo espacializado, não só pela necessidade de apropriação de uma parcela do espaço em si, mas também na transformação dos recursos materiais para produção material da vida. As conflitualidades territoriais no município de Aceguá têm como substrato material o espaço do Pampa, portanto, suas diferentes coletividades cria[ra]m distintas estratégias de produção, organiza[ra]m seus espaços, disputa[ra]m pelos recursos naturais desse bioma, configurando o segundo território. Tomando Aceguá como realidade territorial e como campo de forças sociais, tentou-se apreender a complexidade do processo histórico de interação entre o espaço natural e a sua organização pelos sujeitos coletivos através dos seus modos de produção nos limites do município.

4.2 TRAMAS TERRITORIAIS NA CAMPANHA

Esta seção tem o objetivo de analisar as tramas territoriais que ocorreram na zona de Aceguá até o início do Século XX, conformando os processos de transformação das formações sociais.

4.2.1 Os Povos Nativos e os Territórios Comunitários

Em Aceguá, a cultura das tribos autóctones teve contato com novos elementos culturais dos povos europeus em 1683. Padres jesuítas após fundarem São Miguel das Missões, avançaram pelas Serras de Aceguá com índios guaranis das Reduções do Alto Uruguai (BAGÉ, 2008). Como inimigos dos guaranis e em defesa do espaço para sua livre circulação, os povos nativos da região tentaram destruir a redução de Santo André de Guenoas na região de Bagé, erguida pelos missioneiros (BAGÉ, 2008).

Faz-se importante ressaltar que as tribos nativas se apropriaram do espaço do Pampa para a produção comunitária de seus territórios, pois compreendeu a organização comunitária do trabalho (FERNANDES, 2006). As mulheres se dedicaram à agricultura de subsistência, enquanto os homens, à caça e à guerra. Isso representou uma divisão do trabalho social com

base no gênero em decorrência da possibilidade de mobilidade dos sujeitos e das demandas da produção da sua vida material, forjando suas territorialidades. Contudo, os territórios não manifestam apenas espaços físicos, mas também relações e idéias, transmitidas através de palavras, produzindo diferentes interpretações sobre os distintos territórios.

sociedade e território, vê-se, são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território. [...] sociedade e espaço. [...] O fato de que os homens e mulheres sejam seres que fazem História e Cultura, animais simbólicos que são, não os faz deixar de ser matéria viva. Toda apropriação material é, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, simbólica. Afinal, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha significado (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.163 – grifos do autor).

A expressão *yace-guab*, que deu origem ao nome do município, é tupi-guarani. As tribos nativas da zona de Aceguá eram inimigas dos guaranis, índios que foram catequizados pelos jesuítas, responsáveis pela introdução dos rebanhos de gado na região. A origem da denominação da zona leva a crer que os índios evangelizados impuseram sua territorialidade naquele espaço. A expressão guarani é polissêmica e um de seus significados é ‘terra alta e fria’, características geográficas e climáticas do local; um outro é ‘seios da lua’, que faz referência aos altos cerros do município, Serra de Aceguá. Há quem diga que significa ‘local de descanso eterno’ devido à provável existência de um cemitério indígena (ACEGUÁ, 2001). Com isso, “temos o conhecimento acerca da natureza como conhecimento coletivo e comunitário inscrito na língua (oralidade), que está entre os homens e mulheres e não é de nenhum deles individualmente” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.167).

Dessa forma, percebe-se que aqueles índios, ao se apropriarem do espaço, expressando-o na linguagem, fizeram-no em uma relação de conhecimento e integração com as suas características naturais, forjando territórios a partir da organização comunitária do trabalho e do compartilhamento de seus conhecimentos sobre os aspectos espaciais. Assim, torna-se possível identificar uma tensão constitutiva entre o material e o simbólico, em uma relação muito específica entre as estruturas mentais e naturais, entre a linguagem e determinados elementos constantes que se repetem na experiência sensorial (PORTO-GONÇALVES, 2002). Nesse sentido, o poder do signo é estendido pelo poder do conhecimento sobre a natureza, tanto que a expressão tupi-guarani, que permanece até hoje, diz muito a respeito do município, como terra fria, alta e com cerros.

4.2.2 Os Territórios Missioneiros

É possível afirmar que as formações ‘modernas’ no Rio Grande do Sul foram marcadas pela “invasão do território indígena”, ou seja, pela tensão entre as territorialidades dos povos nativos e dos exploradores europeus (FERNANDES, 1999, p.15). De um lado, um território comunitário e, de outro, um território de exploração. O coletivo, normalmente, se coloca como contrário à exclusão causada pela propriedade privada, “base do espaço mutuamente excludente, da soberania absoluta, que subjaz ao conceito de território nas matrizes hegemônicas do pensamento moderno-colonial”, que não reconhece a conflitualidade das relações sociais (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.176). Por isso mesmo, “nas formações primitivas, a história se verifica no ponto de contato com outras sociedades, em vez de internamente” (COSGROVE, 2003, p.126).

Como as autoridades religiosa e política dos povos pré-colombianos se baseavam na figura de um único chefe, o invasor, ao eliminar o poder político indígena, abalava também seu poder religioso. Complementando sua agressão à cultura dos povos autóctones, o explorador construía igrejas e capelas como demonstração de sua vitória, expressando materialmente seu domínio ideológico e transformando o espaço em meio de dominação. Esses novos fatores implicaram a desorganização dos territórios das tribos nativas, pois alterou o seu ritmo de trabalho e de deslocamentos, enfim, de seu modo de vida, devido à centralização e à racionalização do espaço produtivo como fruto das reduções (COTRIM, 1995).

O modelo de produção das Missões Jesuíticas manteve o regime comunitário das terras e dos meios de produção, apesar da evangelização dos ‘índios’ pelos padres católicos terem o intuito de explorar a mão-de-obra nativa para a nova atividade produtiva, a pecuária. O território missioneiro foi marcado pela introdução dos rebanhos bovinos pelos jesuítas, implicando a sedentarização dos povos nativos e a implantação de estruturas até então inexistente, como a imponência das grandes construções das Reduções e a imposição dos símbolos do Catolicismo (Figura 6).



Figura 6 - Ruínas de Miguel das Missões
Fonte: www.skyscrapercity.com

É necessário afirmar que naquela época não havia a possibilidade técnica de abreviar o tempo de produção e, o crescimento e o engorde do boi eram deixados para a ação dos agentes naturais – as pastagens, as chuvas, as secas –, respeitando o ritmo de reprodução do próprio espaço (FREITAS, 1980). Por isso, a quantidade de trabalho variava de acordo com a produtividade das pastagens, que se renovavam por si (GENRO, 1980). Dessa forma, a atividade de produção nos territórios missioneiros implicou a sintonia com o espaço e o tempo da natureza, pois respeitou o ritmo da produção natural, apesar da imposição da doutrina católica e a centralização de estruturas que transformou a identidade dos povos nativos nômades e guerreiros, em ‘índios missioneiros’, sob a tutela da ‘fé cristã’.

4.2.3 O Domínio Português

Em relação às Missões, a ocupação promovida pela coroa lusitana em meados do Século XVIII teve em comum a imposição violenta dos imigrantes sobre os territórios já estabelecidos. Mas, diferente dos jesuítas, que mantiveram o regime comunitário das terras, dos conhecimentos e da organização do trabalho, os portugueses promoveram a reprodutibilidade dos espaços das metrópoles nas colônias, que só foi possível por causa do estabelecimento de um sistema de circulação.

Naquela época, já estava consolidada uma rede continental de controle de fluxos, que tinha como ponto de partida e chegada a Europa, que estava se industrializando e controlava recursos, bens e pessoas ao redor do globo, pois detinha os conhecimentos das rotas marítimas, que mediavam as relações entre América e Europa, entre os centros de produção, de transformação e de consumo (RAFFESTIN, 1993). Eram esses fatores que concediam

coerência ao Sistema Colonial que, por meio da imigração, foi promovendo a ocupação das terras das Américas. Os imigrantes provocaram uma mudança qualitativa na população das Américas, pois além da miscigenação dos povos, emergiram territorialidades que se complementavam de maneira antagônica, configurando classes detentoras e não-detentoras das forças produtivas.

Os imigrantes imputariam a dinâmica necessária para o funcionamento da rede de trocas de matérias-primas das colônias e produtos manufaturados da metrópole, cabendo ao Estado o monopólio das ligações comerciais com suas colônias. O contingente da população nativa das Américas que se subordinou à imposição violenta da coroa não era o suficiente para o trabalho e a produção almejada pela metrópole. Por isso, para manter uma classe detentora das forças produtivas nas colônias, os portugueses tiveram de promover a imigração de grupos que a ela se subordinassem e a legitimassem como tal.

À medida que os países europeus foram se consolidando como estados e promovendo o avanço das técnicas e da produção industrial, avançaram violentamente também sobre os territórios das tribos africanas, muitas das quais foram trazidas e escravizadas na América para manutenção do Sistema Colonial. Ressalta-se que com o aprimoramento das técnicas de circulação, as distâncias e os tempos entre os espaços diminuíram e, naquele contexto, o controle da circulação de mercadorias e moeda se tornou o princípio mediador entre espaços e pessoas, organizando e desorganizando os territórios.

Com o domínio português e a doação de sesmarias, os territórios comunitários dos missionários foram transformados, pois a apropriação do espaço por particulares alterou as suas relações de produção. O aproveitamento da sua força de trabalho se apresentou como a solução mais lógica para a exploração de suas próprias terras (FREITAS, 1980). Foram as comunidades nativas que desenvolveram e passaram aos estancieiros os instrumentos adequados para as atividades da pecuária no espaço do Pampa, como a boleadeira, a indumentária para o trabalho, o laço, a moradia primitiva, o transporte nos rios, que foram elaboradas, respeitando a produção e o ritmo naturais.

Os conhecimentos daqueles povos foram cruciais para o desenvolvimento das estâncias, porque “o caráter extensivo da criação e o estado selvagem dos rebanhos” fizeram com que o cavalo fosse base técnica e instrumento de trabalho da produção pastoril (FREITAS, 1980, p.16). A massa autóctone possuía o domínio absoluto do cavalo, necessário para dominar e amansar o gado, por isso os missionários seriam os trabalhadores ideais para a produção pecuária almejada pela Coroa e pelos estancieiros.

Na transmutação de sua territorialidade, os missioneiros alteraram sua identidade. O território comunitário se transformou em um espaço que não mais lhes pertencia, mas sim, servia para exploração da sua força de trabalho, como condição para sua subsistência. Já não era a produção com o espaço, mas a produção para e nas terras do estancieiro, que assim foram forjando seus territórios, apropriando-se do espaço e impondo ideologicamente a propriedade privada e a concentração de terras e de renda como condição para a produção material da vida e reprodução dos sujeitos coletivos. A paisagem, contudo, não foi alterada no plano objetivo devido à manutenção das mesmas técnicas de trabalho, porque a produção da atividade pastoril naquela época só podia aumentar através do emprego de processos extra-econômicos, dada a impossibilidade técnica de aumento do ritmo da produção.

4.2.4 A Formação do Latifúndio

Há de se fazer menção que, em relação à mineração no centro do país, a criação de gado no Rio Grande do Sul não esteve completamente subordinada ao controle das autoridades coloniais. Isso gerou uma espécie de isolamento da população “em relação ao mundo da administração e da política” das autoridades legais do governo lusitano, o que forjaria e legitimaria a territorialidade dos estancieiros como, além de proprietário dos meios de produção, importantes agentes políticos e militares naquela zona da fronteira. Como proprietários das forças produtivas, os estancieiros possuíam também os meios para prover infra-estrutura e, enquanto ‘senhores’, tinham sua legitimidade reconhecida pelos grupos sob seu controle. O poder privado dos grandes proprietários de terras exerceu um domínio incontestado (CARVALHO, 2001, p.19).

Os estancieiros forjaram seus territórios na transformação dos espaços produzidos pelos missioneiros, capturando seus rebanhos e se apropriando de suas terras, força de trabalho e conhecimentos. A territorialidade dos estancieiros se fundamentou no controle do espaço concedido pela Coroa Portuguesa e no reconhecimento de sua autoridade pelos grupos sociais sob sua dependência. Também esteve ligada à superioridade bélica da Coroa Portuguesa, à propriedade privada das forças produtivas, à introdução de novas relações de produção e à imposição da mentalidade da lealdade ao patrão, marginalizando o gaúcho, identificado como trabalhador nas terras dos estancieiros.

Integrados à fazenda, os gaúchos ou peões iriam se submeter à moralidade dos estancieiros, adotando a crença na honra, o respeito à propriedade privada e a fidelidade ao patrão. O vocábulo gaúcho passou a ser sinônimo de trabalhador da estância, como peões e preadores e, até meados do Século XIX, a figura do gaúcho esteve identificada como uma figura marginal na formação social da Campanha (GONZAGA, 1980).

De acordo com Vares (1998, p.140), quando a economia do Rio Grande do Sul começou a se “estruturar como subsidiária, a classe dominante [os estancieiros] ainda pouco se diferenciava de suas origens – no nível da consciência de classe e em seu próprio comportamento social. Na realidade, só materialmente esta classe se definia como possuidora”. Normalmente, “o peão e o fazendeiro trabalhavam em conjunto, nas mesmas condições, com as mesmas vestes, estabelecendo-se, entre ambos, uma relação fraterna e de recíproca admiração” que, contudo, não era esmaecida pelo poder de mando, de controle e da detenção dos meios de produção pelo estancieiro (GENRO, 1980, p.91).

Naquela época, quanto mais favoráveis as condições do ambiente para a produção das estâncias, menor a quantidade de trabalho necessário nas pastagens, contudo esse fator também implicou a maior quantidade de trabalho excedente dos gaúchos apropriado pelos estancieiros (FREITAS, 1980). Dessa forma, a ‘falsa’ identificação era proveniente do uso comum de vestimentas, linguajar, costumes e lides com o trabalho (GENRO, 1980).

A falsidade da identificação vem do fato de que o desenvolvimento das forças produtivas marginaliza o produtor (o peão) e urbaniza o proprietário, o fazendeiro que, até certa época, trabalhava lado a lado com aquele, sendo, neste aspecto, também um produtor, além de proprietário. Este desenvolvimento das forças produtivas, que passa pela abertura das estradas de ferro e de rodagem, o uso da cerca de arame e a adoção de medicamentos veterinários, reflete-se numa mudança dos estilos de vida, de ambos, mas que só se processa lentamente (GENRO, 1980, p.92).

À medida que a propriedade das forças produtivas foi sendo retida por poucas pessoas, estas foram forjando um território em que o espaço e seus frutos (sua produção) pertenciam ao proprietário das terras, ao invés daqueles que trabalhavam a e na terra, submetidos ao controle espacial, social e econômico do estancieiro. Na racionalização do espaço e das forças produtivas, o proprietário foi se urbanizando e se distanciando da produção no espaço e passou a se concentrar na organização de seu território, na imposição material e ideológica da grande propriedade privada aos grupos sociais sob sua dependência. Os trabalhadores da terra, antes auto-suficientes, foram sendo marginalizados na sociedade pastoril que se desenvolveu em função do domínio colonial.

4.2.4.1 O Latifúndio e o Caudilhismo

Contudo, não só o estancieiro iria se urbanizar e marginalizar o gaúcho, pois, em meados do Século XVIII, uma atividade industrial conectada e submetida à atividade da pecuária, a indústria das charqueadas, foi motivada pela fixação das primeiras estâncias. Os charqueadores detinham a propriedade de seus fatores produtivos e forjaram um novo território. O espaço foi dividido e apropriado por uma nova classe, detentora dos primeiros estabelecimentos voltados para a produção do tipo industrial, que exigia uma velocidade de produção maior que a das estâncias.

Aqueles industriais só adquiriram autonomia política em união com os fazendeiros, que concentravam as propriedades e o poder político na sociedade pastoril. Além disso, os estancieiros exerciam forte influência sobre o território das charqueadas, pois os pecuaristas forjaram seus territórios com base na produção e organização do trabalho que teve na matéria-prima das charqueadas a sua razão de ser, por isso, o desenvolvimento das charqueadas e da classe dos charqueadores foi condicionado pelos territórios das estâncias (GENRO, 1980).

Mesmo com a introdução da atividade industrial, a economia rio-grandense permaneceu voltada para o mercado interno brasileiro. A produção de charque era destinada principalmente para a alimentação de escravos, que integrados às charqueadas foram obrigados a participar como guerreiros na expansão das áreas de pastagens e na defesa do território dos charqueadores, que buscavam controlar e reter para si maiores parcelas do espaço, a fim de lhes garantir relativa autonomia frente aos estancieiros (SILVEIRA, 1998).

“A formação da oligarquia militar no Rio Grande do Sul foi resultante de um processo imprescindível para assegurar o domínio da região fronteira, com o beneplácito do Governo Central que, dela precisando, permitia a sua continuidade” (FÉLIX, 1996, p.43). Devido a isso se desenvolveu uma sociedade com valores ligados ao militarismo-defensivo e marcada pelo forte respeito à propriedade privada, pela presença da liderança civil paralela à oficial e pelo aspecto caudilhesco de defesa militar dos limites fronteiriços impostos pela racionalidade da Coroa.

Na defesa dos limites jurídicos-administrativos impostos pela Coroa àquele espaço, as forças produtivas foram permeadas pela atividade militar, pois a autoridade da Coroa se viu

obrigada a “reconhecer e a fortalecer a autoridade exercida pelos chefes de bandos guerreiros e chefes de clientela” (FÉLIX, 1996, p.38). Em geral, foram os chefes desses bandos que se tornaram proprietários de grandes extensões de terra e ficaram conhecidos por caudilhos. Na qualidade de estancieiros, eles exerceram a liderança sobre peões e agregados que, mesmo dissolvido o bando com o término do conflito, continuavam como seus dependentes (FÉLIX, 1996). O caudilho, como chefe de bando, exerceu o domínio sobre uma sociedade pastoril e tinha reconhecida sua autoridade pelos grupos sociais sob seu controle.

4.2.4.2 O Enfraquecimento dos Caudilhos

A classe dos latifundiários consolidada no Século XIX, devido ao seu caráter militar e caudilhesco, organizou-se e uniu forças para fazer frente às tropas do Império. Em 1836 à margem esquerda do Rio Jaguarão, na zona de Aceguá, ocorreu a Batalha do Seival, entre as tropas organizadas pelos estancieiros da Campanha Gaúcha contra as do Império Brasileiro, ocasião em que foi proclamada a República Rio-Grandense (PESAVENTO, 1985). Sob a alegação de falta de assistência, do caráter subsidiário da economia e da falta de autonomia nas decisões pertinentes às esferas estadual e nacional, os grandes proprietários de terras da fronteira, aliando a sua formação militar ao seu poder econômico e político, na figura de chefes de bando protagonizaram conflitos contra as tropas do Império. Por isso que em 1835, o embate ideológico entre republicanos e liberais – principais correntes políticas no estado –, culminou na conhecida Revolução Farroupilha (1835-1845) (PESAVENTO, 1985).

Esse confronto motivou a assinatura de diversos tratados entre Brasil e Uruguai, que visavam ao favorecimento econômico ao Rio Grande do Sul e à sua elite pecuarista, na tentativa de apaziguar a zona de fronteira, mas também de cooptar a elite sulina, capaz de confrontar as tropas do Governo Central (SILVA, 1979). Em decorrência disso, a elite da fronteira do estado teve de apoiar as intervenções do Governo Imperial nas ofensivas contra outros países, como o Uruguai e o Paraguai. A alguns daqueles que se destacaram naqueles combates, o Império concedeu títulos de nobreza²².

Mas a proliferação das estâncias implicou a maior necessidade de mão-de-obra e, a sua escassez se demonstrou um obstáculo para a produção pastoril e o enfraquecimentos dos

²² Foi assim que Astrogildo Pereira Costa se transformou em Barão de Aceguá, adquirindo terras na região e lá residindo por longo período (ACEGUÁ, 2001).

territórios dos estancieiros e charqueadores (FREITAS, 1980). O declínio do preço do gado, proveniente da concorrência do charque argentino e uruguaio contribuiu para a crise dos pecuaristas da Campanha que, ademais, esteve relacionada a pouca diversificação econômica da região, que se baseou na propriedade latifundiária pastoril. Também esteve atrelada à falta de investimentos na produção do gado e em infra-estrutura por parte dos estancieiros e dos governos estadual e federal (ROCHA, 2000).

4.2.5 A Reconfiguração das Elites Gaúchas

No final do Século XIX, a ascensão dos republicanos ao poder feriu pontos do “*pacto imperial*”, que consistia em “um acordo tácito entre o poder do Império e os estancieiros da Campanha, sobretudo os da fronteira” que, na contrapartida da manutenção do limite jurídico do estado, tinham suas atividades de contrabando de gado, toleradas pelo poder central (FÉLIX, 1996, p.67-8 - grifos da autora). As tensões entre os dois grupos aumentaram até 1893, culminando com nova luta armada. Gaspar Silveira Martins, filho de estancieiro de Aceguá, comandou a oposição a Julio de Castilhos, com o objetivo de exigir a deposição do então Presidente do Estado e de contestar a recém proclamada República no Brasil e a adoção do federalismo (PESAVENTO, 1979).

A Revolução de 1893 reconfigurou as relações entre o poder do Governo do Estado e o dos estancieiros da fronteira, pois “veio a se constituir num corte [...]. Na fase anterior, os coronéis liberais (membros da elite agropastoril) recebiam ampla autonomia de ação, em troca de votos, consolidando o grupo de Silveira Martins”; na fase posterior o PRR se consolidou, buscando respaldo nas novas camadas médias e urbanas e nos novos setores da oligarquia rural do litoral e da serra (FÉLIX, 1996, p.69).

Portanto, concomitante à sedentarização da sociedade guerreira da fronteira, a elite da Campanha foi perdendo importância política para os estancieiros da região serrana, do norte e litoral do Estado que tinham o apoio das camadas médias urbanas. Isso contribuiu para o abalo do poder dos pecuaristas, que já sofriam com a falta de mão-de-obra e vinham perdendo mercados e autonomia econômica e política. Com isso, os territórios do latifúndio da fronteira foram perdendo força e autonomia, pois sua base de legitimação se fundamentava justamente

no controle militar da fronteira e das terras e, principalmente, da mão-de-obra que se constituiu na sociedade pastoril.

4.2.5.1 A Transmutação do Gaúcho

Nos primórdios do Século XX foi preciso transformar a imagem da elite sulina, econômica e politicamente subordinada aos grupos dominantes do centro do país, com o objetivo de legitimar o exercício da presidência do Brasil por um de seus membros, estabelecendo uma identidade com o restante do país, ignorando a matriz historiográfica hispânica.

Desde aquele momento, o vocábulo gaúcho passou a ser sinônimo de gentílicos do Rio Grande do Sul, mas referenciando sua elite, apesar da figura do gaúcho permanecer associada à imagem de guerreiros, de domadores de cavalo, de trabalhadores da pecuária, características da figura marginal dos trabalhadores das estâncias que foram absorvidas e associadas às imagens das elites sulinas. Dessa forma, a figura marginal do gaúcho do Rio Grande do Sul, antes identificada com a sua matriz pampeana, com os povos nativos da região e mesmo com o período de exploração espanhola, foi sendo transmutada em gaúcho-aristocrata, distinguindo ideologicamente o gaúcho rio-grandense do platino e enfatizando a exploração portuguesa, ou seja, isso também acabava por legitimar o próprio território do latifúndio no Rio Grande do Sul e no Brasil, defendendo os interesses das oligarquias rurais com o apoio das camadas urbanas (GONZAGA, 1980; GUTTFREIND, 1998).

A revolução de 30 leva ao poder um presidente gaúcho, e é nesse contexto, principalmente, nos anos 20, na luta para alcançar o poder em nível nacional e legitimar a posse, que se coloca o interesse em demonstrar historicamente a identidade brasileira do estado sulino (GUTTFREIND, 1998, p.24).

4.3 TRAMAS TERRITORIAIS EM ACEGUÁ

Naquela época, em Aceguá, as territorialidades das comunidades que estavam se estabelecendo foram sendo permeadas pelo modelo de industrialização e urbanização, que

tomou força com a presidência de Getúlio Vargas. De acordo com Lefebvre (1973), o domínio absoluto da natureza através do processo de industrialização é levado à cabo pela sociedade urbana. A [sub]urbanização descentraliza a cidade, pois afasta o trabalhador do centro de produção e da própria cidade, esvaziando seu centro, que passa a ser ocupado por estabelecimentos, escritórios. A dissociação entre os referenciais e as práticas ocasiona a perda do sentido e, com isso, da identidade com o espaço de trabalho, de produção da vida. Portanto, é a partir do momento em que a reprodução das relações de produção é separada da reprodução do espaço, dos conhecimentos e da autonomia dos indivíduos em relação aos seus territórios, que a reprodução das relações de dominação se torna inconsciente e adquire incrível velocidade, tornando-se também objeto de estratégia da elite hegemônica.

No início do Século XX, em Aceguá, os trabalhadores das estâncias saíram para formar seus próprios núcleos habitacionais, separados do espaço de produção e trabalho, formando aglomerados rurais, constituindo um novo território no contexto urbano incipiente, ressignificando sua ruralidade, sua territorialidade nas novas relações de trabalho e organização do espaço. Ao mesmo tempo, iam se estabelecendo na sede do município os comerciantes, afastados dos territórios das grandes propriedades, conformando-se como um centro cuja função era fornecer produtos e serviços, mediando a produção e o consumo.

4.3.1 Vila da Lata: a outra face do latifúndio

Na década de 1920, em decorrência do processo de modernização e mecanização da lavoura, ocorreu a alteração das relações de trabalho nas estâncias. Naquela mesma época, no atual Distrito do Rio Negro, foi se desenvolvendo próximo às estâncias a comunidade rural da Vila da Lata (ACEGUÁ, 2007). A comunidade da Vila da Lata foi constituída inicialmente por trabalhadores das estâncias da região e por suas famílias, descendentes de negros e índios, dos gaúchos-pária. A Vila se desenvolveu ao “redor de um pequeno mercado construído com latas”, subordinadas ao território das grandes propriedades (ACEGUÁ, 2007, p.21).

As casas da Lata foram construídas com “torrões de barro e telhados de palha”, por causa de um banhado próximo a Vila, de onde os moradores retiravam o barro para construí-las. A pobreza da Vila é reflexo da concentração de renda gerada pelo mesmo latifúndio que expatriou os gaúchos (Figura 7). Mas, mantendo essa simplicidade, precisaram também

cultivar alguns dos costumes de seus antepassados. Devido ao fato de serem remanescentes de povos que conheciam os aspectos naturais do espaço e os passavam pela oralidade, muitos moradores sobreviveram, pois devido à distância e à falta de assistência pelos serviços públicos – médicos e de saúde -, muitos dos males, dores e veneno de picada de cobra foram curados com ervas, chás e benzeduras (BASTOS, 1991).



Figura 7 - Casas na Vila da Lata, 2008

Como os homens das famílias trabalhavam nas estâncias e passavam muito tempo fora de casa, a liderança comunitária foi exercida pelas mulheres, que praticavam a agricultura de subsistência. As formas de ajuda mútua e os valores comunitários que desenvolveram conformaram a territorialidade dessa comunidade que reinventou sua ruralidade, principalmente, devido à liderança feminina. Esse território, para as mulheres, foi forjado na apropriação do espaço para a moradia, para a reprodução de conhecimentos e para a produção da subsistência e da vida material e cultural; o espaço natural como local de trabalho e de criação. Para os homens, incorporados às estâncias que estavam se urbanizando, a Vila representava o aconchego do lar, da vida privada separada do trabalho e à margem da unidade de produção. Por todos esses fatores, pode-se afirmar que o espaço da Vila se forjou no processo de suburbanização.

Há de se ressaltar que, conforme Mariño (2006, p.14), na década de 1930, um proprietário da região recebeu menção do Estado do Rio Grande do Sul como maior produtor de eucalipto com produção própria de mudas. Já naquela época, se podia perceber o controle do conhecimento e do processo produtivo dos territórios da silvicultura. Também podia se observar a transformação da paisagem do Pampa, “os numerosos *potreros* marginados por fileiras destas grandes árvores, formando um quadriculado todo homogêneo” (Figura 8). Acredita-se que a produção de madeira de eucalipto, em um primeiro momento se direcionou para a energia térmica para as populações locais, dada as baixas temperaturas da localidade e pelo grande período de ausência de infra-estrutura para geração de energia.



Figura 8 - Plantação de Eucaliptos na Fazenda Ana Paula (2008)

4.3.2 Sede: território urbano de trocas

No início do Século XX, ao mesmo tempo em que os trabalhadores da terra foram deixando os campos por causa do aprimoramento técnico para a lavoura, as guerras por limites fronteiriços não eram tão frequentes e começou a ocorrer a estabilização de novas comunidades em Aceguá. Conta Mariño (2006, p.1) que, na virada daquele século, a região da Campanha estava “sedenta por retomar o caminho da prosperidade”, dada as feridas deixadas pelas guerras que ocorreram no Século XIX. Os imigrantes seriam capazes de atuar “como elementos cicatrizantes e orientadores na nova etapa” que estava por começar. Naquele período, imigrantes espanhóis “vasco e gallegos” habitaram onde hoje é o Distrito Sede, dedicando-se à atividade comercial (MARIÑO, 2006, p.1). Lá eles se dedicaram à atividade comercial, a qual implicou a apropriação do espaço como substrato material para transações comerciais, o espaço como local de consumo. Dessa forma, o espaço na sede foi sendo transformado em território urbano, e a paisagem se modificou com a construção de estabelecimentos comerciais sobre as férteis pastagens (Figura 9).



Figura 9 - Estabelecimentos comerciais na Sede (2008)

As atividades comerciais naquela época eram um dos poucos trabalhos que poderia ser exercido, pois o controle das terras e das atividades da agropecuária pertencia aos

estancieiros. A atividade comercial não requeria tantas extensões espaciais como os latifúndios, pois não havia produção, há intermediação entre o produto e o seu consumo. O comércio em Aceguá se apresentou como mais uma forma de produção da vida material, possibilitando que grupos sobrevivessem e se reproduzissem com base nessa atividade e também que as populações locais se abastecessem de produtos manufaturados em um espaço centralizado para as compras.

Os imigrantes espanhóis, como proprietários daqueles estabelecimentos, configuraram-se como um grupo com poder econômico e político, dado que também interferiram na implantação de infra-estrutura para a produção material e simbólica da vida. Esse fomento comunitário permitiu que outras comunidades obtivessem e retivessem os benefícios da sua organização. No final da década de 1920, os proprietários dos estabelecimentos comerciais, junto com os moradores do local realizaram e administraram obras de interesse comunitário, como a construção de caminhos e pontes, encurtando as distâncias, facilitando o transporte e a locomoção de pessoas e cargas (MARIÑO, 2006). Naquela época se constituiu próximo à sede, no lado uruguaio, a primeira escola de Aceguá, com alunos provenientes dos dois lados da fronteira, fortalecendo a irmandade entre aquelas comunidades.

A principal atividade econômica da sede sempre foi o comércio, formal e informal, já praticado naquela região desde a exploração da prata. O intercâmbio de mercadorias foi facilitado pela condição de fronteira seca, mesmo fator que contribuiu para a fusão cultural entre brasileiros e uruguaio e, para o tão freqüente contrabando de gás (Figura 10). Dessas relações surgiu a denominação *brasiguaios*, identificando aqueles povos da fronteira, que mantêm em comum alguns traços culturais, através de músicas, de danças, de comidas típicas, do linguajar - o castelhano – da doutrina cristã e de festas (ACEGUÁ, 2001). Por causa dessa integração, nos anos 40, já se ouvia falar de Povo Aceguá, ressignificando o vocábulo. A palavra que antes caracterizava o próprio espaço, agora fazia referência às comunidades daquela fronteira, representando sua fusão cultural.



Figura 10 – ‘Comércio’ de gás (2008)

4.3.3 A Pequena Propriedade Familiar como Fruto da Imigração

“O surgimento da pequena propriedade rural em larga escala como produto da imigração” transformou o espaço de Aceguá no final da década de 1940 com a chegada de imigrantes alemães mennonitas, fundadores do Distrito de Colônia Nova (VARES, 1998, p.142). O modelo das grandes propriedades da região, extensivas e pouco diversificadas, começou a ser questionado pela implantação desses agricultores familiares e suas novas formas e lógicas de organizar o espaço e a produção.

4.3.3.1 Breve História da Comunidade Mennonita

“A história do distrito de Colônia Nova está intrinsecamente relacionada com a cultura mennonita, o que imputa caráter de identidade ao povo dessa localidade” (WALL, 1999, p.1). Mennonita é a denominação dos seguidores do sacerdote holandês Menno Simmons, nascido em 1496, ordenado padre católico em 1524. Menno Simmons, com o movimento da Reforma Protestante²³ no Século XVI, aprofundou suas leituras sobre o Novo Testamento e sobre os escritos de Lutero.

Em 1537, Menno Simmons se tornou adepto do movimento anabatista, que se negava a reconhecer o batismo realizado em crianças, o que significa que os mennonitas eram pessoalmente livres para se converterem em fiéis. Menno Simmons se tornou um importante líder anabatista na Holanda e na Alemanha, onde transmitiu sua nova fé, pregando uma Igreja pacifista e desvinculada do estado (AGUZZI, 2003). Morreu em 1561, contudo, a comunidade que se aglutinou em torno de seus princípios continuou na Holanda, na formação de uma sociedade camponesa com forte caráter religioso. Os mennonitas permaneceram nos Países Baixos até aproximadamente 1580, quando foram expulsos e migraram para a Prússia (AGUZZI, 2003).

²³ Movimento de ruptura da unidade cristã com o objetivo de reformar as estruturas da Igreja Católica (COTRIM, 1995).

Lá receberam privilégios do governo como exercer livremente a religião, não pagar impostos e não pegar em armas, desde que cultivassem a terra. Com isso, sua territorialidade não estaria mais tão desligada dos mandos e desmandos dos Estados que os acolheu. O intuito do Estado era o de assegurar sua predominância sobre a sociedade e sobre os territórios, assim cedeu espaço aos mennonitas para assegurar seu domínio territorial a baixos custos, promovendo a ocupação do espaço e sua transformação pelo trabalho dos mennonitas. No uso econômico do espaço para atingir fins almejados pelo Estado, a sua prática religiosa estaria condicionada pelo Estado, que influenciava diretamente nos seus movimentos de migração e na determinação do espaço a ser por eles ocupados e o *locus* da organização de seus territórios.

Após duzentos anos, apesar da prosperidade dos mennonitas, o Governo Prussiano, envolvido em guerras, declarou que não mais daria terras aos seus descendentes. Naquela tensão teleológica, devido ao não acesso à terra por parte de seus descendentes, a reprodução do modo de vida dos mennonitas seria impedida devido ao não acesso ao espaço, seus territórios de produção, de trabalho, de devoção (AGUZZI, 2003).

Mas, o êxito dos mennonitas na região prussiana “chamou a atenção da Imperatriz (Czarina) Catarina II da Rússia”, que os convidou, no Século XVIII²⁴, “para habitar vastas extensões conquistadas durante a guerra com a Turquia” onde cultivaram a produção de trigo em fazendas comunitárias, forjando territórios comunitários (WALL, 1999, p.1). Lá, como na Prússia, receberam privilégios sob a condição de cultivarem a terra. Dessa forma, mais uma vez os territórios dos mennonitas estariam submetidos aos interesses do estado.

Com o confronto entre Rússia e Alemanha em decorrência da I Guerra Mundial, o Czar Nicolau II considerou os mennonitas como espiões germânicos e confiscou suas terras. Naqueles confrontos, assim como nos da Revolução Russa, os mennonitas foram obrigados a servir no exército, mas por se negarem a pegar em armas, realizaram somente serviços médicos. Com a Revolução Russa, as fazendas coletivas da comunidade passaram a pertencer ao aparato estatal, por isso, muitos mennonitas começaram a emigrar da Rússia.

A emigração do mennonitas da Rússia se explica porque sua religião se pretendia separada do estado e, como a unidade de seu território é dada pela unidade religiosa, essa comunidade, mesmo separada espacialmente, manteve a unidade cultural e, dessa certa forma, a autonomia sobre seus territórios. Apesar de suas fazendas serem caracterizadas como territórios comunitários, devido à organização do trabalho, há de fazer menção que por serem

²⁴ Por volta de 1787.

luteranos, o trabalho no espaço, ou seja, sua territorialidade, tem o caráter divino e de devoção, por isso o apego à propriedade do espaço. Isso porque, conforme Weber (2004, p.77)

em Lutero o conceito de vocação profissional permaneceu com amarras tradicionalistas. A vocação é aquilo que o ser humano tem de aceitar como desígnio divino, ao qual tem de “se dobrar” – essa nuance eclipsa a outra idéia também presente de que o trabalho profissional seria uma missão, ou melhor, a missão dada por Deus.

Em 1929, com a crise deflagrada com a queda da Bolsa de Nova Iorque, foi o ano de debandada da Rússia, alguns mennonitas fugiram pela China, outros foram presos e levados para Sibéria, alguns conseguiram entrar na Alemanha pela via diplomática e tantos outros se irradiaram pelo mundo, migrando para o Canadá, Estados Unidos, Paraguai e Brasil. Mesmo descentralizada espacialmente, a comunidade mennonita manteve a unidade religiosa e a ajuda mútua entre seus membros, pois naquele movimento, famílias foram divididas e remetiam ajuda material aos parentes e amigos que precisavam.

Os mennonitas vagaram pelo mundo em busca de terras para a reprodução de sua comunidade religiosa e, como não poderia deixar de ser, para a reprodução da sua vida material, apropriando-se do espaço como local de trabalho conotado de divindade, como espaço da salvação, já que sua redenção acontecia através do trabalho. Mantiveram-se unidos culturalmente também através da reprodução da pequena propriedade familiar e da organização comunitária dos espaços e do seu trabalho, buscando o êxito nas suas atividades através do emprego de seu trabalho, colonizando terras desabitadas e transformando-as em fazendas férteis e produtivas. Porém, foram expropriados pelos Estados que manipulava seus movimentos, mas mantiveram a unidade culturalmente.

4.3.3.2 A Formação do Distrito de Colônia Nova

No ano de 1930, chegou ao Brasil o primeiro grupo de mennonitas que se instalou em Ibarama, Santa Catarina. No Brasil, esses imigrantes sofreram com as adversidades da natureza, dadas as diferenças “entre as estepes da Rússia para as selvas tropicais” (WALL, 1999, p.1). Sem dinheiro e por causa do terreno íngreme de Ibarama não tiveram sucesso, contudo, conseguiram sobreviver por lá por 20 anos cultivando milho e mandioca. Mas,

devido à sua origem e por estarem próximos a outras comunidades, durante a II Guerra, os menonitas passaram a ser alvo de preconceitos e, muitos deles decidiram sair de Santa Catarina. Aliado a isso, lá o trabalho quase que exclusivamente braçal e a sua pouca rentabilidade fez com que os menonitas migrassem para outros lugares, como São Paulo, Curitiba e Bagé.

“A vinda de parte dos imigrantes para o Rio Grande do Sul se deu quando se soube da possibilidade de fácil aquisição de terras²⁵ para o cultivo do trigo”, atividade da qual tinham tradição, o que não impediu que o trabalho nos campos sulinos fosse árduo, pois desconheciam os aspectos naturais do Pampa (ACEGUÁ, 2001, p.2). É necessário declarar que os imigrantes tiveram dificuldades, pois além de não falarem português, desconheciam a proibição de aquisição de terras por estrangeiros em zona de fronteira. O problema das terras de fronteira foi contornado após receberem uma autorização especial, apesar de o projeto não ter apoio nem vínculo governamental; teve sim foi o apoio das comunidades menonitas do país e do exterior através de recursos e de influência política (WALL, 1999).

Em 1948, esses colonos se estabeleceram no município de Bagé, na localidade do Seival. No ano seguinte, tomaram conhecimento da venda de uma propriedade de 26 quadras de sesmaria no distrito de Aceguá, conhecida por Chirca (WALL, [1978?]). As terras totalizavam uma área de 2.256 ha, sendo dividida em lotes de 15 a 30 ha e “sendo permitida a aquisição de no máximo uma parcela por família e no mínimo duas famílias por parcela” (WALL, 1999, p.2). Dessa forma, uma única propriedade que pertencia a uma família foi transformada em território da comunidade menonitas, que lá iniciariam uma nova vida adequando-se às condições espaciais para a produção da sua vida material e reprodução de seus signos e sua ideologia.

Nos primeiros anos, os colonos se dedicaram exclusivamente à tricultura cultivada pelas famílias em seus pequenos lotes. Em 1950²⁶, 1952²⁷ e 1953, foram adquiridas mais terras no intuito de assentarem mais famílias, totalizando 121 famílias em pouco mais de 3.270 ha (WALL, 1999). Com a produtividade do trigo, em 1956, já começaram a constituir infra-estrutura para a produção e fundaram a Cooperativa Tritícola Aceguá Ltda. (WALL, [1978?]). Contudo, devido às adversidades climáticas e sanitárias, à concorrência do trigo argentino e ao desconhecimento da produtividade do solo do Pampa, na década de 1960, houve “o retrocesso na cultura do trigo” e fez com que quase “50% dos colonos

²⁵ Provavelmente por causa da decadência da atividade econômica dos latifúndios da Campanha.

²⁶ Famílias provenientes de Curitiba/PR.

²⁷ Famílias provenientes de Santa Catarina.

abandonassem a região, emigrando para outros estados e até para outros países” (WALL, 1999, p.3). Os colonos que permaneceram procuraram alternativas para a triticultura e começaram a investir na pecuária leiteira, dada a predisposição do espaço. Aos poucos, foram territorializando os pilares tradicionais de seus antepassados, sob o lema “trabalho, união e fé em Deus”.

Dada a inexistência de uma indústria de laticínios que beneficiasse e/ou industrializasse a produção da pecuária leiteira, os colonos alemães, buscando assegurar a sua produção, decidiram se agrupar em uma nova cooperativa, que unisse produtores de diferentes culturas, já que estavam diversificando sua produção, fundando em 1959 a Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda. – CAMAL. A cooperativa, criada para a ajuda entre os membros seria a base da produção e da distribuição das riquezas na comunidade, também seria responsável pela propagação dos seus ideais, pois como entidade representativa, mediava a produção das atividades econômicas e do desenvolvimento social e cultural de seus membros. Portanto, a organização via cooperativa seria o fundamento da organização dos territórios daquela comunidade menonita.

4.3.3.3 A Formação dos Territórios Mennonitas em Aceguá

A CAMAL entrou em operação em 1960 em condições precárias, dada a ausência de energia elétrica e térmica, mas partindo modestamente para a industrialização do leite, comercializando a primeira produção para a Laticínios Mayer S/A de Santa Rosa (WALL, [1978?]). Aos poucos, a comunidade começou a transformar o espaço e forjar seus territórios, implantando a infra-estrutura necessária para suas atividades produtivas, criando seus próprios estabelecimentos e transformando a paisagem, não só pela divisão do latifúndio em pequenos lotes para as famílias, mas pelas atividades da pecuária leiteira (Figura 11).



Figura 11 - Pastagem e plantação de sorgo no distrito de Colônia Nova (2008)

Em 1968, foi projetada a eletrificação rural, necessária para o desenvolvimento da atividade leiteira, originando uma pequena cooperativa fundada pelos membros da comunidade, a qual, hoje é a COOPERSUL (LUNELLI, 2001). A COOPERSUL, de acordo com Edmundo Pichler (2008), surgiu em 1972 através da fusão da Companhia de Energia da Colônia Nova - CERCON, fundada em 1968 e à época com aproximadamente 500 associados-, e, a Cooperativa Rio Negro, com aproximadamente 200 associados, comprando energia elétrica como permissionária da CEEE e distribuindo para os seus associados. Coincidentemente, naquela mesma época começou a construção da Usina Termoelétrica Presidente Médici²⁸. Ou seja, enquanto as comunidades rurais tinham de se organizar para implantação de fornecimento de energia para suas atividades produtivas, os Governos Federal e Estadual privilegiavam investimentos para suporte à grande produção industrial.

Mas, com apoio²⁹ técnico e financeiro de entidades de classe e de crédito, aos poucos, a industrialização do leite foi se consolidando e foi lançada a marca Ibajé³⁰, que identifica os produtos da CAMAL. Pelos nomes escolhidos para sua marca e cooperativas, verificou-se através da linguagem, um esforço dos imigrantes menonitas para a criação da identidade, pelo menos da sua produção, com seu novo espaço, ao privilegiar as expressões tupi-guarani que deram origem às denominações da região em que se instalaram, apesar de preservarem a unidade lingüística e da cultura alemã.

²⁸ Hoje conhecida como Usina de Candiota, localizada no município de mesmo nome e que faz divisa com Aceguá. O projeto da Usina Termoelétrica Presidente Médici, fruto de acordo entre os governos do Brasil e da França para impulsionar a produção de energia elétrica a partir do carvão no país, hoje está subordinado a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). A CGTEE foi constituída em 1997, incorporando ativos da CEEE para exploração e produção de energia elétrica no Rio Grande do Sul através de usinas termoelétricas. Hoje a CGTEE é uma empresa do grupo ELETROBRÁS e desde o final da década de 1990, com vistas aos novos empreendimentos industriais na fronteira com o Uruguai, a CGTEE tem investido na expansão da sua produção (CGTEE, 2006).

²⁹ Na década de 70, além da visita de técnicos alemães por conta do projeto agrícola desenvolvido em colaboração com o governo alemão, a CAMAL contou com o apoio do governo estadual através do Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira.

³⁰ Diz-se que Ibajé é o nome de um índio que morou naquela zona, ao qual se atribui, entre outras versões, o nome da cidade de Bagé.

A unidade lingüística se constituiu em unidade cultural e, por isso, foi importante fator para a autonomia e a organização política dos sujeitos coletivos. Importa ressaltar que privilegiar uma língua impõe um modelo de representação único que homogeneiza o sistema de informação de uma sociedade, pois impele uma estruturação idêntica nas comunicações, permitindo a concentração e a centralização das informações, podendo reforçar o seu poder de controle, pois a diversidade se traduziria em perda de autonomia (RAFFESTIN, 1993). Mantendo o controle sobre as relações e trocas simbólicas, os imigrantes, mantiveram o controle sobre seus processos produtivos, os quais haviam sido recentemente melhorados devido à introdução de técnicas, como a de inseminação artificial, através do apoio de entidades governamentais como supramencionado. Contudo, a ‘linguagem’ utilizada para as denominações de suas entidades e marca adotou expressões comuns daquela região da fronteira, certamente, buscando legitimação da sua produção e de suas entidades no mercado brasileiro.

Na década de 1970, transformando e consolidando seus territórios, os colonos fundaram diversas entidades de caráter cultural para a reprodução material e simbólica da comunidade, a fim de estabelecerem as condições necessárias para manterem sua unidade. Foi o caso da Escola Menno Simmons, orientada para educação de seus filhos e manutenção da cultura alemã; a associação dos moradores da Comunidade de Colônia Nova, responsável pelos projetos de colonização e assuntos culturais como reuniões e festas, entre outros; a Igreja Evangélica Irmãos Mennonitas, que atua na evangelização e na assistência social; a Sociedade Recreativa Minuano – SOREMI – atuante na parte de lazer e esporte e local de socialização; o Hospital de Colônia Nova, para a saúde e bem-estar da comunidade (Figura 12). Essas obras foram realizadas com recursos e mão-de-obra da própria comunidade e com ajuda do governo alemão, sendo administradas pela própria comunidade de Colônia Nova, na figura de suas cooperativas, suas esferas representativas.



Figura 12 - À esquerda, entrada da Sociedade Recreativa Minuano; à direita, uma das Igrejas (2008)

Por isso, em 1970, preocupados com a repartição das terras entre os herdeiros, na tensão teleológica com a reprodução de seus territórios, os mennonitas abriram uma nova frente de colonização. Essa decisão foi também influenciada pela prosperidade da pecuária leiteira, que proporcionou as condições materiais para a reprodução simbólica de seus territórios. Por isso, através de operações de crédito fundiário do governo federal, adquiriram uma nova área prevista para 45 famílias. Os descendentes dos 'pioneiros' foram assentados na denominada Colônia Médici³¹ (Figura 13).



Figura 13 - Residência da Colônia Médici (2008)

A ampliação do espaço em sua posse, fruto daquele projeto de colonização, expandiu também a produção das cooperativas mennonitas. Por isso, a década de 1980 foi próspera para a comunidade de Colônia Nova e marcou a época de consolidação da CAMAL, sendo ela a esfera representativa da comunidade, os mennonitas foram fortalecendo sua territorialidade por meio da produtividade, aumentando e qualificando a produção por meio do aprimoramento das técnicas de trabalho.

As Colônias Nova e Médici, por abrigarem a maioria dos 'pioneiros' e seus descendentes diretos cultivaram mais fortemente os traços da cultura alemã e mennonita, constituindo-se em comunidades mais fechadas e tradicionais, pois durante muito tempo, os mennonitas não estabeleceram trocas simbólicas com outras culturas e populações locais. A mediação entre seus territórios e outras comunidades ficava a cargo da circulação da sua produção, dado que foram implantando a infra-estrutura necessária para a reprodução material e simbólica da comunidade, ainda arraigada na sua tradição de auto-suficiência, apesar da aquisição de crédito junto ao governo para a nova frente de colonização.

³¹ Coincidentemente ou não, Médici é o sobrenome de um combatente maragato/federalista da Revolução Federalista (1893-1895). Sabe-se também que a família Garrastazu Médici possuía terras na zona de Aceguá. Dessa família foi o segundo presidente do período da ditadura militar no país (1969-1974), Emílio Garrastazu Médici, neto daquele combatente (BASTOS, 1991).

De acordo com relatos de campo, naquela época existia a “porteira preta, a partir daí não se podia deixar morar brasileiros” (HARTEN, 2008). Mas há de se fazer menção que o isolamento da comunidade também se deveu à precariedade dos caminhos que ligavam a comunidade a outras localidades, à distância em relação a outras comunidades (que variavam de 30 a 60km), ao fato de, na época em que foram para o município, fugiam do preconceito por causa de sua origem alemã, à barreira do idioma – que dificultava as trocas materiais e simbólicas. Contudo, essa situação seria alterada, pois dado o êxito e a produtividade que vinham tendo com a pecuária leiteira, o então governador do Estado, Synval Guazelli, solicitou a abertura das cooperativas mennonitas para sócios brasileiros, implicando diferentes trocas e interações, dado que a unidade lingüística e cultural da comunidade, mantida e coordenadas pelas cooperativas, seria rompida.

4.3.4 As Transformações do Latifúndio

Há de se fazer menção que, pouco depois da desorganização do MASTER, na década de 70, em decorrência da instauração da Ditadura Militar, alguns dos latifúndios da região de Aceguá modificaram seu espaço e seus meios produtivos e técnicos, devido à produção com vistas à exportação e à mecanização do trabalho e das atividades agropecuárias com vistas à industrialização. Isso ia ao encontro dos propósitos das políticas do Governo Federal, que propagava a aliança entre o capital industrial e a terra. A modernização da lavoura demandava insumos de empresas estrangeiras (máquinas, tecnologias e insumos químicos para a produção agrícola), por isso, a dependência da produção agropecuária em relação aos insumos daquelas empresas.

Naquela década, a rentabilidade do arrendamento para a orizicultura passou a se configurar como uma boa alternativa para o setor pecuarista da Campanha que, assim, podia diversificar sua produção e seu risco. Foi naquele contexto que houve a migração de colonos italianos produtores de arroz do norte do estado que, através de parcerias com estancieiros locais, integraram a lavoura pecuária com a orizicultura mecanizada.

A aliança entre pecuarista e orizicultores alterou a sua territorialidade, dada a dependência da produção em relação aos insumos estrangeiros. Contudo, a maior rentabilidade e produtividade da produção voltada para a industrialização, reforçavam os

territórios dos grandes proprietários. Com isso a paisagem foi alterada, pois o espaço para a produção da pecuária de corte foi reduzido e, os rebanhos passaram a dividir o espaço com a infra-estrutura para a lavoura mecanizada, como pode ser verificado na Figura 14.



Figura 14 – Propriedade no Distrito de Rio Negro com animais da pecuária e silos de armazenagem de grãos (2008)

Naquela mesma época, também ocorreu o estabelecimento de haras, que substituíram os rebanhos de bovinos, destinados à produção de alimentos, por cavalos criados para competições, atividade que se apresentava como mais lucrativa que a pecuária de corte (ACEGUÁ, 2001). Ambas transformações territoriais implicaram a ressignificação do latifúndio tradicional através da produtividade e da aplicação de tecnologia intensiva no espaço. Os latifúndios passaram a demandar menos quantidade de mão-de-obra, expropriando trabalhadores das estâncias. Outro fator que agravou essa situação foi o fato de a mecanização e a produtividade das atividades agropecuárias nas grandes propriedades demandarem mão-de-obra com qualificação técnica, devido às novas tecnologias aplicadas às atividades de produção. A alteração do ritmo e da produção, como fruto da racionalidade do processo industrial, implicou significar o espaço como recurso produtivo a ser manipulado de acordo com a rentabilidade da produção, independente das suas predisposições e dos danos ambientais e sociais que pudesse causar. O significado do espaço era dado pela rentabilidade que as atividades de produção poderiam proporcionar, por isso era um recurso passível de ser otimizado. A máquina e a tecnologia passaram a ditar o ritmo da produção no espaço, expropriando trabalhadores da terra.

4.3.5 As Lutas do Campesinato Gaúcho

Enquanto os imigrantes menonitas expandiam seus territórios e, os latifundiários ressignificavam seus espaços, no final da década de 1970, ocorria na zona de Bagé a primeira intervenção do Governo Estadual com vistas à reforma agrária (BENEDETTI, SOARES e GUEDES, 2007). Em 1978, índios Kaingang da Reserva Indígena de Nonoai³² planejaram a expulsão de famílias sem-terra que se estabeleceram na reserva. A entrada das primeiras famílias ocorreu na década de 1940 e, em 1962, já somavam 400 famílias que arrendaram a Reserva em lotes. Em 1963, “em torno de 5.000 famílias do MASTER que estavam acampadas na fazenda Sarandi, e em outros acampamentos da região, foram despejadas” (FERNANDES, 1999, p.41). Algumas dessas famílias resistiram e, “o governo estadual ofereceu a condição de se tornarem rendeiros do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, ocupando terras na reserva indígena. Somente 15 anos depois, com a sua organização, os Kaingang, cessaram essa relação de exploração” (FERNANDES, 1999, p.41).

Com isso, houve a dispersão daquelas famílias, mas dois meses após a expulsão da Reserva começaram a fazer suas primeiras ocupações, fortalecendo sua territorialidade na sua resistência e luta pelo direito à terra através das estratégias de organização do ‘movimento’. Em 1979, na ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta – RS – por famílias remanescentes das lutas do MASTER se iniciou o processo de formação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mais de 120 daquelas famílias foram assentadas pelo Governo Estadual em Bagé e, em torno de outras 550, pelo Governo Federal no Mato Grosso (FERNANDES, 1999). Os espaços dos assentamentos foram organizados com vistas à reprodução da agricultura familiar e foram marcados pela resistência e pelas manifestações de camponeses expropriados que, com base na luta contra o latifúndio começaram a constituir seus territórios.

Diferente do projeto da Colônia Médici pelos menonitas, os assentamentos implantados no município de Bagé pelo Governo Estadual apresentaram uma série de dificuldades econômicas, pois na década de 1980, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou a criação do FUNTERRA, um fundo constitucional destinado à aquisição de áreas para fins de assentamento de famílias (BENEDETTI, SOARES e GUEDES, 2007).

³² Criada em 1847.

Entretanto, esses assentamentos não obtiveram acesso aos recursos de crédito de instalação, que eram exclusivos dos projetos promovidos pelo INCRA, que foi o caso dos mennonitas.

Entre 1988 e 1992, o Governo Estadual implantou 16 assentamentos no município de Bagé, atendendo às reivindicações dos movimentos organizados na luta pela terra (BENEDETTI, SOARES e GUEDES, 2007). Para Chelotti e Pêsoa (2007), na concepção do Governo Estadual, a escolha da região de Bagé como área prioritária para a realização da reforma agrária a partir da década de 1990 se deveu, entre outros, à concentração fundiária e à qualidade dos solos que permitiam o desenvolvimento da agricultura familiar, além do histórico de disputas entre os movimentos organizados na luta pela terra e os latifundiários da região. O estabelecimento de assentamentos de reforma agrária incrementou a população e também dinamizou o comércio do município.

A chegada das novas famílias, articulada às políticas públicas que suscitaram, além de provocar um choque político e cultural na sociedade local, acelerou a emancipação de novos municípios, evidenciou a falta de infra-estrutura básica na zona rural, constituindo um elemento dinamizador da economia regional. Esses elementos novos, de caráter social, cultural, político, organizativo, econômico e produtivo provocaram um importante questionamento do modelo de desenvolvimento da região, o que fica muito claro nas falas dos prefeitos, geralmente porta-vozes dos fazendeiros, mas às vezes sensíveis ao elemento dinamizador que os assentados introduzem em seus municípios. Isso reforça também a prática de confronto dos assentados, que não encontrando abertos para eles os caminhos regulares, resolvem na pressão as suas demandas – de crédito e infra-estrutura, principalmente (CNEC, 2004, p.3).

4.3.5.1 A Reforma Agrária como Fruto da Luta pela Terra

O maior assentamento de reforma agrária em Aceguá, o Conquista do Jaguarão, localizado no Distrito do Minuano, teve sua origem em uma série de acampamentos organizados pelo MST em 1995. O INCRA cadastrou as famílias acampadas e fez o sorteio para o assentamento. A Fazenda Jaguarão, que ficou durante três anos na Justiça por causa de dívidas, foi desapropriada em 1995 e ocupada por cerca de 500 famílias. Os assentados começaram a receber seus títulos de posse dos lotes em 1997. As 113 famílias assentadas no Jaguarão eram oriundas, principalmente, dos municípios de Tupanciretã, Palmeira das Missões e Redentora, caracterizados por pequenas propriedades cultivadas pelo sistema de agricultura familiar (INCRA, 2007). De acordo com Carla (2008), então administradora de um dos projetos em andamento no assentamento, os assentados foram escoltados para o

município para terem sua segurança garantida, mesmo assim, houve tentativa de envenenamento da caixa d'água que abastecia o assentamento. Isso demonstrava o preconceito e a insatisfação dos estancieiros e das populações locais com os movimentos sociais organizados na luta pela terra e que contestavam a estrutura social vigente propagada pelas políticas públicas e pela elite dominante.

Aos poucos, as cooperativas de assistência técnica organizadas pelo MST começaram a se fazer presentes na produção daquele assentamento, que iniciou com a cultura do milho e, com o decorrer do tempo, migrou para as atividades de pecuária leiteira. A Cooperativa para Prestação de Serviços Técnicos (COPTTEC), organizada pelo MST, fornece assistência técnica aos assentados por meio de convênios com o Governo do Estado. Está presente nesse assentamento o CICDA/CETAP (Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola / Centro de Tecnologias Alternativas e Populares), que tem por objetivo fornecer assistência técnica aos assentados com vistas ao desenvolvimento do assentamento, ou seja, dos pequenos lotes de terra, que requerem técnicas e tecnologias diferentes da exploração intensiva do solo como no latifúndio.

Há de se mencionar, também, o interesse das famílias assentadas em comercializar as sementes orgânicas desenvolvidas pela BIONATUR, rede nacional de desenvolvimento de sementes do MST. Portanto, não só a reprodução material, mas também a simbólica desse campesinato é produzida através das cooperativas organizadas e mantidas pelo Movimento nos assentamentos, permitindo o aprimoramento técnico da produção familiar sem agrotóxicos e em pequenos lotes, mantendo o potencial endógeno de seus agroecossistemas, que é dado pelos “graus de identificação dos agricultores com a matriz sociocultural, gerada em sua interação” e em seu respeito aos recursos naturais (GUZMÁN e MOLINA, 2006, p.11).

[...] tanto os sem-terra como os agricultores familiares são sujeitos sociais produtores de uma identidade política que recusam a condição de *outsiders* e que na prática buscam questionar as estruturas fundamentais das regras da acumulação da riqueza e do poder (BRUNO, 2008, p. 101 – grifos do autor).

No Assentamento Conquista do Jaguarão, funciona uma Escola Estadual, que, primeiramente, foi como um anexo da Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda em Hulha Negra (COOPERAL³³). A escola só foi legalizada por decreto estadual assinado em 2002, que não previa o repasse de verbas. Como não podem esperar que suas

³³ Um assentamento em Hulha Negra.

demandas sejam satisfeitas pelos governos, os movimentos da luta pela terra vão forjando suas territorialidades na resistência, na reivindicação de direitos e no afrente direto aos governos e aos territórios do latifúndio. O que lhes confere identidade, além da condição de expropriação, é a luta pela terra e por uma sociedade mais justa e o próprio fomento comunitário do movimento. Dessa forma, não só os assentamentos, mas os acampamentos, as ocupações e as manifestações desses movimentos, como formas de luta, configuram e fortalecem seus territórios que têm por fundamento sua subjetividade coletiva, fortalecida na história de exploração, expropriação e resistência do campesinato. Por isso que

nas áreas onde foram realizados assentamentos rurais pelo INCRA, ou pelo Governo Estadual, ocorreu a divisão do latifúndio pastoril, em pequenas unidades de produção familiar, que variam de 15 a 30 ha. [...] Onde até então somente existiam grandes propriedades e criação extensiva de gado, surgem várias pequenas propriedades rurais desenvolvendo uma agricultura familiar, destoando totalmente da tradicional paisagem regional. [...] A instalação de assentamentos rurais tem fortalecido a produção familiar em âmbito regional, transformando a paisagem regional (CHELOTTI e PÊSSOA, 2007).

4.4 AS TRAMAS NO MUNICÍPIO DE ACEGUÁ

Durante muito tempo, as comunidades de Aceguá foram forjando seus territórios como subdistrito de Bagé, mas a maior parte da infra-estrutura - escolas, caminhos - foi construída pelas comunidades locais dos então subdistritos Aceguá e Colônia Nova. Por isso, em meados da década de 1990, aquelas comunidades iniciaram a reivindicação da criação do Município de Aceguá, sob a alegação de falta de atendimento em problemas de infra-estrutura e de repasse de verbas por parte da Prefeitura de Bagé. Os relatos de campo apontaram como motivo do ‘abandono’ daqueles distritos, o seu baixo número de eleitores, o que não se configurava como interessante para os agentes públicos de Bagé, pois o investimento naquelas comunidades não teria como contrapartida uma quantidade de votos significativa.

No contexto da década de 1990, mais precisamente em 1994, lideranças de dois subdistritos de Bagé - Colônia Nova e Aceguá³⁴ - indicadas em assembléia pelas respectivas comunidades, formaram a Comissão de Emancipação de Aceguá e Colônia Nova. As principais reivindicações das comunidades eram estradas – para circulação de pessoas e de carga –, saneamento, coleta de lixo, calçamento e ações para a fixação do homem no campo.

³⁴ Equivalente aos atuais Distritos Sede e Minuano.

As demandas eram levantadas nas reuniões da Comissão, realizadas ora em um distrito e ora em outro.

Contudo, outros fatores contribuíram para o movimento de emancipação, pois em meados da década de 1990, em decorrência da estabilização da moeda e do barateamento de produtos importados, o comércio da sede de Aceguá, passou por um período de declínio de sua atividade. Naquele cenário, as necessidades das populações locais, que antes eram supridas pela venda de gêneros de primeira necessidade pelos comerciantes de Aceguá, passaram a ser realizadas no Uruguai. Por isso, muitos estabelecimentos comerciais foram fechados na Sede, diminuindo a oferta de emprego e fazendo com que alguns de seus moradores migrassem para outros municípios. Em meados da década de 90, com a perda da rentabilidade do preço do leite, o número de produtores da CAMAL reduziu. Por isso, a comunidade menonita passou a promover programas de conscientização com vistas ao aumento da produção e à competição com produtos estrangeiros em um ambiente com moeda estabilizada, devido ao MERCOSUL e à abertura da economia brasileira. Lembra-se também que as políticas neoliberais implementadas na década de 1990 causaram o endividamento de grandes produtores rurais, assim como a perda da rentabilidade da produção agropecuária com vistas à exportação. Portanto, o movimento de emancipação foi impulsionado mais para a recuperação das atividades produtivas do município do que pelas próprias reivindicações das populações locais, dado que foram os latifundiários, menonitas e comerciantes que encabeçaram a Comissão de Emancipação. Os detentores das forças produtivas no município não tinham a contrapartida dos tributos pagos à administração de Bagé e, com a emancipação, esperavam reter e administrar aqueles recursos no novo município, conformado por seus próprios territórios.

A criação do município foi aprovada em plebiscito realizado em 1995. Em 1996 a Assembléia Legislativa Estadual sancionou a sua criação, mas naquele mesmo ano, o Congresso Nacional alterou os critérios de emancipação. O problema consistiu no fato de que a Constituição Federal concede aos Estados o direito de reconhecerem legalmente a criação de um município, desde que apresentado estudo de sua viabilidade e aprovada a criação em consulta plebiscitária entre as populações interessadas, todavia, ela também permite que o Congresso Nacional regule essa matéria por lei complementar (BRASIL, 1988). Por causa disso, o Supremo Tribunal Federal questionou a validade dos municípios criados entre 1996 e 1997. Nesse ínterim, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, proibiu a realização de eleições municipais para os municípios recém emancipados, que só as realizaram em 2000.

Por isso, a estrutura administrativa da Prefeitura de Aceguá só começou a ser implantada em 2001³⁵. A implantação de órgãos de controle estatal foi dinamizada após a implantação da sede do município e, os estabelecimentos criados estavam orientados para o atendimento das populações locais, posto de saúde e escola, e para assistência técnica e controle da produção do município, como a EMATER/RS (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural).

A delimitação da fronteira do município foi criada através da Lei Estadual 10.776/96. A definição do local da sede ocorreu em função de exigências legais de um mínimo de contingente populacional e eleitoral; assim como requisitos de infra-estrutura, como número de residências, serviços de água, iluminação e saúde. A instalação do quadro administrativo da prefeitura municipal ocorreu com dificuldades devido à escassez de recursos financeiros e materiais.

A autonomia político-administrativa aproximou as populações dos serviços públicos, mas esse movimento as aproximou também da racionalidade do aparato governamental e das disputas intrínsecas ao seu controle. Ora, isso ocorreu quando as comunidades pretenderam assumir para si o controle da criação de um novo primeiro território – Aceguá –, visando à demarcação de limites para exercício de funções legais, de controle e de fiscalização, o que lhes concederia maior autonomia para gerir os recursos da sua produção, assim como controle sobre a circulação de mercadorias e de populações no município, legitimado pelo uso do aparato estatal.

4.4.1 A Vila da Lata

Somente com a emancipação na década de 1990, foi estabelecida a primeira Escola Municipal na Vila da Lata, contudo, devido às precárias condições de acesso e à escassez de recursos não permaneceu muito tempo em funcionamento. Conforme Oliveira (2008), diretora de uma Escola Municipal e professora de uma Escola Estadual em Aceguá, a Escola da Vila nunca funcionou direito, pois os “professores vinham de Bagé, mas ficavam pouco tempo, pois não tinham condições de trabalhar e nem de viver decentemente”. Segundo a professora (2008) os alunos da Lata “são meio desinteressados até pelo convívio familiar, pois o pessoal

³⁵ Somente em 2008 que a legitimidade dos municípios foi resolvida, permanecendo Aceguá como tal.

de lá não tem costume de estudar [...] os moradores de lá costumavam trabalhar nas estâncias das redondezas [...] só trabalhavam, não estudavam”.

Em 2008, foi inaugurada a primeira instituição de Ensino Municipal na zona urbana, mesmo ano em que foram encerradas as atividades da pequena escola da Vila. No novo estabelecimento estudam hoje os alunos da sede e das zonas rurais mais próximas, como as crianças da Lata, trazidas e levadas pelo transporte escolar da Prefeitura. Esse movimento agrega ao universo daquelas crianças, pois além de freqüentarem uma escola com melhor infra-estrutura, permite a sua locomoção e o seu relacionamento com outros lugares e pessoas e, facilita o contato com outros territórios, como os da zona urbana e os de diferentes realidades rurais próximas.

Atualmente, o mercado de latas não existe mais, transformou-se em um pequeno mercado porém, só algumas casas da Vila foram substituídas por outros materiais. A maior parte de seus moradores³⁶ é composta por idosos e crianças, com fortes traços mestiços e que falam um *portunhol* característico da fronteira. Em sua maioria, os moradores da Vila sobrevivem de aposentadoria e da agricultura de subsistência e, em menor número, são aqueles que permanecem como trabalhadores das estâncias próximas (ACEGUÁ, 2007).

4.4.2 A Sede

A instalação das estruturas e do corpo administrativo da Prefeitura não atenuou o problema da falta de empregos na Sede, pois foram poucos os munícipes que foram aprovados nos concursos públicos para provimentos de cargos. Na realidade, o que aconteceu foi o aumento da migração pendular, pois, além dos uruguaios que trabalhavam no comércio, Aceguá tornou-se local de trabalho de bageenses, posto que foram eles os aprovados nos concursos públicos para ocupação de cargos na administração pública. Os gentílicos de Bagé, também não contribuíram para a dinamização do comércio da Sede, pois não tinham o costume de freqüentá-lo, dado que Bagé detém melhor infra-estrutura de serviços.

A tendência das duas primeiras gestões municipais (2000 e 2004) do prefeito Julio Cezar Vinholes Pinto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ex-secretário da Comissão de Emancipação e representante do distrito de Aceguá, foi a de

³⁶ A Vila é um aglomerado rural formado por aproximadamente 15 famílias.

incentivar a circulação de pessoas e mercadorias na Sede, onde estão estabelecidos os órgãos de assistência e controle das instituições públicas, como escolas, posto de saúde, aduana e EMATER. A abertura de estradas vicinais³⁷ foi uma das ações que mais orientou os esforços das suas administrações visando aprimorar a infra-estrutura urbana do município por meio da abertura e manutenção de estradas vicinais e da pavimentação de ruas na sede. A abertura de estradas também visou à circulação do transporte escolar e ao acesso de crianças com idade escolar ao ensino médio e fundamental e, também possibilitou a descentralização dos atendimentos dos serviços de saúde por meio da unidade móvel de saúde, que ia ao encontro das populações rurais.

De fato, com a centralização das estruturas administrativas, as comunidades rurais começaram a ter de se deslocar para Sede, como os alunos da Lata para estudar, os ‘assentados’ ligados ao campesinato gaúcho para fazer compras, os produtores da CAMAL para visitas na EMATER, por exemplo. A maior circulação de pessoas na Sede pode ter dinamizado e mantido o comércio, porém, somente em 2007, quando uma antiga reivindicação das comunidades brasileiras e uruguaias foi efetivada, que houve uma expansão, quantitativa e qualitativa, do comércio. Foi a aprovação da criação de zona de livre comércio em Aceguá pelo Governo Uruguaio, na divisa com a sede do município. De acordo com o projeto entregue pelo então prefeito de Aceguá, Julio Cezar Vinholes,

a zona franca poderia beneficiar moradores de 14 cidades das regiões da Campanha e Fronteira Oeste, num total de 380 mil habitantes. [...] O projeto ainda avalia o reflexo econômico da construção de Candiota III e de investimentos em outras áreas, como a instalação das empresas Votorantim Celulose e Papel e Aracruz, e da implantação da Universidade Federal do Pampa, Unipampa, que devem aumentar o poder aquisitivo da população da região, fazendo com que haja mais circulação de riqueza através da elevação dos níveis das relações comerciais (MINUANONLINE, 2007a, p.1).

Desde 2007, os esforços das comunidades da sede, tanto brasileiras como uruguaias, foram se dirigindo para a provável circulação de pessoas e mercadorias com a instalação do *freeshop*. A prefeitura promoveu cursos para qualificação de serviços, obras de urbanização na Sede e o aparelhamento da infra-estrutura, como o asfaltamento do canteiro da Avenida Internacional, que separa os dois países e obras de saneamento básico. A idéia do *freeshop* foi promovida para que fosse fomentado o turismo de compras no município. O estabelecimento

³⁷ Há de se mencionar que o investimento em estradas não foi acompanhado da cobertura de atendimento para transporte da população. O circuito interior-sede-Bagé e vice-versa, é realizado por uma empresa privada que dispõe de três horários diários, por isso, a circulação de pessoas nas estradas para ir trabalhar e/ou fazer compras, ou até mesmo para lazer, depende mais de recursos próprios e da organização de caronas.

da zona franca de comércio se fundamentou em uma territorialidade desvinculada das necessidades das populações daquela fronteira, mas, orientada para a atração de populações de fora que se interessassem por compras de produtos importados e industrializados e, por que não dizer, supérfluos.

As expectativas e a mobilização acerca do *freeshop* na Sede foram tantas que, o acampamento da Semana Farroupilha, evento tradicionalmente realizado na Avenida Internacional e que une os gaúchos dos dois lados da fronteira, foi afastado quilômetros da sede por ocorrer concomitante à inauguração da zona franca. Isso demonstrou a marginalização de um evento cultural com fortes raízes nas tradições gaúchas e que movimentava o comércio do município, em favor da circulação de mercadoria, ao privilegiar o consumo de pessoas de fora do município e para a relação com o espaço da Sede motivada pelo consumo da mercadoria.

Hoje, na sede vivem, aproximadamente, mil pessoas e é lá onde se encontra a maioria dos estabelecimentos comerciais e a fusão de trabalhadores uruguaios e brasileiros. Contudo, é na Vila de Aceguá que a maioria desses trabalhadores mora, pois no Brasil há maior oferta de emprego, mas é no Uruguai que o custo de vida é mais baixo.

4.4.3 Os Reflexos da Autonomia Política para os Territórios do Latifúndio

Quando da emancipação de Aceguá, as grandes propriedades da pecuária de corte e de arroz irrigado do Distrito de Rio Negro, as providências da administração municipal foram de prover segurança para a sua produção. Isso porque, pelo ponto de vista da administração municipal são aquelas atividades que mais agregam valor absoluto à economia do município, posto que são responsáveis, respectivamente, por 40 e 20% da sua arrecadação (SENGER, 2008). Importa perceber essas grandes propriedades, apesar de serem responsáveis pela maior parte do PIB do município, têm produção sazonal e retêm para si os rendimentos provenientes da sua atividade. Esses territórios, que se localizam na fronteira com o Uruguai podem ser considerados mais como imobilizados, porque, de certa forma, mantêm os limites do Estado, configurando-se como um território mais conservador, tradicional e concentrador de renda.

Dessa forma, a Prefeitura Municipal promoveu ações para que fossem atenuados os efeitos das estiagens assim como para combater o abigeato. Acredita-se que o beneficiamento dessas grandes propriedades não se deveu só ao fato de sua produtividade, mas também ao

fato de seus proprietários serem moradores do município que, como detentores de terras que agregam valor à renda municipal, podem barganhar com a administração municipal além de ocuparem cargos políticos.

Em contraposição, as grandes propriedades dos haras, pelo fato de seus proprietários não residirem no município³⁸, não pressionam direta e politicamente a administração municipal. Além disso, não empregam mão-de-obra local e não geram alta receita tributária para o município, apesar de seu alto poder aquisitivo, constituindo-se em uma realidade à parte dos demais territórios do município, dado que abrigam aeroportos particulares e possuem avançada infra-estrutura para sua rentável atividade de criação de cavalos para competição.

É devido aos haras que a renda per capita do município³⁹ é tão elevada, contudo, sabe-se que essa renda é altamente concentrada. As medidas da administração municipal em relação aos haras consistiram em pressionar o Governo Estadual para alterar a base de cálculo sobre o cavalo vendido, lançando um projeto pioneiro. Há uma conversão em âmbito estadual de que cada cavalo vendido paga sobre o valor estipulado de R\$2.760,00, contudo, ao perceber que os animais arrematados em leilão eram vendidos por valor muito superior a esse - por meio de uma investigação, a Secretaria da Fazenda Municipal chegou à média de R\$28.000,00 -. Pelo fato de o município não ter o controle sobre a entrada dos animais, apenas o de saída, o Governo Estadual garantiu que o município poderia arrecadar até 75% da média estabelecida (NELSON, 2008). Nesse movimento, a prefeitura passou a exercer um certo controle sobre os territórios dos haras, tributando a sua produção.

Isso porque com a emancipação, foi a elite econômica de Aceguá que ganhou força, pois adquiriu a possibilidade de se utilizar do aparato estatal para promover seus interesses privados. Por isso, as primeiras administrações municipais também fomentaram ações para o avanço do agronegócio, que vinha sendo apresentado como alternativa viável e rentável para os campos do Pampa. No início dos anos 2000, a exploração do espaço por tecnologias de ponta, dificultou e prejudicou as condições de reprodução da agricultura familiar, que não têm condições de concorrer lealmente com os produtos da agroindústria. O agronegócio transforma os recursos naturais através de tecnologia de ponta em matéria para a indústria de transformação e destina sua produção para exportação, degradando solos onde poderia ser praticada a agricultura familiar e a pequena propriedade rural, responsáveis por produzirem a maior parte dos alimentos na América Latina (FERNANDES, 1999).

³⁸ De acordo com as notas de campo, em sua maioria são provenientes dos Estados de São Paulo e Goiás.

³⁹ Estimada em mais de R\$16 mil (FEE, 2008).

Os territórios camponeses, do agronegócio e dos haras se formaram sobre o latifúndio tradicional, transformando-o. Como foi verificado na Figura 4, percebe-se o avanço desses territórios sobre o latifúndio tradicional, pressionando também os limites legais do Estado, que tem promovido a expansão da fronteira agrícola em direção ao interior do país e, ao beneficiar o avanço das transnacionais, ameaça a sua própria autonomia e limites legais. Isso porque, cada um daqueles territórios manipula informações e energia, tendo efeitos sobre os fluxos das populações e as atividades econômicas, pois restringem ou facilitam as forças produtivas, através das suas estratégias territoriais.

4.4.4 A CAMAL

Após a emancipação de Aceguá algumas das entidades construídas e administradas pela comunidade menonita foram municipalizadas, a exemplo do Posto de Saúde do Hospital. Isso também ocorreu devido às dificuldades que a comunidade vinha passando por causa da crise da produção. A municipalização da Escola Menno Simmons acarretou grande perda em termos de reprodução cultural, pois o ensino do alemão foi substituído pelo do espanhol.

Mas, em 1998, em mais um projeto fundiário e de colonização, mas estrategicamente orientado para o aumento da produção da CAMAL, 80 famílias foram assentadas em lotes de aproximadamente 50 ha para ocupar uma área de 4 mil hectares. A Colônia Agropecuária Pioneira Ltda (CAPIL) é um assentamento, fruto da aquisição de uma área por parte das Comunidades da Colônia Nova e Médici através de operação de crédito via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que expandiu o domínio do espaço pelos menonitas, reforçando seus territórios. A seleção das famílias, compostas pelos filhos daqueles colonos, foi feita por um conjunto de entidades, entre elas CAMAL, EMATER, EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). O projeto previu tanto a aquisição da terra como investimentos em infra-estrutura e, “cada família recebeu um lote de 20 vacas com genética e capital para construir o galpão e sua casa”, ou seja, tiveram todo o apoio para começarem a produzir o mais rápido possível (SENGER, 2008).

Para fazer frente à competição do mercado de laticínios, a CAMAL efetuou parceria com a Cooperativa Sul Rio-Grandense de Laticínios Ltda – COSULATI – de Pelotas em

2001. A parceria com a COSULATI, apenas na área de laticínios⁴⁰, foi estabelecida devido à necessidade de capital de giro e ao aumento do volume de matéria-prima para que ambas se mantivessem como cooperativas rurais e fizessem frente as duas maiores indústrias de laticínios que atuavam no Estado do Rio Grande do Sul, a Parlmalat e a Elege, que produziam 500 mil litros de leite/dia cada, enquanto que a parceria CAMAL-COSULATI, 350 mil (WALL, 2008).

Essa parceria consistiu na cessão da área de exploração da CAMAL para a COSULATI, transferindo a industrialização para lá. A parceria foi motivada pela competição com as grandes indústrias, assim como para que se mantivessem como agricultores familiares que comercializavam sua produção através de cooperativas de pequenos produtores. A parceria da CAMAL com a COSULATI culminou com a transformação da indústria da primeira em um posto de resfriamento, porém, não prejudicou os seus associados, que continuaram com a produção leiteira em seus lotes, mantendo métodos tradicionais de produção e a alta produtividade da CAMAL, responsável pela assistência e a comercialização da produção (Figura 15). Com isso, diminuiu-se o número de funcionários da CAMAL, mas não o dos associados. Os funcionários da indústria da CAMAL, em sua maioria eram de Bagé, enquanto que os associados da CAMAL, em sua maioria, eram membros das colônias alemãs do município.



Figura 15 - Tambo de leite à espera do recolhimento

A CAMAL centralizou e verticalizou os processos produtivos “para absorver toda a produção de seus associados como sorgo, arroz, milho, cevada e sementes de forrageiras, recebendo, beneficiamento e comercializando” esses produtos no centro sul do país. Mesmo com o aumento da escala de produção, procurou manter o potencial endógeno da

⁴⁰ A CAMAL também comercializa grãos como arroz e sorgo.

agroecologia, ou seja, a manutenção da sua identidade vinculada aos seus conhecimentos e a seus conteúdos históricos vinculados aos seus agroecossistemas (GUZMÁN e MOLINA, 2006).

O constante aparte de sementes básicas como forma de garantia de pureza física e varietal, aliado ao cultivo em áreas novas ou submetidas a longos períodos de integração com a pecuária, permitem obter campos de produção livres de contaminantes e sementes de altos padrões fisiológicos e sanitários. [...] A CAMAL tem tradição em projetos de colonização e também nas outras funções básicas do Cooperativismo que se refere à parte social, lutando pela saúde e bem estar de todos os seus associados (OTT, s/d, p.1).

Graças àqueles esforços Aceguá possui uma das mais produtivas bacias leiteiras do Estado e, a CAMAL e os mennonitas são referência em projetos de colonização. Mas a persistência e a disciplina dos membros da comunidade de Colônia Nova serviram também para levar um líder comunitário ao Governo Municipal. Em 2008, um dos fundadores do Hospital de Colônia Nova e rival das duas eleições anteriores de Vinholes, Gehard Martens foi eleito. Dado esse quadro, acredita-se que com a eleição de um líder comunitário da Colônia Nova, além dos esforços voltados para a fixação do homem no campo, com especial atenção para as pequenas propriedades, aquela localidade em especial deva receber mais atenção, principalmente no que se refere à saúde, dadas as dificuldades financeiras com que o hospital da comunidade vem passando. Acredita-se também, que devido à proximidade geográfica e a semelhança dos modelos produtivos com as Colônias, os assentamentos ligados aos movimentos de luta pela terra sejam beneficiados 'por tabela' com as ações da prefeitura voltadas para a comunidade de Colônia Nova. Ao mesmo tempo, acredita-se que a Sede do município deva receber menores quantidades de investimentos e ações voltadas para sua urbanização, como foi nas administrações anteriores.

Atualmente as colônias alemãs abrigam cerca de 850 pessoas (WALL, 2008). Durante muito tempo foi considerada uma comunidade fechada e tradicional. "Hoje é uma fusão, tem brasileiro e alemão. [...] Antes a Colônia Nova era fechada [...] Todo mundo era parente aqui, não se podia namorar gente de fora" (ÉRICA, 2008). Ainda hoje muitas famílias só falam o alemão em casa e, os cultos da Igreja também são realizados nesse idioma. A cultura alemã permanece viva também nos festejos da comunidade, como a *Frühlingsfest* (Festa da Primavera), com apresentações folclóricas, comida típica, artesanato, exposição de animais e máquinas. A CAMAL também se encarrega de comercializar produtos típicos alemães assim como o queijo e o leite Ibjé, que mantiveram a marca e, a tradição daquela comunidade.

4.4.5 Os Movimentos Ligados à Luta pela Terra e os Assentamentos de Reforma Agrária

Por volta do ano de 2003, o Governo Federal desapropriou duas áreas no município (São José e Santa Luciana) para assentamento de reforma agrária, devido às pressões dos movimentos organizados. Mas, o administrador municipal, o “prefeito encampou uma bandeira que a forma como estava sendo feita não poderia ser seguida adiante” (SENGER, 2008). O INCRA, então, abriu mão da área do São José para que o município colocasse famílias de Aceguá. A prefeitura tinha, naquela época, “um banco de dados de produtores interessados no banco da terra... passado pelo crivo do conselho de desenvolvimento, selecionamos famílias de Aceguá”, que hoje produzem grãos, mas sobrevivem, principalmente, da pecuária leiteira (SENGER, 2008). Dessa forma, as 16 famílias assentadas eram da região, mas não necessariamente integrantes de qualquer movimento. Isso demonstra que a organização das lutas do MST tem permitido que pequenos agricultores sem-terra, mesmo sem participar do movimento, desfrutem dos benefícios obtidos pelo mesmo. Isso porque, seu papel é justamente questionar e romper com as estruturas que causam a expropriação do camponês e a desigualdade social, na tentativa de fortalecer o território camponês e promover uma sociedade mais justa, onde os trabalhadores da terra possam ter e cultivar suas terras.

No Assentamento Conquista do Jaguarão, somente em 2004 foram iniciados projetos para a implantação de infra-estrutura, apesar das famílias já possuírem seus lotes e de terem criado simples condições para a produção familiar. Foi o caso das cisternas para aproveitamento de água das chuvas e do projeto de financiamento para substituição das simples casas dos assentados para residências de alvenaria (Figura 16). Contudo, os recursos para as casas só foram liberados em 2007 e, portanto, com o orçamento defasado. Mesmo assim, os ‘assentados’, como são referenciados pelas demais populações do município, foram conseguindo estruturar sua produção via projetos em parceria com o MST e com o Governo Federal.



Figura 16 - Projetos no Assentamento Jaguarão (2008)

4.4.6 O Avanço da Silvicultura

Ao contrário da unidade de produção familiar, que representa a antítese do latifúndio, os projetos de florestamento ressignificam e reforçam o espaço latifundiário regional, devido à concentração de terras e de conhecimentos e ao uso intensivo das terras através de tecnologias para tornar a produção do espaço mais eficiente (CHELOTTI e PÊSSOA, 2007).

Mesmo assim, em 2004, a fazenda Ana Paula foi adquirida pela empresa Votorantim Celulose e Papel. A propriedade se estende por três municípios: Aceguá, Hulha Negra e Candiota. Em 2005, a VCP anunciou o Projeto Losango, que tinha como objetivos a instalação de uma fábrica⁴¹ com capacidade de produção de 1 milhão de toneladas/ano de celulose branqueada de eucalipto para exportação e uma área de plantio e conservação de, aproximadamente, 200 mil hectares (VCP, 2008). Na Ana Paula, a atividade de florestamento iniciou em Candiota em 2005 e, os plantios foram avançando em direção a Aceguá, contrastando com as pequenas propriedades de agricultura familiar para as atividades da pecuária leiteira nos Distritos de Colônia Nova e Minuano (Figura 17).

⁴¹ A localização exata da nova fábrica ainda não foi definida. Será entre os municípios de Rio Grande, Pelotas, Arroio Grande, Pedro Osório, Capão do Leão e Cerrito (VCP, 2008).



Figura 17 – Eucaliptos em contraste com produção de sorgo (2008)

Mas, no mesmo ano em que foi proposta a redução da faixa de fronteira, em 2006, iniciaram os rumores sobre uma provável invasão na propriedade da VCP em Aceguá. Naquele momento, os ruralistas da região decidiram implantar postos de vigias próximos aos assentamentos do MST, a fim de monitorar as ações do movimento, que se constituía em uma ameaça aos seus territórios (MINUANONLINE, 2006). O MST tem agido contra o avanço da industrialização do campo e protagonizando ações de resistência contra o agronegócio para avanço dos territórios camponeses.

Em 2007, integrantes do movimento invadiram a propriedade Ana Paula e depredaram 20 ha de eucalipto plantado (MINUANONLINE, 2007b). Em princípios de 2008, a VCP vendeu a sede da Fazenda Ana Paula que ficava no município de Aceguá, mas manteve os plantios em Candiota e Hulha Negra, que continuaram a ser alvo de ocupações⁴². Ainda há especulação sobre o que irá ocorrer com a área da fazenda, pois pelos relatos de campo, são distintas as possibilidades. Houve quem dissesse que a propriedade poderia se tornar um assentamento de reforma agrária, enquanto que outros disseram que foi vendida para um grupo estrangeiro ligado à indústria de laticínios, que, na realidade, estaria agindo na ilegalidade, dada a proibição de aquisição de terras por estrangeiros na faixa de fronteira, pois, em 2008, a PEC 49/2006 perdeu força frente à resistência dos movimentos sociais.

Em setembro de 2008, com a crise no mercado de derivativos deflagrada nos Estados Unidos, a moeda americana foi valorizada no Brasil, aumentando alguns custos e despesas com dívidas em moeda estrangeira das empresas de celulose e papel. Para protegerem os preços, essas empresas optaram por reduzir a produção, dada a contração do mercado e da demanda. Esses fatores reduziram os valores dos papéis das empresas, que frearam seus investimentos em todo o Estado, mas que vêm pleiteando isenções tributárias junto aos governos como condição para a continuidade de seus projetos e expansão de seus territórios (SANDRINI, 2009).

⁴² A última delas foi no Dia Internacional da Mulher em 2009, pelas mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e da Via Campesina.

4.5 APROXIMAÇÃO COM O TERCEIRO TERRITÓRIO

As territorialidades dos aglomerados rurais, a exemplo da Vila da Lata, conformam territórios camponeses suburbanizados e subalternizados ao latifúndio. No caso daquela comunidade, a sua ruralidade foi reinventada pela liderança feminina, que manteve os conteúdos históricos de seus agroecossistemas, mas foi suburbanizados pelos homens, trabalhadores que tiveram de deixar as estâncias e conformarem seus territórios separados do espaço de trabalho, quando da mecanização do campo. Atualmente, a população da Vila da Lata é composta, em sua maioria, por idosos aposentados e crianças. Acredita-se que a Vila esteja fadada ao desaparecimento em pouco tempo, pois como foi percebido em campo, os moradores dos pequenos aglomerados rurais do município estão deixando suas comunidades dado que o trabalho nas estâncias tem se torna cada vez mais automatizado e requerendo mão-de-obra cada vez mais especializada. Apesar das crianças desses aglomerados estarem sendo atendidas pelo transporte e pela educação escolar municipais, essa medida só traria benefícios a longo prazo, não trazendo resultados imediatos para melhoria das condições de vida daquelas populações.

Importa ressaltar que é a intensificação do processo que expropriou os trabalhadores da Lata, ou seja, o uso da tecnologia que substituiu o trabalho humano no campo e reverteu o determinismo do espaço sobre os territórios – dado que impõe a sua racionalidade ao espaço, manipulando-o - que vem sendo intensificado nas últimas décadas no município, contribuindo para a concentração de renda em Aceguá. Por isso, o movimento dos aeroportos particulares dos haras contrasta de forma muito acentuada com a pobreza dos aglomerados rurais no município.

Os haras constituem uma realidade à parte no município, não só pelo seu modelo produtivo e pelo seu caráter concentrador de renda, mas pelo fato de seus proprietários, apesar de capturarem significativos espaços no município, não serem nem gentílicos do município ou do estado, assim como por sequer residirem em Aceguá. Os haras se estabeleceram sobre espaços antes ocupados pelo latifúndio tradicional, competindo com esses em termos de políticas públicas para benefícios fiscais da sua atividade. Mas diferente das propriedades voltadas para a pecuária de corte e de arroz, os haras não imputam praticamente dinâmica

nenhuma no município, por não empregarem mão-de-obra local e porque a tributação da sua atividade, na maior parte, é de competência da esfera estadual de governo.

Acredita-se que pelos motivos contrários é que as propriedades da pecuária e de arroz têm sido privilegiadas, ou seja, pela sua participação no produto interno do município e pelo fato de seus proprietários comporem a elite política de Aceguá. É desta forma que essas elites foram legitimando seu modo de produção e marginalizando os trabalhadores da terra.

Contudo, o modelo das grandes propriedades vem sendo contestado pela produção em lotes familiares cultivados pela agricultura camponesa. Importa ressaltar que esse modelo mantém uma identidade histórica através da relação de seu modo de produção com os conteúdos dos espaços que ocupa. Por isso mesmo, defende a diversidade, dado que a natureza se justapõe às suas territorialidades, aos seus territórios. Em Aceguá, por exemplo, os territórios camponeses têm sua produção voltada para as atividades da pecuária leiteira e da organização comunitária do trabalho no seio da unidade familiar, comercializando sua produção por meio das cooperativas que organizam. Mas apesar das semelhanças, esses campesinatos se diferem, porque as relações que determinam seu trabalho no espaço são distintas e norteadas por diferentes princípios de organização.

Os territórios mennonitas em Aceguá são territórios camponeses, mas subalternizados ao controle do Estado, dada a dependência de seus projetos em relação ao financiamento governamental. Esses territórios foram conformados pelo esforço dos mennonitas em desenvolver um modelo produtivo que permitisse a reprodução da sua comunidade religiosa e, isso foi alcançado através do controle tecnológico das técnicas de produção da pecuária leiteira, o que foi reforçado pelo caráter fechado e tradicional da comunidade. Com a prosperidade da produção, a comunidade mennonita acabou se configurando como elite econômica e política em Aceguá. Por esse motivo que os mennonitas concorrem com a elite pecuarista do município no que tange os projetos de políticas públicas, os recursos e o fomento para suas atividades produtivas, assim como o espaço para reprodução de seus territórios.

Apesar disso, a comunidade mennonita mantém sua autonomia frente ao controle dos estados, no que se refere à manutenção da sua unidade cultural e religiosa, que fomenta a organicidade da comunidade. Contudo, essa autonomia só pode ser percebida se considerado o terceiro tipo de território, por isso é possível afirmar que os mennonitas se irradiariam pelo mundo para conservar aquela unidade e, não conformar o campesinato e/ou o modelo de agricultura familiar. Por isso, é possível conhecer mennonitas que são comerciantes em

Curitiba, industriários em São Paulo, políticos no Canadá. Apesar dessa diferenças, a mediação da comunidade é mantida via o compartilhamento da mesma fé.

Ao contrário, os territórios camponeses ligados à luta pela terra defendem a autonomia dos povos frente ao aparato repressivo do Estado-Nação, o compartilhamento dos conhecimentos e o questionamento do modelo de produção difundido pela industrialização do campo. Para tanto, esses movimentos constroem seus territórios no permanente afronte das estruturas sociais que se pretendem hegemônicas e, assim constroem a contra-hegemonia, ampliando o debate político sobre a organização do espaço e da produção e demonstrando a possibilidade de que outros modelos são possíveis. Por isso, que os assentamentos de reforma agrária em Aceguá não são vistos com bons olhos pelos pecuaristas, pois contestam e afrontam seus territórios, assim como o dos recentes territórios da silvicultura no município e arredores, que vem sendo alvo de ação daqueles movimentos sociais.

Foi através da intensificação das práticas dos movimentos sociais ligados à luta pela terra que a reforma agrária conquistou espaço na agenda política brasileira. De acordo com Porto-Gonçalves (2006), o MST foi o primeiro movimento que mobilizou populações suburbanas, buscando reverter o fluxo migratório campo-cidade, revalorizando a terra e o campesinato ao organizar politicamente um movimento e urbanizar a questão agrária.

Trata-se, portanto, da contestação de um modelo que, atualmente, por meio da manipulação genética de organismos naturais e do domínio estratégico das tecnologias, transforma campo em florestas, como vem ocorrendo no Pampa argentino, uruguaio e gaúcho com os estabelecimentos ligados às indústrias de papel e celulose. Mas esses investimentos também vêm sendo contestados por uma rede internacional de movimentos sociais que se colocam contra os territórios do agronegócio e ampliam a discussão de seu modelo, abalando sua hegemonia.

Os territórios do agronegócio extrapolam as fronteiras e as disputas internas ao estado que os abriga e, o mesmo ocorre com a contra-hegemonia. Trata-se, pois, da identidade e da diversidade camponesa em nível mundial e da abertura política do debate sobre o modelo imposto do agronegócio. Diferente deste, os camponeses tem por base o compromisso de produzir conhecimentos e territórios vinculados aos conteúdos históricos dos agroecossistemas, construindo seus territórios com o espaço, respeitando a diversidade de culturas (materiais e simbólicas, por exemplo, nos modos de produção e nos ritos, respectivamente). Esses movimentos ao pautarem a soberania alimentar e a preservação do meio ambiente, colocaram em xeque o modelo de agricultura empresarial do agronegócio.

Paisagens monótonas de monoculturas indicam não só que outros desenhos paisagísticos estão sendo suprimidos (expulsão de populações originárias, de afrodescendentes e de camponatos vários), como estão associadas a desequilíbrios ecológicos (vacas loucas, pneumonia asiática, gripe do frango, stress hídricos, erosão de solos e de diversidade genética) e a um regime alimentar midiaticamente induzido. É a questão básica, não da produção de alimentos, mas da reprodução que está em jogo na luta pelo controle das sementes que, no fundo, é uma luta pelo modo de produção nos sentidos material e simbólico do modo de comer que caracteriza cada cultura, cada povo. Assim, o debate em torno da transgenia é, também, político e epistêmico (PORTO-GONÇALVES, 2006, P.172).

O caráter dominador do agronegócio reside no fato de que suas estratégias são amparadas pelo Estado e pelos meios midiáticos, combinando grande quantidade de informação. A relação conflitual agronegócio-agricultura camponesa não é a única, mas está subordinada a uma relação de fragmentação do espaço, fragmentação que é prática, visto que transforma o espaço em mercadoria que se vende e se compra, mas que é também teórica, pois a ciência, o Estado e os conhecimentos especializados do trabalho o recortam, podendo “produzir espaços à escala planetária e até interplanetárias” (LEFEBVRE, 1973, p.19 – grifos do autor).

Por isso, faz-se importante recuperar a dimensão material do espaço e, para tal tarefa, é necessário romper com o economicismo, que transforma o benefício material e imediato como motor da organização dos territórios, impondo uma ideologia com caráter de força material, mas fundamentada em sua dimensão simbólica, pois neste contexto, a natureza é atingida pelo imaginário. O envolvimento do MST e da Via Campesina evidencia a necessidade de se colocar a natureza e o devir histórico da humanidade na centralidade da produção dos territórios, quer dizer, da sua multidimensionalidade, da recuperação do seu sentido político: a liberdade (PORTO-GONÇALVES, 2006; FERNANDES, 2008).

O uso de organismos modificados é um aspecto que complexifica ainda mais o debate sobre o modelo de produção no campo, pois manipula geneticamente a reprodução da natureza e do espaço para fins utilitaristas. Essa é uma questão controvertida que não pode ser tratada isoladamente dos impactos que pode causar aos modos de vida associados. Por isso, a resistência do camponato adquiriu caráter crítico-estratégico voltado para valores humanos, pois em seu devir histórico trazem uma série de conhecimentos tecidos a partir de matrizes de racionalidades próprias na relação com o ambiente natural, que são negados e confrontados pelo agronegócio em sua nova constituição tecnológica (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O agronegócio é marcado “pelo controle estratégico do conhecimento, da produção e do mercado, com o uso de tecnologia de ponta” (FERNANDES, 2006, p.53). O conhecimento desenvolvido e requerido, assim como as mudanças tecnológicas introduzidas pelo agronegócio, são constituídos, tendo por base o ritmo da produção industrial, que prima pelo

aprimoramento tecnológico da unidade produtiva, por isso, “houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos” (FERNANDES, 2006, p.53). É a intensa produtividade do agronegócio que causa a exclusão. “Com a mecanização e a informatização da agropecuária, o agronegócio necessita mais de novos territórios e de menos pessoas para trabalhar”. Ao intensificar a produção e o uso dos recursos materiais, o agronegócio, desapropriou o campesinato e ressignificou o latifúndio, visando a atender estrategicamente “a expansão da produção agroexportadora” (FERNANDES, 2006, p.49).

Por fim, ressalta-se que a racionalidade dos territórios do agronegócio não se fundamenta nas características do espaço e nem nas necessidades reais dos grupos sociais, mas precisa se fazer crer necessário. Por causa disso, as atividades secundárias - que fazem a mediação entre a produção e seu consumo -, quer dizer, o comércio e a prestação de serviços em Aceguá foram também afetados. Um exemplo disso é o *freeshop*, que direcionou esforços para atender uma demanda de consumidores de fora do município e privilegiou o comércio de produtos estrangeiros e industrializados, ao invés de fomentar a diversificação da produção e a colocação de produtos fabricados no município para atender às demandas das populações locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desta dissertação buscou recuperar a materialidade e a conflitualidade do território na sua multidimensionalidade, tendo como objeto de pesquisa Aceguá, município gaúcho na fronteira com o Uruguai. A escolha por um município de fronteira auxiliou a compreensão da conflitualidade inerente ao território, dado que o processo de sua demarcação só ocorre por meio de disputas e, dado também, que facilita a visualização das pressões que os movimentos transnacionais, hegemônicos e contra-hegemônicos, vêm fazendo sobre os limites legais do Estado Nação. Esta análise compreendeu a formação histórica de três tipos de territórios: a unidade territorial de Aceguá, que teve de ser problematizada na formação dos seus limites e, para isso foi necessário recorrer à história de suas elites, à história dos grupos de estados; as territorialidades que conforma[ra]m os diferentes territórios no município, que, por meio das conflitualidades e de seus modos de produção foram transformando o espaço do Pampa, e; o entrecruzamento daquelas territorialidades, buscando a compreensão da sua coerência no contexto das relações internacionais.

O propósito deste trabalho foi, além de denunciar a lógica excludente e economicista, ampliar o debate do difundido desenvolvimento territorial, compreendendo a construção histórica da sua hegemonia. Para tanto, foi necessário trazer à tona o processo histórico da permanente construção da contra-hegemonia, protagonizada pelos grupos que foram marginalizados pela imposição da racionalidade do estado territorialmente centralizado e de modelos produtivos baseados na divisão do espaço e do trabalho.

Na tentativa de recuperar o sentido político do território, assim como o caráter de autonomia e de liberdade que esse conceito [deve] traz[er] consigo, foi necessário recorrer aos estudos da Geografia sobre o tema, dada a insuficiência e o caráter racionalista das abordagens sobre o território nos estudos organizacionais. Para tal tarefa, foi necessário também recorrer ao conceito de hegemonia e problematizar o de Estado, no intuito de perceber a permanente construção da realidade pelas sociedades espacializadas, quer dizer, na constante conformação dos seus territórios.

A abordagem territorial adotada neste trabalho chamou a atenção para o fato de que a reproduzibilidade dos territórios não acontece somente na relação com o espaço apropriado,

mas na divisão internacional do trabalho, extrapolando os limites da unidade de produção e da unidade territorial do estado, capturando significativos espaços ao redor do mundo. Portanto, o presente trabalho trouxe, além da preocupação em abordar diferentes modelos de produção, organizados e contestados ao longo de todo o processo histórico da Humanidade, a necessidade de se repensar as relações internacionais entre Estados, empresas e movimentos sociais. Isso fez-se importante, na medida em que se percebeu a incapacidade dos estudos organizacionais em perceber que os territórios são reproduzidos em escala internacional a fim de perpetuar o fato de os países do Sul sustentarem ao custo da degradação das condições ambientais e de vida das suas populações o padrão de produção e consumo dos países do Norte, o que vem ocorrendo desde os tempos coloniais.

6 REFERÊNCIAS

ACEGUÁ. **Mapa do Município de Aceguá**. Responsável técnico: Mohamad Ali Mohd Yácoub. 2003.

ACEGUÁ. **Secretaria Municipal de Educação**. Aceguá. Aceguá, 2001.

ACEGUÁ. **Secretaria da Saúde e Assistência Social**. Diagnóstico Local de Saúde Aceguá. Aceguá, 2007. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Diagnostico_Local_Acegua-RS.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2008.

AGUZZI, Gladimir. Irmãos Menonitas – a trajetória de uma Igreja separada do Estado. **Correio do Sul**, Bagé, 19-20 out. 2003. Apontamentos, p.11.

BAGÉ. História. 2008. Disponível em: <<http://www.bage.rs.gov.br/historia.php>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

BASTOS, Ângela. Mulheres comandam em Aceguá. Estado. **Zero Hora**. Porto Alegre, 15 dez. 1991.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A Democracia Brasileira e a Cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BENEDETTI, Adriane; SOARES, Maria da Graça; GUEDES, Gislaine. **Assentamentos Rurais na Região de Bagé**: da diversidade social ao projeto de desenvolvimento. 2007. Disponível em: <http://www.cifers.t5.com.br/Relatorio_completo_social.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.7-16.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïs. **Uma Invitación a la Sociologia Reflexiva**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. 1998. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 08 jan. 2009.

BRUNO, Regina. Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAMPIONE, Daniel. **Para leer a Gramsci**. Buenos Aires: Ediciones del Centro de Cultura de la Cooperación Floreal Gorini, 2007.

CARLA. **História do Assentamento Conquista do Jaguarão**. Entrevistador: Fabiane da Costa e Silva. Aceguá, 07 maio 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASIRAGHI, Raquel. O Efeito Nocivo dos Eucaliptos. **Brasil de Fato**, 16-22 mar. 2006.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar. Latifúndio, Assentamentos Rurais, Florestamento: qual identidade regional da campanha gaúcha no século XXI? In: *IX Coloquio Internacional de Geocrítica*. 9., 2007, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/chelotti.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultura radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrnd Brasil, 2003. p. 103 – 134.

CÔRREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Editora Ática, 2007. Série Princípios, n.53.

COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Mundo**. São Paulo: Saraiva, 1995.

CNEC – Engenharia S.A. **Diagnóstico e Programação: assentamento Conquista do Jaguarão**. Porto Alegre, 2004. 270p.

COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA – CGTEE. Fase C Candiota. 2006. Disponível em: <www.cgtee.gov.br/content/desenvolvimento/fase_candiota.php>. Acesso em 20 jan. 2009.

DE DAVID, Lino. Monocultivo de Árvores, Papel e Celulose na Metade Sul do RS. In: **Dossiê Deserto Verde: o latifúndio do eucalipto**. 2006.

FEE. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Aceguá. 2008. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Acegu%E1>. Acesso em: 20 jan. 2009.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política**. 2 ed rev. ampl. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler. Mapa de Classificação dos Solos do Estado do Rio Grande do Sul quanto à Resistência a impactos Ambientais. Porto Alegre: FEPAM. 13 p. (n.publ.). Relatório final de consultoria elaborado por Nestor Kämpf. Mapa em meio digital. 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária. In: Emir Sader, Ivana Jinkings. (Org.). **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006, v. 1, p. 46-52. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/QA_America_Latina.pdf>. Acesso em: 04 maio 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - mst (1979 – 1999)**. 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL**, n.16, jan-abril 2005.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A produção social do espaço agrário. In: **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.233-244

FRAQUELLI, Jane Aita. A Lavoura Capitalista do Arroz e a Crise de 1926. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.329-357

FREITAS, Décio. O Gaúcho: o mito da produção sem trabalho. In: FREITAS, Décio et al. **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.7-24

GENRO, Tarso Fernando. RS, tradição jurídica e relações políticas: um estudo introdutório. In: FREITAS, Décio et al. **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: FREITAS, Décio et al. **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GUTFREIND, Ieda de. Historiografia rio-grandense. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLIN, Manuel Gonzalez de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HARTEN, Érica. **Colônia Nova**. Entrevistador: Fabiane da Costa e Silva. Aceguá, 25 jul. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. INCRA. Superintendência Regional do Rio Grande do Sul. **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Jaguarão Aceguá/RS**. Porto Alegre, 2007. 86p.

LEFEBVRE, Henry. **A Re-produção das Relações de Produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henry. **The production of space**. Oxford: Blackweel, 1991.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LUNELLI, João Paulo. **Razões do Desenvolvimento Sócio-Econômico Distintivo de Colônia Nova, Distrito do Município de Aceguá – RS**. 2001. 111p. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MARIÑO, Gerardo. **Parte da História de Aceguá**. Aceguá/UY, 2006.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. Relação Estado e MST: algumas fases e faces. *Lutas & Resistências*, v.1, set. 2006. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/lr184-196.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2008.

MARX, Karl Heinrich. Para uma crítica da economia política. 1999. Versão para eBook Edição Ridendo Castigat Mores Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/criticadaeconomia.html>>. Acesso em: 23 mai. 2008.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Campinas: Boitempo Editorial, 2005. p.145-156

MARX, Karl Heinrich. Para a Crítica da Economia Política. 2007. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2008.

MÉSZÁROS, István. A controvérsia sobre Marx. In: MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Campinas: Boitempo Editoria, 2006. p.197-232

Decreto formaliza a criação de zona franca em Aceguá. **MinuanOnline**. Bagé, 16 maio 2007a. Disponível em: <<http://www.jornalminuano.com.br/noticia.php?id=15833&busca=1&palavra=acegu%E1>>. Acesso em 15 jan. 2009.

MST invade fazenda da Votorantim em Aceguá. **MinuanOnline**. Bagé, 17 out. 2007b. Disponível em: <<http://www.jornalminuano.com.br/noticia.php?id=20001&busca=1&palavra=acegu%E1>>. Acesso em 15 jan. 2009.

Ruralistas instalam oito postos para monitorar ações do MST. **MinuanOnline**. Bagé, 13 mar. 2006. Acesso em 15 jan. 2009.

MOURE, Telmo Remião. História do Rio Grande do Sul. São Paulo: FTD, 1994.

MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. Introdução: cultura organizacional e cultura brasileira. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 15-21

MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha nos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.358-402.

NELSON. **Dinâmica Econômica de Aceguá**. Entrevistador: Fabiane da Costa e Silva. Aceguá, Secretaria de Fazenda, 28 jul. 2008.

OLIVEIRA, Marisa Lopes. **História de Aceguá** Entrevistador: Fabiane da Costa e Silva. Aceguá, 27 jul. 2008.

OTT, Sieghard. CAMAL. s/d. Disponível em:
<<http://www.redeagro.com.br/cooper/camal.htm>>. Acesso em 12 jan. 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, Maria Helena. Historiografia e Ideologia. In: FREITAS, Décio et al. **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p.60-88

PESAVENTO, Maria Helena. República Velha Gaúcha: estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.193-228

PICHLER, Edmundo. **COOPERSUL**. Entrevistador: Fabiane da Costa e Silva. Bagé, 01 ago. 2008.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *Sem medo de ser feliz na agricultura familiar: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS*. Biblioteca Virtual da UFSM. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/extrural/dis2006PDF/Disserta%E7%E3o%20do%20Everton%20Lazzaretti.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2008.

PONTELLO, Professor. **Trabalhando com história e geografia do Brasil**. Porto Alegre: Edições Renascença, 1998.

PORTAL URUGUAY DE DESARROLLO. Disponível em:
<http://www.ediles.org/modules.php?op=modload&name=NSezcms&file=index&menu=1&page_id=116>. Acesso em: 06 jun. 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÑA, Ana Esther. Los desafios de las emancipaciones em um contexto militarizado. **CLACSO**, Buenos Aires, 2006. PP.151-197.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter . Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ana Esther Ceceña; Emir Sader. (Org.). La guerra infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

REOVALDO. **História Política de Aceguá**. Entrevistador: Fabiane da Costa e Silva. Aceguá, Câmara dos Vereadores, 23 jul. 2008.

REZENDE, Antonio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. **Rumos da História**: nosso tempo. O Brasil e o Mundo Contemporâneo, v.3. São Paulo: Atual, 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Comissão de representação externa para tratar do endividamento agrícola. **Relatório final da comissão de representação externa para tratar do endividamento agrícola do setor primário do Rio Grande do Sul e sua repercussão nos demais setores da economia**. 2006. Disponível em: <[HTTP://www.al.rs.gov.br/download/ComRepresentacaoExterna/endividamento_agricola.pdf](http://www.al.rs.gov.br/download/ComRepresentacaoExterna/endividamento_agricola.pdf)>. Acesso em 19 jan. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Plano de Reestruturação Econômica da Metade Sul do Rio Grande do Sul**. 1997. 1195f.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Projeto Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado Do Rio Grande Do Sul**: diagnóstico das áreas prioritárias. Porto Alegre, 2005. 90p. Disponível em: <<http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/diagnosticoareaprioritaria.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

ROCHA, Jefferson Marçal. As Raízes do Declínio Econômico da Metade Sul do Rio Grande do Sul. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 1., 2000, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s12a5.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2008.

RYGGARD, Cíntia. **Ascensão, declínio e retomada do verde na mídia**. 2002. Disponível em: <http://www.jornaldomeioambiente.com.br/JMA-txt_importante/Monografia-CintiaRygaard.doc>. Acesso em: 30 set. 2006.

SANDRINI, João. Setor de papel e celulose terá 2009 difícilimo. Portal Exame, Economia, 16 mar. 2009. Disponível em: <[HTTP://portalexame.abril.com.br/economia/setor-papel-celulose-tera-2009-dificilimo-428289.html](http://portalexame.abril.com.br/economia/setor-papel-celulose-tera-2009-dificilimo-428289.html)>. Acesso em 17 mar. 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SENGER, Daniel. **Dinâmica do Município de Aceguá**. Entrevistador: Fabiane da Costa e Silva. Aceguá, Secretaria do Planejamento, 06 maio 2008.

SILVA, Elmar M. da. Ligações Externas da Economia Gaúcha (1736-1890). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.55-92.

SILVA, Émerson Neves da. **Formação e Ideário do MST**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

SILVA, William Ribeiro da. Reflexões em Torno do Urbano no Brasil. In: SPOSETO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre rural e urbano**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.65-80

SILVEIRA, Oliveira. Nós, os negros. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto. **Nós, os gaúchos**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CÔRREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VARES, Luiz Pilla. A ideologia gaúcha dos farrapos ao getulismo. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto. **Nós, os gaúchos**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL.VCP. Poupança Florestal. 2008. Disponível em: <<http://www.vcp.com.br/NossosNegocios/Florestal/Pages/PoupancaFlorestal.aspx>>. Acesso em 20 jan. 2009.

WALL, Walter. **CAMAL**. Aceguá, [1978?].

WALL, Walter. **Colônia Nova comemora os seus 50 anos de existência 1949-1999**. Aceguá, 1999.

WALL, Walter. **História do Distrito de Colônia de Nova**. Entrevistador: Fabiane da Costa e Silva. Aceguá, 24 jul. 2008.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FABIANE DA COSTA E SILVA

CPF: 997.185.290-04

Formação Acadêmica

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2009. Mestrado Acadêmico em Administração – Área de concentração: Organizações.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2006. Bacharelado em Administração – Área: Administração Pública.

Experiência Profissional

03/2008 a atualmente – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Auxiliar Substituta.

03/2007 a 03/2009 – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Bolsista de Mestrado Acadêmico.

06/2004 a 02/2005 – Conselho Regional de Psicologia. Assistente Administrativo.

10/2003 a 06/2004 – Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista.

10/2003 a 01/2004 – Caixa Econômica Federal. Gerência de Filial de Risco de Crédito. Estagiária.

05/2003 a 08/2003 – Sigasul Informática Ltda. Estagiária.

03/2003 a 04/2003 – LinkIndustria Negócios Online Ltda. Estagiária.

05/2002 a 02/2003 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica.

01/2001 a 11/2002 – AHS Representações Comerciais Ltda. Estagiária.

Atividades de Extensão

Título: APOIO À IMPLANTAÇÃO DO ACORDO BRASIL-URUGUAI DE OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE NAS FRONTEIRAS NO ÂMBITO DO MERCOSUL

Período da Ação: 15/07/2008 a 01/08/2009

Tipo Participação: Integrante de Equipe Executora

Período da Participação: 15/07/2008 à 01/07/2009

Título: PROJETO VILA CHOCOLATÃO 2007

Período da Ação: 01/08/2007 a 12/12/2007

Tipo Participação: Formadores

Período da Participação: 01/08/2007 à 12/12/2007

Título: VILA CHOCOLATÃO: A BUSCA POR UMA COMUNIDADE AUTO-SUSTENTÁVEL

Período da Ação: 04/08/2008 a 05/09/2008

Tipo Participação: Integrante de Equipe Executora com contato com aluno/público

Publicações

MANFREDINI, V.; SILVA, F. C.; SILVA, J. M.; ANTUNES, E. D.; DOVAL, J. L. M. . Where is critical HRM in Brazil? Our researches represent our history?. In: CMS5 Conference Reconnecting Critical Management The Fifth International Critical Management Studies Conference, 2007, Manchester. Critical Management Studies, 2007.

SILVA, J. M.; FAE, R.; SILVA, F. C. Possibilidades de Resistência e Luta a Partir da Leitura Foucaultiana de Poder. In: X Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2006, Salvador-Bahia. X Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2006.

SILVA, J. M.; ANTUNES, E. D.; DOVAL, J. L. M.; SILVA, F. C. . Alice no País das Maravilhas: Que Poder Local?!. In: X Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2006, Salvador-Bahia. X Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2006.

SILVA, F. C. *Um Reflexo da Sociedade Gaúcha*. Revista Estudos Legislativos / Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; coordenação Escola do Legislativo Deputado Romildo Bolzan. Ano 1, n.1 (out. 2005). Porto Alegre: CORAG, 2005.

SILVA, F. C.; LUCIANO, E. M. *Comércio Eletrônico de Produtos Virtuais: definição de um modelo de negócio para a comercialização de software*. In: XIV Salão de Iniciação Científica, 2002, Porto Alegre. Salão de Iniciação Científica - Livro de resumo. Porto Alegre: UFRGS, 2002. v.14. p.675.

Atividades Extracurriculares

2008. Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades. Porto Alegre/RS. Ouvinte.

2006- X Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador/BA. Ouvinte e apresentadora (Possibilidades de Resistência e Luta a Partir da Leitura Foucaultiana de Poder).

2005- Seminário Responsabilidade social: um diferencial de valor. Porto Alegre/RS. Ouvinte.

2005 - Seminário Quem são os vereadores do RS? Porto Alegre/RS. Ouvinte.

2005 - Seminário RS: Alternativas de Desenvolvimento. Porto Alegre/RS. Ouvinte.

2005 - Seminário Aberto sobre a Reforma Política. Porto Alegre/RS. Ouvinte.

2003 - V Seminário Econômico Fundação CEEE (Cenários Macroeconômicos e Políticos para 2004). Porto Alegre/RS. Ouvinte.

2002 - XIV Salão de Iniciação Científica. Porto Alegre/RS. Apresentadora (Comércio Eletrônico de Produtos Virtuais: definição de um modelo de negócio para a comercialização de software) e Coordenadora de Seção (A Tecnologia de Informação Alavancando a Gestão).

1999 - IV Jornada Internacional de Direito - Gramado/RS. Ouvinte.